



# **SENADO FEDERAL**

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

### **PAUTA DA 20ª REUNIÃO**

**(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)**

**07/05/2025  
QUARTA-FEIRA  
às 11 horas**

**Presidente: Senadora Damares Alves  
Vice-Presidente: Senadora Mara Gabrilli**



**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**

**20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 07/05/2025.**

**20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA**

***quarta-feira, às 11 horas***

# **SUMÁRIO**

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	<b>SUG 2/2022</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR MARCIO BITTAR</b>	<b>10</b>
2	<b>PL 2239/2022</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR LAÉRCIO OLIVEIRA</b>	<b>25</b>
3	<b>PL 3599/2024</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR FLÁVIO ARNS</b>	<b>57</b>
4	<b>PL 3601/2024</b> - Não Terminativo -	<b>SENADORA DAMARES ALVES</b>	<b>67</b>
5	<b>PL 1769/2024</b> - Não Terminativo -	<b>SENADORA DAMARES ALVES</b>	<b>77</b>
6	<b>SUG 1/2022</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR EDUARDO GIRÃO</b>	<b>94</b>

<b>7</b>	<b>SUG 24/2020</b>  - Não Terminativo -	<b>SENADOR EDUARDO GIRÃO</b>	<b>110</b>
<b>8</b>	<b>PL 1179/2024</b>  - Não Terminativo -	<b>SENADORA MARA GABRILLI</b>	<b>125</b>

## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar Democracia(MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)</b>			
Ivete da Silveira(MDB)(10)(1)	SC 3303-2200	1 Alessandro Vieira(MDB)(10)(1)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019
Giordano(MDB)(10)(1)	SP 3303-4177	2 Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(10)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900
Sergio Moro(UNIÃO)(10)(3)	PR 3303-6202	3 Zequinha Marinho(PODEMOS)(10)(3)	PA 3303-6623
VAGO(12)(10)(3)		4 Styvenson Valentim(PSDB)(10)(3)	RN 3303-1148
Marcos do Val(PODEMOS)(8)(10)	ES 3303-6747 / 6753	5 Marcio Bittar(UNIÃO)(12)(8)	AC 3303-2115 / 2119 / 1652
Plínio Valério(PSDB)(10)(9)	AM 3303-2898 / 2800	6 Confúcio Moura(MDB)(9)(19)	RO 3303-2470 / 2163
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PSD)</b>			
Cid Gomes(PSB)(13)	CE 3303-6460 / 6399	1 Flávio Arns(PSB)(4)	PR 3303-6301
Jussara Lima(PSD)(4)	PI 3303-5800	2 Vanderlan Cardoso(PSD)(4)	GO 3303-2092 / 2099
Mara Gabrilli(PSD)(4)	SP 3303-2191	3 VAGO	
Teresa Leitão(PT)(20)	PE 3303-2423	4 VAGO	
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)</b>			
Jaime Bagattoli(PL)(2)	RO 3303-2714	1 Eduardo Girão(NOVO)(2)	CE 3303-6677 / 6678 / 6679
Magno Malta(PL)(2)	ES 3303-6370	2 Romário(PL)(2)	RJ 3303-6519 / 6517
Marcos Rogério(PL)(2)	RO 3303-6148	3 Jorge Seif(PL)(15)	SC 3303-3784 / 3756
Astronauta Marcos Pontes(PL)(14)	SP 3303-1177 / 1797	4 Flávio Bolsonaro(PL)(16)	RJ 3303-1717 / 1718
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil(PDT, PT)</b>			
Fabiano Contarato(PT)(6)(21)(17)(18)	ES 3303-9054 / 6743	1 Weverton(PDT)(6)(17)	MA 3303-4161 / 1655
Rogério Carvalho(PT)(6)(17)	SE 3303-2201 / 2203	2 Augusta Brito(PT)(6)(17)	CE 3303-5940
Humberto Costa(PT)(17)	PE 3303-6285 / 6286	3 Paulo Paim(PT)(6)(17)	RS 3303-5232 / 5231 / 5230 / 5235
<b>Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)</b>			
Tereza Cristina(PP)(5)(11)	MS 3303-2431	1 Laércio Oliveira(PP)(5)	SE 3303-1763 / 1764
Damares Alves(REPUBLICANOS)(5)	DF 3303-3265	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(5)	RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
- (2) Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- (3) Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- (4) Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- (5) Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- (6) Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- (7) Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- (8) Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- (9) Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- (10) Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- (11) Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN).
- (12) Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
- (13) Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
- (14) Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
- (15) Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG).
- (16) Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG).
- (17) Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
- (18) Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
- (19) Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
- (20) Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
- (21) Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 11:00  
SECRETÁRIO(A): CHRISTIANO DE OLIVEIRA EMERY  
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-2005  
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:  
E-MAIL: [cdh@senado.leg.br](mailto:cdh@senado.leg.br)



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA**  
**57ª LEGISLATURA**

Em 7 de maio de 2025  
(quarta-feira)  
às 11h

**PAUTA**

20ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO**  
**PARTICIPATIVA - CDH**

	Deliberativa
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

Atualizações:

1. Inclusão do PL 1179/2024. (05/05/2025 16:20)
2. Inclusão do novo relatório do PL 2239/2022 (item 2) e retificação do resultado do PL 1769, DE 2024 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PL 105/2008 - (item 5). (07/05/2025 11:03)

# PAUTA

## ITEM 1

### SUGESTÃO Nº 2, DE 2022

#### - Não Terminativo -

*"Proíbe as escolas de exigirem de crianças comprovante de vacina covid-19".*

**Autoria:** Programa e-Cidadania

**Relatoria:** Senador Marcio Bittar

**Relatório:** Favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta.

**Observações:**

*Tramitação: CDH.*

*- Em 09 e 30 de abril, a matéria foi retirada de pauta a pedido da relatoria.*

#### Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

[Sugestão \(CDH\)](#)

## ITEM 2

### PROJETO DE LEI Nº 2239, DE 2022

#### - Não Terminativo -

*Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Laércio Oliveira

**Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.239, de 2022, bem como pela aprovação das Emendas nº 1-CDH, nº 2-CDH e Emenda nº 4-CDH, rejeição da Emenda nº 3, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

**Observações:**

*Tramitação: CDH e CCJ.*

*- Em 22/11/2023, foi recebida a emenda nº 1 da Senadora Zenaide Maia.*

*- Em 06/05/2023, foram recebidas as emendas:*

*nº 2, do Senador Paulo Paim.*

*nº 3, do Senador Plínio Valério.*

*nº 4, do Senador Magno Malta.*

#### Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#)

[Emenda 1 \(CDH\)](#)

[Emenda 2 \(CDH\)](#)

[Emenda 3 \(CDH\)](#)

[Emenda 4 \(CDH\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

## ITEM 3

### PROJETO DE LEI Nº 3599, DE 2024

#### - Não Terminativo -

*Altera os arts. 143 e 247 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a divulgação de atos judiciais, policiais ou*

*administrativos que violem a dignidade das crianças e adolescentes.*

**Autoria:** Senadora Damares Alves

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Favorável ao projeto.

**Observações:**

*Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

#### ITEM 4

#### PROJETO DE LEI Nº 3601, DE 2024

**- Não Terminativo -**

*Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever a implementação de Centros de Atendimento Integrado para criança e adolescente vítima ou testemunha de violência.*

**Autoria:** Senador Mecias de Jesus

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

**Observações:**

*Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

#### ITEM 5

#### PROJETO DE LEI Nº 1769, DE 2024 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2008)

**- Não Terminativo -**

*Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir o incentivo ao empreendedorismo e a criação de centros para a vida independente entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia utilizada na lei relativa à pessoa com deficiência.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 1.769/2024 (SCD ao PLS nº 105, de 2008), ressalvada a inclusão do inciso VI do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 1769/2024, com duas emendas de redação que apresenta.

**Observações:**

*Tramitação: CDH.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

#### ITEM 6

#### SUGESTÃO Nº 1, DE 2022

**- Não Terminativo -**



*"Banimento da prática de Constelação Familiar das Instituições Públicas".*

**Autoria:** Programa e-Cidadania

**Relatoria:** Senador Eduardo Girão

**Relatório:** Pela rejeição da sugestão.

**Observações:**

*Tramitação: CDH.*

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

[Sugestão](#) (CDH)

**ITEM 7**

**SUGESTÃO Nº 24, DE 2020**

**- Não Terminativo -**

*"Proibir programas policiais (sensacionalistas) de serem exibidos pela televisão aberta".*

**Autoria:** Programa e-Cidadania

**Relatoria:** Senador Eduardo Girão

**Relatório:** Pela rejeição da sugestão.

**Observações:**

*Tramitação: CDH.*

**Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

[Sugestão](#) (CDH)

**ITEM 8**

**PROJETO DE LEI Nº 1179, DE 2024**

**- Não Terminativo -**

*Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem Cuida.*

**Autoria:** Senador Romário

**Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli

**Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

**Observações:**

*Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

1



SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Marcio Bittar

## PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 2, de 2022, do Programa e-Cidadania, que *proíbe as escolas de exigirem de crianças comprovante de vacina covid-19*.

Relator: Senador **MARCIO BITTAR**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão, na forma do art. 102-E, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e da Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, que *regulamenta o Programa e-Cidadania*, a Sugestão (SUG) nº 2, de 2022.

A Sugestão é originária da Ideia Legislativa nº 156.991, do Programa e Portal e-Cidadania, apresentada pelo cidadão Carlos Lima, em 11 de outubro de 2021, propugnando a *proibição a Escolas de exigirem de crianças comprovante de “vacina” “COVID-19”*.

A instituição da medida é justificada sob o argumento de que a exigência, por escolas públicas e privadas, de comprovante de vacinação contra a covid-19 constitui uma espécie de “segregação social”, o que seria inconstitucional, na opinião do autor, por violação do art. 5º da Constituição. Ademais, continua o autor da Ideia Legislativa, a exigência de comprovante de vacinação “obriga crianças, que são mais frágeis e estão em desenvolvimento, a sérios riscos, com uma injeção estranha”, a qual estaria provocando graves problemas e até a morte de adultos. Por fim, o autor informa sobre menores de idade que teriam sido vacinados contra a covid-19.

No dia 31 de dezembro de 2021, a Ideia Legislativa sob exame alcançou mais de 20.000 apoios e foi transformada em Sugestão, na forma da mencionada Resolução nº 19, de 2015. Ressalte-se que a iniciativa alcançou um total de 29.084 apoimentos contabilizados, oriundos de eleitores de todas as unidades da Federação.

## II – ANÁLISE

De conformidade com o parágrafo único do art. 102-E do RISF, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a Sugestão sob exame em proposição legislativa. Se aprovada e convertida em projeto de lei, será então distribuída às comissões pertinentes para a avaliação do mérito, da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa.

Outrossim, esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa (CDH) deve limitar-se a fazer um juízo de admissibilidade a respeito da proposição que lhe é submetida, de modo que os demais colegiados desta Casa Legislativa possam se debruçar mais detidamente sobre a matéria e deliberar, por meio do debate democrático, sobre a conveniência e oportunidade de se instituir a medida ora proposta, bem assim sobre seus aspectos jurídicos e constitucionais.

A nosso ver, a iniciativa é meritória, pois busca, em última análise, preservar o direito à educação das crianças, garantido pelos arts. 6º, 205 e 227 da Constituição. A Carta Magna consagra ainda, em seu art. 206, I, o princípio da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, repelindo, por conseguinte, qualquer medida que implique restrições desarrazoadas ao ingresso dos alunos nos estabelecimentos de ensino. A SUG nº 2, de 2022, veicula iniciativa passível de tramitação no Senado Federal, visto que é competência da União legislar sobre educação (inciso IX do art. 24 da Constituição Federal), sendo livre a iniciativa parlamentar.

No plano infraconstitucional, destacamos a garantia do direito à educação consignado no Capítulo IV da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que reitera a obrigação estatal de prover acesso ao ensino fundamental gratuito (inciso I do art. 54), com igualdade de condições para a admissão e permanência na escola (inciso I do art. 53).

Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) consagra, em seu art. 3º, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância.

### III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela **aprovação** da Sugestão nº 2, de 2022, na forma do seguinte Projeto de Lei, para que passe a tramitar como proposição da CDH.

## PROJETO DE LEI Nº           , DE 2024

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para vedar a exigência, como requisito para o acesso ou a permanência de criança ou adolescente na escola, de comprovante ou atestado de vacinação contra a covid-19.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“**Art. 53.** .....

§ 1º .....

§ 2º É vedada a exigência, como requisito para o acesso ou a permanência de criança ou adolescente na escola, de comprovante ou atestado de vacinação contra a covid-19.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Senado Federal  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões**

**OFÍCIO Nº 7/2022/SCOM**

Brasília, 23 de março de 2022

A Sua Excelência o Senhor  
SENADOR HUMBERTO COSTA  
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa  
Brasília/DF

**Assunto: Ideia Legislativa nº 156991.**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

**MARCOS MACHADO MELO**  
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões**

**ANEXO**

**FICHA INFORMATIVA**

**Ideia Legislativa nº 156991**

**Título**

Proibição a Escolas de exigirem de crianças comprovante de "vacina" "COVID-19"

**Descrição**

Escolas públicas e privadas devem ser proibidas de exigir de crianças comprovante de "vacina" "COVID-19" ou que tome tal "vacina", para matrícula e acesso a qualquer coisa na escola. Sob pena de perda do alvará de funcionamento e responsabilização penal dos responsáveis, se tiver danos e/ou óbito(s) (sic)

**Mais detalhes**

Além de tal prática ser um tipo de segregação social, o que é inconstitucional (artigo 5º da Constituição), ainda obriga crianças, que são mais frágeis e estão em desenvolvimento, a sérios riscos com uma injeção estranha, a qual MUITOS adultos estão tendo graves problemas e/ou MORRENDO depois de a terem tomado. E já há também notícias deste tipo de MENORES DE IDADE que tomaram essas injeções. (sic)

**Identificação do proponente**

**Nome:** Carlos Lima

**E-mail:** carloslima.escreve@gmail.com

**UF:** BA

**Data da publicação da ideia:** 11/10/2021

**Data de alcance dos apoios necessários:** 31/12/2021

**Total de apoios contabilizados até 22/03/2022:** 29.084

**Página da Ideia Legislativa**

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=156991>





## LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

UF	APOIOS
AC	376
AL	224
AM	223
AP	60
BA	1.107
CE	813
DF	1.384
ES	749
GO	793
MA	183
MG	2.529
MS	310
MT	289
PA	539
PB	465
PE	760
PI	181
PR	1.711
RJ	4.464
RN	292
RO	140
RR	46
RS	1.889
SC	1.563
SE	141
SP	7.731
TO	122
<b>TOTAL</b>	<b>29.084</b>



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº   UF   Cidadão		
1	AC	ADELSON RODRIGUES GONCALVES   AD****@GMAIL.COM
2	AC	ADJAN MARIANO DA SILVA   AT****@GMAIL.COM
3	AC	ADRIANA AQUINO   AD****@AMADERM.COM.BR
4	AC	AGNALDO ALVES DE ALMEIDA   AG****@YAHOO.COM.BR
5	AC	AIRTON NARDELLI JUNIOR   AI****@BB.COM.BR
6	AC	ALBERTO DE OLIVEIRA KLING   AO****@HOTMAIL.COM
7	AC	ALCILENE ARANA DA SILVA   AL****@GMAIL.COM
8	AC	ALDO BARBOSA   AL****@GMAIL.COM
9	AC	ALESSANDRA BATISTA BOTELHO   AL****@GMAIL.COM
10	AC	ALESSANDRA CARINE DIAS   AC****@GMAIL.COM
11	AC	ALESSANDRA CRISTINA ALONSO   AL****@HOTMAIL.COM
12	AC	ALEXANDRE ALMEIDA LIMA   AL****@TERRA.COM.BR
13	AC	ALEXANDRE BARRETO   BA****@GMAIL.COM
14	AC	ALEXANDRE LAMOUR VIANA   LE****@GMAIL.COM
15	AC	ALLAN ASCENDINO   AL****@UOL.COM.BR
16	AC	ANA CELIA GOMES PEDROSO   AN****@BOL.COM.BR
17	AC	ANA CRISTINA SOUTO DA SILVA   CR****@GMAIL.COM
18	AC	ANA GUIOMAR   AN****@BOL.COM.BR
19	AC	ANA KARLA MONTEIRO LIMA   AK****@GMAIL.COM
20	AC	ANA RAQUEL DA SILVA MARQUES SOUZA MARQUES SOUZA   RA****@GMAIL.COM
21	AC	ANDERSON SOUZA   CA****@GMAIL.COM
22	AC	ANDREA FERES ROBAY DOMINGUES   AN****@YAHOO.COM.BR
23	AC	ANDREA SANTOS DAMBROS   DE****@GMAIL.COM
24	AC	ANDREIA CRISTINA DE SOUZA SANTOS   AN****@GMAIL.COM
25	AC	ANDREIA FERRAZ   AN****@GMAIL.COM
26	AC	ANDRE LUIZ   AN****@GMAIL.COM
27	AC	ANGELA MARCHESI   AN****@GMAIL.COM
28	AC	ANGELA SAMPAIO   AN****@GMAIL.COM
29	AC	ANTONIO FRANCISCO NEPOMUCENO DE ARAUJO   BI****@GMAIL.COM
30	AC	ANTONIO MAGNO DE OLIVEIRA MENEES   MA****@HOTMAIL.COM
31	AC	ANTONIO MESQUITA   AM****@GMAIL.COM
32	AC	ARLINDO SANTOS   AR****@TERRA.COM.BR
33	AC	ARMANDO IEZZI JR   AI****@UOL.COM.BR
34	AC	ARMANDO LUIZ DE AQUINO   AR****@AQUINO.COM
35	AC	ARMENIA OLIVEIRA RIBEIRO   AR****@GMAIL.COM
36	AC	AURICELIA REGINA REITZ   AU****@GMAIL.COM
37	AC	AYLSON DA SILVA FERREIRA   AY****@GMAIL.COM
38	AC	BEATRIZ MAIOLI NUNES   BE****@GMAIL.COM
39	AC	BERNADETE GUALBERTO   GU****@HOTMAIL.COM
40	AC	BERNADETE MALMEGRIM VANZELLA   PE****@UOL.COM.BR
41	AC	BERNARDETE JOSE DOS SANTOS   DE****@GMAIL.COM
42	AC	BRUNO DUNSHEE   BR****@GMAIL.COM
43	AC	CAMILLA DE SOUZA TEIXEIRA   CA****@GMAIL.COM
44	AC	CARMEN JUNE PARREIRA   PA****@YAHOO.COM.BR
45	AC	CARMEN LUCIA JUNQUEIRA ARANTES   CA****@GMAIL.COM
46	AC	CARMEN LUCIA NUNES GONCALVES   CA****@YAHOO.COM.BR
47	AC	CARMINHA FONSECA   MD****@HOTMAIL.COM
48	AC	CAROLINA CARNIELLI   CA****@GMAIL.COM
49	AC	CAROLINA SILVA   SI****@GMAIL.COM
50	AC	CELSO LUIZ CASTRO   CE****@SEARA.ORG.BR
51	AC	CESAR SELERI   SE****@GMAIL.COM
52	AC	CHRISTINE FOFA   CH****@GMAIL.COM
53	AC	CIDA SIQUEIRA   CI****@HOTMAIL.COM
54	AC	CINARA AMARAL E SILVA   CI****@GMAIL.COM
55	AC	CINDY MENDES DA SILVA   CI****@GMAIL.COM
56	AC	CIOVACCO RE   RE****@GMAIL.COM
57	AC	CLARICE BUENO SCOLARI   CL****@HOTMAIL.COM
58	AC	CLAUDIA NERES   CL****@HOTMAIL.COM
59	AC	CLAUDIA PEREIRA SANTOS DA SILVA   CL****@GMAIL.COM
60	AC	CLAUDIO ALVIM   CA****@GMAIL.COM
61	AC	CLAUDIO SOUZA   CQ****@GMAIL.COM
62	AC	CRISTINE MOREIRA PINZ   CR****@YAHOO.COM
63	AC	DANIELLE MATOS   DA****@GMAIL.COM
64	AC	DANIEL SOARES   DA****@GMAIL.COM
65	AC	DANILO DOMINGUES DE ANDRADE BATISTA   DA****@GMAIL.COM
66	AC	DAYHAP 7   DA****@GMAIL.COM
67	AC	DEBORA COSTA   DE****@GMAIL.COM
68	AC	DEBORAH LEE ROTERT   DE****@HOTMAIL.COM
69	AC	DEIVA RITTER VIANA MANHAES   DE****@HOTMAIL.COM
70	AC	DEMOSTHENES SILVA   DE****@GMAIL.COM
71	AC	DENISE COSTACURTA FAHAM   DE****@GMAIL.COM
72	AC	DEUSIMAR EURIPEDES BARBOSA   DE****@GMAIL.COM
73	AC	DIDA SERRA   DI****@GMAIL.COM
74	AC	DINEI ANGELO   DI****@GMAIL.COM
75	AC	DOUGLAS APARECIDO MARCORI   DA****@GMAIL.COM
76	AC	DSOUSA LUCAS   DE****@HOTMAIL.COM
77	AC	DULCINEIA APARECIDA PEDRALI LUGLI   DU****@HOTMAIL.COM
78	AC	DUSANGELA RODRIGUES   DU****@GMAIL.COM
79	AC	ECILA MARIA BAHIA BUSTAMANTE   EC****@YAHOO.COM.BR
80	AC	EDSON CASTRO MARCELINO   ED****@GMAIL.COM
81	AC	EDUARDO CARVALHO   ED****@GMAIL.COM
82	AC	EFFRAIM MONTIEL ALVES FERREIRA   E****@HOTMAIL.COM
83	AC	ELAINE GONCALVES   EL****@GMAIL.COM
84	AC	ELIANE GOES DA SILVA   EL****@YAHOO.COM.BR
85	AC	ELIAS TARTARI CAVICHIOLI   EC****@YAHOO.COM.BR
86	AC	ELI DERLAM   EL****@GMAIL.COM
87	AC	ELISALANDI CLAUDINO BORGES   LA****@HOTMAIL.COM
88	AC	ELISEU APARECIDO   BA****@GMAIL.COM
89	AC	ELIZABETH CORREA FONSECA PICADO   BE****@GMAIL.COM
90	AC	ELIZABETH DENKER DE ALMEIDA   BE****@HOTMAIL.COM
91	AC	ELIZABETH FORTES   LI****@GMAIL.COM
92	AC	ELIZETH MARCOS CORONA   LI****@GMAIL.COM
93	AC	ELIZETH RIOS   PR****@GMAIL.COM
94	AC	ELLI REGINA AMORIM   EL****@GMAIL.COM
95	AC	EMANUELLA SALES   EM****@GMAIL.COM
96	AC	EMILIA GUERRA   EG****@GLOBO.COM
97	AC	EMILIO DE FARIAS JUNIOR   EM****@GMAIL.COM
^C   ERIC GIL LECOQ   E****@GMAIL.COM		
^C   ERIKA SCHICK   ER****@IG.COM.BR		
AC   ERNA MARIA LINS DAMASCENO   ER****@YAHOO.COM.BR		
AC   ESTER S M FERNANDES DE GODOY   ES****@HOTMAIL.COM		
AC   EUNICE GROTKOWSKY   EU****@GMAIL.COM		
AC   EUZI OLIVEIRA   EU****@HOTMAIL.COM		



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº   UF   Cidadão	
104	AC   FABIANE SILVA   FA****@GMAIL.COM
105	AC   FABIOLA MELO   LO****@GMAIL.COM
106	AC   FABIO MAISTRO   ZI****@MAC.COM
107	AC   FABIO PEREIRA   FA****@GMAIL.COM
108	AC   FATIMA GONCALVES   FA****@GMAIL.COM
109	AC   FAUSTO MORETHSON   FA****@GMAIL.COM
110	AC   FELIPE VILLARMOSA GONZALEZ   FE****@YMAIL.COM
111	AC   FLAVIANA ORGE PIMENTA MACHADO   FL****@GMAIL.COM
112	AC   FLAVIO FURLANETO QUINTANILHA JUNIOR   FL****@GMAIL.COM
113	AC   FLAVIO JORGE   FL****@GMAIL.COM
114	AC   FRANCISCA ARRUDA   AS****@LIVE.COM
115	AC   FRANCISCA MARTINS   MA****@GMAIL.COM
116	AC   FRANCISCO EUDES   EU****@GMAIL.COM
117	AC   FRANCISCO PINTO   FR****@GMAIL.COM
118	AC   FRANCISCO SILVA   AS****@GMAIL.COM
119	AC   GALILEU FILGUEIRAS   GA****@GMAIL.COM
120	AC   GEDHAL LINCOLN RAMOS BANDEIRA LINCOLN   GE****@GMAIL.COM
121	AC   GENARIO RIBEIRO   GE****@GMAIL.COM
122	AC   GENTE BARRETO   GE****@GMAIL.COM
123	AC   GIGLIANE FERREIRA DOURADO   GI****@GMAIL.COM
124	AC   GIOVANE GALVAO DE FREITAS LIMA FILHO   GI****@GMAIL.COM
125	AC   GISELA PACCIULLI SANTAROSA DIAS   GI****@GMAIL.COM
126	AC   GLEUCY : SEI LA   GL****@GMAIL.COM
127	AC   GLEYDSON VILANOVA   GL****@GMAIL.COM
128	AC   GRACA LOPES   GR****@EDU.UNIUBE.BR
129	AC   GUILHERME PRETE FUZETI   GU****@GMAIL.COM
130	AC   GUSTAVO ATAYDE DOS SANTOS   GU****@GMAIL.COM
131	AC   HANIEL NEIVA PEDRO   HA****@GMAIL.COM
132	AC   HANRI COIFFEUR   HA****@GLOBO.COM
133	AC   HELLEN FABYENE   HE****@HOTMAIL.COM
134	AC   HELOISA GLAUCIA DE ARAUJO MAGALHAES   HE****@HOTMAIL.COM
135	AC   HENRIQUE VILLELA DE OLIVEIRA   HV****@GMAIL.COM
136	AC   HUMBERTO MEIRA   SI****@GMAIL.COM
137	AC   ISAURO ITU SARTORI   IS****@CICGARIBALDI.COM.BR
138	AC   IVAN CELINO SILVA SILVEIRA   IV****@GMAIL.COM
139	AC   IVANIR MARCONI   IV****@HOTMAIL.COM
140	AC   IVONE PODOLOGA ALMEIDA   IV****@HOTMAIL.COM
141	AC   JAIR RODRIGUES CAMARGO   JA****@GMAIL.COM
142	AC   JANE DA SILVA BARRETO   JB****@GMAIL.COM
143	AC   JARBAS ALVIM AGRICOLA   JA****@HOTMAIL.COM
144	AC   JEAN CARLOS ALVES COSTA   CA****@GMAIL.COM
145	AC   JHON KENNEDY SEVERINO SALVINO   JH****@HOTMAIL.COM
146	AC   JOA BICUDO   JO****@TERRA.COM.BR
147	AC   JOANA D'ARC BEZERRA   PE****@HOTMAIL.COM
148	AC   JOAO ALBUQUERQUE   JJ****@UOL.COM.BR
149	AC   JOAO FRACARI   JO****@GMAIL.COM
150	AC   JOAO PAULO FLORES DA SILVA   JO****@GMAIL.COM
151	AC   JOAQUINA MENEZES   JM****@GMAIL.COM
152	AC   JOCIMARA DA SILVEIRA FERNANDES   JO****@GMAIL.COM
153	AC   JONAS WALDIR   BE****@HOTMAIL.COM
154	AC   JORGE CARREIRO   JO****@HOTMAIL.COM
155	AC   JORGE LIMA   JH****@GMAIL.COM
156	AC   JORGE LUIZ PEREIRA DE LIMA   JO****@HOTMAIL.COM
157	AC   JOSE ACLINIO GONCALVES DOS SANTOS   AC****@GMAIL.COM
158	AC   JOSE BARBOSA   ID****@GMAIL.COM
159	AC   JOSE HENRIQUE MOREIRA PILLAR   JH****@GMAIL.COM
160	AC   JOSE LACERDA OFICIAL   JO****@GMAIL.COM
161	AC   JOSE RIBAMAR FEITOSA FARIAS   RI****@GMAIL.COM
162	AC   JOSUE MOTA   JO****@GMAIL.COM
163	AC   JULIO CESAR DA ROCHA   CE****@UOL.COM.BR
164	AC   JUSSARA GOMES DOS SANTOS   LO****@HOTMAIL.COM
165	AC   JUSSARA MARIA DE ANDRADE   JD****@GMAIL.COM
166	AC   KAMYLA SUYANNE   KA****@GMAIL.COM
167	AC   KARINA AGUIAR DE FREITAS   KA****@HOTMAIL.COM
168	AC   KARINA YUKO ABE   KA****@HOTMAIL.COM
169	AC   KATIA QUEIROZ   CA****@GMAIL.COM
170	AC   KEILA ROSA   KE****@GMAIL.COM
171	AC   KEVYN ALVES   KE****@GMAIL.COM
172	AC   KLEBER APAZA   KL****@GMAIL.COM
173	AC   LACIONE PEDROSA MAIA   LA****@HOTMAIL.COM
174	AC   LARA AMORIM NETTO DO NASCIMENTO   LA****@GMAIL.COM
175	AC   LEANDRO TAVARES VERONEZ   LE****@GMAIL.COM
176	AC   LEILA ROCHA   LE****@HOTMAIL.COM
177	AC   LENON REAPER   LE****@GMAIL.COM
178	AC   LEONARDO BORGES   LE****@HOTMAIL.COM
179	AC   LEONARDO SIDONIO   LM****@HOTMAIL.COM
180	AC   LEONARDO VIANA MARTINS   LE****@GMAIL.COM
181	AC   LEONICE REJANE RIBEIRO   TH****@GMAIL.COM
182	AC   LEONIDA HILLESHEIM   LE****@GMAIL.COM
183	AC   LEONIDAS DA SILVA   LE****@HOTMAIL.COM
184	AC   LIDIMAR RS   LI****@GMAIL.COM
185	AC   LILIAM CARDOSO DE CARVALHO   ES****@HOTMAIL.COM
186	AC   LILIAN BITTENCOURT   AR****@HOTMAIL.COM
187	AC   LILIAN BRUNS   LI****@GMAIL.COM
188	AC   LILIAN VARANDA PEREIRA   LI****@GMAIL.COM
189	AC   LISIANE GASSEN   LI****@YAHOO.COM.BR
190	AC   LIVIAN MAIA   LI****@GMAIL.COM
191	AC   LUCAS GARCIA CORSINO   LU****@GMAIL.COM
192	AC   LUCAS MAXIMO ALVES   LU****@GMAIL.COM
193	AC   LUCIA AMARAL   LA****@GMAIL.COM
194	AC   LUCIANA DE ARRUDA E ABRANTES FERREIRA   LU****@GMAIL.COM
195	AC   LUCIANA MARTINS TEIXEIRA LINDNER   LU****@UNIPAMPA.EDU.BR
196	AC   LUCILLA PEDRINI   LU****@GMAIL.COM
197	AC   LUIS ANTONIO ASSEF DELGADO   LU****@UOL.COM.BR
198	AC   LUIS FERNANDO BROSSI   LF****@GMAIL.COM
199	AC   LUIS FERNANDO DIAS DA SILVA   LF****@TERRA.COM.BR
200	AC   LUIS FERNANDO FERRAROLI DOS SANTOS   LU****@GMAIL.COM
	AC   LUIZ ALFREDO MENDES DOS SANTOS   LU****@TERRA.COM.BR
	AC   LUIZ CARLOS DEL CARLO ROMANI   LU****@HOTMAIL.COM
	AC   LUIZ CLAUDIO BARBEDO FROES   FR****@HOTMAIL.COM
	AC   LUZALDO OLIVEIRA   FC****@GMAIL.COM
	AC   LUZIE FONTOURA SARAIVA MORETTI   LU****@HOTMAIL.COM
	AC   MAGDA LUNARDI VARGAS MATIOTTI   MA****@YAHOO.COM.BR



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº   UF   Cidadão		
207	AC	MAIRA LUZ DA VIDA   MA****@LUZDAVIDA.ORG.BR
208	AC	MAIZA COSTA NEIVA   FA****@GMAIL.COM
209	AC	MAKLINA DOS SANTOS ALMEIDA   MA****@HOTMAIL.COM
210	AC	MANOEL HENRIQUE DE AMORIM FILHO   AM****@YAHOO.COM
211	AC	MARCELO ALVES LIMA   MA****@GMAIL.COM
212	AC	MARCELO CHINELO   RW****@GMAIL.COM
213	AC	MARCELO DE OLIVEIRA   MZ****@GMAIL.COM
214	AC	MARCELO LUIZ VIANA DA SILVA   MA****@GMAIL.COM
215	AC	MARCELO SILVA DA CUNHA   CU****@GMAIL.COM
216	AC	MARCIA COLARES   MA****@HOTMAIL.COM
217	AC	MARCIA DIAS BRAGA   MA****@HOTMAIL.COM
218	AC	MARCIA KAMINSKI   MA****@YAHOO.COM.BR
219	AC	MARCIA MENDONCA   MA****@GMAIL.COM
220	AC	MARCIA RIO   MA****@GMAIL.COM
221	AC	MARCIA SAKURAY   MA****@GMAIL.COM
222	AC	MARCIA TERRAFINO   MA****@GMAIL.COM
223	AC	MARCIO SEIXA   MA****@HOTMAIL.COM
224	AC	MARCOS GURGEL DE LIMA   ZE****@GMAIL.COM
225	AC	MARCOS MD TECNOLOGIA   MA****@GMAIL.COM
226	AC	MARCUS ANIBAL OLIVE DE MORAES   MA****@GMAIL.COM
227	AC	MARFISA MESQUITA MOREIRA   MA****@GMAIL.COM
228	AC	MARGARETE ALMEIDA QUADROS   MA****@GMAIL.COM
229	AC	MARGARETE EDUL PRADO LOPES   MA****@GMAIL.COM
230	AC	MARIA APARECIDA H. C. SANTANA   CI****@HOTMAIL.COM
231	AC	MARIA AUXILIADORA ANTUNES   DO****@HOTMAIL.COM
232	AC	MARIA BEATRIZ DUQUE DE OLIVEIRA   BI****@HOTMAIL.COM
233	AC	MARIA CIDALIA APONCHIK   LI****@GMAIL.COM
234	AC	MARIA CRISTINA BECCATO   CR****@STERN.COM.BR
235	AC	MARIA DA GRACA SPESSOTO BITTAR PENNA   DA****@YAHOO.COM.BR
236	AC	MARIA DAS GRACAS MARTINS   MG****@GMAIL.COM
237	AC	MARIA DE LOURDES DUARTE SETTE   LO****@GMAIL.COM
238	AC	MARIA DO CARMO SILVA   MA****@UOL.COM.BR
239	AC	MARIA EDUARDA MARCIEL FEITOSA DUDA   MA****@GMAIL.COM
240	AC	MARIA ELIZABETH BAPTISTA VIANNA   VI****@GMAIL.COM
241	AC	MARIA HELENA DA SILVA CANGIANO   MH****@HOTMAIL.COM
242	AC	MARIA JESUS   MA****@GMAIL.COM
243	AC	MARIA LUCIA LIMA E SILVA MILTON   LU****@HOTMAIL.COM
244	AC	MARIA LUCIA LOPES OLIVER   ML****@GMAIL.COM
245	AC	MARIA OLIVEIRA   ZZ****@GMAIL.COM
246	AC	MARIA ROSELIA MARQUES LOPES   MR****@GMAIL.COM
247	AC	MARIA SANTOS   NI****@YAHOO.COM.BR
248	AC	MARIA SILVIA DE OLIVEIRA   MS****@GMAIL.COM
249	AC	MARIA STELLA PAULA FREITAS   ST****@GMAIL.COM
250	AC	MARIA TEREZA GALVAO FERNANDES   MA****@GMAIL.COM
251	AC	MARIA TEREZA MAGALHAES MESQUITA   TE****@GMAIL.COM
252	AC	MARIEDNA SOBREIRA   MA****@GMAIL.COM
253	AC	MARLENE DA SILVA DANTAS   MA****@YAHOO.COM.BR
254	AC	MARLENE GERALDO DE QUEIROZ   MA****@HOTMAIL.COM
255	AC	MARLUCE COSTA STOLL   MA****@GMAIL.COM
256	AC	MARLY CARLA   MA****@HOTMAIL.COM
257	AC	MARTHA MONTEIRO MARIANO   MM****@YAHOO.COM.BR
258	AC	MAURICIO BATISTA DE MOURA   MA****@HOTMAIL.COM
259	AC	MAURICIO OLIVERA FURTADO   MA****@HOTMAIL.COM
260	AC	MAURO NIEHUES DE FARIAS   MA****@HOTMAIL.COM
261	AC	MICHELE PEREIRA DE LIMA   MI****@YAHOO.COM.BR
262	AC	MICHELLE CARDIM DE AZEVEDO   MI****@GMAIL.COM
263	AC	MILENA MARIA SOARES PRIORI   MS****@YAHOO.COM.BR
264	AC	MILENE DEL FIORE   FI****@GMAIL.COM
265	AC	MILTON XAVIER   MI****@GMAIL.COM
266	AC	MIRAIDE BORGES   BO****@GMAIL.COM
267	AC	MIRIAM LARANJEIRA MALTO   MA****@HOTMAIL.COM
268	AC	MIRIAN LOPES IMBROISI   ML****@GMAIL.COM
269	AC	MOISES VIEIRA   MO****@GMAIL.COM
270	AC	MONICA ILENBURG PIMENTA   MO****@GMAIL.COM
271	AC	MONICA MARIA FERREIRA LACERDA   MO****@GMAIL.COM
272	AC	MONICA MILLER MAIA   MO****@LIVE.COM
273	AC	NATALIA RODRIGUES   NA****@HOTMAIL.COM
274	AC	NATALICIA ARAUJO DO COUTO   NA****@YAHOO.COM.BR
275	AC	NATHALIA ASSIMOS   NA****@HOTMAIL.COM
276	AC	NEIDE ROVAY   NF****@GMAIL.COM
277	AC	NELSON COSTA   NE****@GMAIL.COM
278	AC	NELSON GOMES TOLENTINO   NE****@GMAIL.COM
279	AC	NELSON LEOMAR GEWEHR   NE****@GMAIL.COM
280	AC	NILCIMAR DO AMARAL MONTEIRO   NI****@HOTMAIL.COM
281	AC	NILZANE ROCHA ARNDT   NI****@HOTMAIL.COM
282	AC	NORTON A. VIEIRA FRITZSCHE   NO****@GMAIL.COM
283	AC	ODAIR CIRILO   OD****@GMAIL.COM
284	AC	OLIVEIROS XAVIER DE OLIVEIRA   OL****@GMAIL.COM
285	AC	ORIVALDO SOUZA   OR****@GMAIL.COM
286	AC	PATRICIA PINHEIRO   PA****@HOTMAIL.COM
287	AC	PATRICIA SILVEIRA   PA****@GMAIL.COM
288	AC	PAULO AUGUSTO   PA****@GMAIL.COM
289	AC	PAULO FINOCCHIARO   FI****@UOL.COM.BR
290	AC	PAULO GOUVEIA   PA****@GMAIL.COM
291	AC	PAULO HENRIQUE DE SOUZA   PA****@GMAIL.COM
292	AC	PAULO ROSA   PC****@GMAIL.COM
293	AC	P C LOMBA   LO****@GMAIL.COM
294	AC	PETERSON HAINE   PE****@YAHOO.COM.BR
295	AC	PRISCILA GORRI DIAS   PR****@GMAIL.COM
296	AC	PUBLICO JOSE DA SILVA GABRIEL   PJ****@GMAIL.COM
297	AC	RAFAELA SILVA DE OLIVEIRA   RA****@ICLOUD.COM
298	AC	RAFAEL FERNANDES   RA****@GMAIL.COM
299	AC	RAMON COSTA   RA****@GMAIL.COM
300	AC	REGINALDO DE SOUZA PIMENTEL PIMENTEL   RE****@GMAIL.COM
301	AC	REGININHA CELLO   RE****@GMAIL.COM
302	AC	REGIS MICHALSKI   RE****@GMAIL.COM
303	AC	RENATA TONETO DE MELO VIDAL   RE****@GMAIL.COM
		AC   RIANNE MARTINS   RI****@GMAIL.COM
		AC   RITA DE CASSIA BAZAN MIGLIOLI   MI****@GMAIL.COM
		AC   RITA DE CASSIA SOARES   RI****@GMAIL.COM
		AC   ROBERTA DO NASCIMENTO SILVA   RO****@HOTMAIL.COM
		AC   ROBERTO PAULO DE AZEVEDO AZEVEDO   RO****@GMAIL.COM
		AC   ROBSON GALVAO   RO****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº   UF   Cidadão		
310	AC	RODRIGO MIRANDA   RO****@GMAIL.COM
311	AC	RONALDO BRUM   RO****@GMAIL.COM
312	AC	ROSEANE NEVES   RO****@GMAIL.COM
313	AC	ROSENOR DUTRA MURRER   RO****@HOTMAIL.COM
314	AC	ROSIMARY BARBOSA DE MOURA   RO****@HOTMAIL.COM
315	AC	RUDE FREIRE   RH****@YAHOO.COM.BR
316	AC	- R   UL****@GMAIL.COM
317	AC	RUTINHA RUTE   RU****@GMAIL.COM
318	AC	SANDRA CHAVES   SA****@GMAIL.COM
319	AC	SANDRA DA COSTA   SA****@GMAIL.COM
320	AC	SARAH ALCOLUMBRE   SA****@GMAIL.COM
321	AC	SAULO FABRICIO   SM****@YAHOO.COM.BR
322	AC	SEBASTIAO LUIZ PIRES VARGAS   SE****@GMAIL.COM
323	AC	SERENA LETIZIA BOLLA FERNANDES   SE****@GMAIL.COM
324	AC	SERGIO FERREIRA DA SILVA   SF****@GMAIL.COM
325	AC	SHEILA MARIA FERREIRA DE PAULA   SH****@GMAIL.COM
326	AC	SHIRLEY OLIVEIRA   LC****@GMAIL.COM
327	AC	SILMARA G TELES   SI****@GMAIL.COM
328	AC	SILVANA GATTO MADEIRA   SM****@HOTMAIL.COM
329	AC	SILVIA CRISTINA BELTRAO WINIAWER   SI****@GMAIL.COM
330	AC	SILVIA FEITOSA DE A L BABADOPULOS   SI****@YAHOO.COM.BR
331	AC	SIMONE CRISTINA DE FREITAS RUZAFI   SC****@GMAIL.COM
332	AC	SONIA FERNANDES   WS****@GMAIL.COM
333	AC	SONIA MARCIA VELTEN RANGEL   RA****@HOTMAIL.COM
334	AC	SONIA M SMAB   SO****@HOTMAIL.COM
335	AC	SONIA PRACIANO   SO****@GMAIL.COM
336	AC	SONIDEIA ALVES   SO****@HOTMAIL.COM
337	AC	STROVSKOVSKY FERRER DE MELO BRANDAO   ST****@GMAIL.COM
338	AC	STUART DE BORBA E VELOSO   ST****@YAHOO.COM.BR
339	AC	SUELI APARECIDA BOLDARINI MIRANDA   PA****@HOTMAIL.COM
340	AC	SURAIÁ DE SOUSA LIMA STRAFACCI   SU****@HOTMAIL.COM
341	AC	TACITA VILELA REIS   TA****@SUPERIG.COM.BR
342	AC	TAISA ZUANAZZI POMPONI   TA****@GMAIL.COM
343	AC	TAIS BUENO   TA****@GMAIL.COM
344	AC	TALITA MORAIS   TA****@GMAIL.COM
345	AC	TANIA VILLAS-BOAS   TV****@GMAIL.COM
346	AC	TATIANA CAMARGO FERNANDES   CC****@HOTMAIL.COM
347	AC	TERESA C. ALTOE   TE****@GMAIL.COM
348	AC	TERESA CHIODETTO   TE****@GMAIL.COM
349	AC	TERESA ROSITO   TE****@GMAIL.COM
350	AC	TERESA VIEIRA GAMA   TV****@TERRA.COM.BR
351	AC	THACITA MELO GOMES   TH****@HOTMAIL.COM
352	AC	THEREZINHA GROLLA   TE****@GMAIL.COM
353	AC	TICHE DAVIS   TI****@HOTMAIL.COM
354	AC	TOMAZ TOLEDO   TO****@GMAIL.COM
355	AC	UDILEA SARMENTO   UD****@GMAIL.COM
356	AC	VALERIA GONCALVES SRUR   VA****@UOL.COM.BR
357	AC	VALERIA MARIA GONCALVES SOLIS   VA****@GMAIL.COM
358	AC	VANESSA COUPE   VA****@GMAIL.COM
359	AC	VANIA AVELAR FERREIRA   VA****@GMAIL.COM
360	AC	VERA LUCIA FOSCARINI FERREIRA   VE****@GMAIL.COM
361	AC	VERA LUCIA SILVEIRA DOS SANTOS   VE****@TERRA.COM.BR
362	AC	VERONICA GONCALVES DA SILVA   VE****@GMAIL.COM
363	AC	VICENTE CELSO TONDO   VT****@GMAIL.COM
364	AC	VILMA DOS SANTOS LAGE DALMEIDA   VI****@TERRA.COM.BR
365	AC	WILSON BERTELLI   VB****@TERRA.COM.BR
366	AC	VINICIUS BRINA GRAMISCELLI   VI****@IG.COM.BR
367	AC	VINICIUS SANTOLIM   VI****@GMAIL.COM
368	AC	VINICIUS SENA DE LIMA   VS****@GMAIL.COM
369	AC	WAGNER FARIA BARBOSA   BA****@GMAIL.COM
370	AC	WAGNER FERREIRA BEBEDETI   SW****@GMAIL.COM
371	AC	WALKIRIE MOURA DE AZEVEDO SENA   WA****@TJAC.JUS.BR
372	AC	WANDERLEY JOSE DA SILVA   LE****@GMAIL.COM
373	AC	WELITON DE SOUZA BATBOSA   WO****@GMAIL.COM
374	AC	WILLIAM MAIA   WM****@GMAIL.COM
375	AC	WILTON COELHO   WI****@GMAIL.COM
376	AC	XANDA PRADO   XA****@HOTMAIL.COM
377	AL	ABILIO DOS SANTOS TARELHO FILHO   AB****@HOTMAIL.COM
378	AL	AIRTON SILVA   AS****@GMAIL.COM
379	AL	ALANNA NATALY LOPES AMARO   AL****@ALUNO.EDUCACAO.PE.GOV.BR
380	AL	ALBA TRINDADE   AL****@GMAIL.COM
381	AL	ALDO CEZA SILVA   DI****@GMAIL.COM
382	AL	ALEXANDRE GOMES   XA****@GMAIL.COM
383	AL	ALEXANDRE TENORIO FREIRE   AL****@HOTMAIL.COM
384	AL	ALEX BAR   AL****@GMAIL.COM
385	AL	ALFREDO RODRIGUES CAMARA   AL****@GMAIL.COM
386	AL	ALINEBRANDAO@GMAIL.COM BRANDAO   AL****@GMAIL.COM
387	AL	ALINE MONTEIRO   AL****@GMAIL.COM
388	AL	ALLAN TEIXEIRA   AL****@GMAIL.COM
389	AL	AMADEU ELIZEU RIBEIRO NETO   AM****@UOL.COM.BR
390	AL	AMANDA MOURA CALDAS   AM****@GMAIL.COM
391	AL	AMELIA AGUIAR   AM****@GMAIL.COM
392	AL	ANADEGE DANTAS   AN****@GMAIL.COM
393	AL	ANA KARLA DA SILVA NAZARIO   AN****@GMAIL.COM
394	AL	ANDERSON PONTES PINTO   AN****@GMAIL.COM
395	AL	ANDREA CARLA SANTOS   AN****@GMAIL.COM
396	AL	ANDREA LIMA   AN****@HOTMAIL.COM
397	AL	ANDRE BENVINDO NUNES   AN****@GMAIL.COM
398	AL	ANDRE HENRIQUE DE LIMA ANTUNES   AN****@GMAIL.COM
399	AL	ANGELA FERREIRA   AN****@GMAIL.COM
400	AL	ANTONIO CARLOS TENORIO DA SILVA   AN****@GMAIL.COM
401	AL	ARCHIDEIA CERQUEIRA   DE****@GMAIL.COM
402	AL	ARIANY KARLA GUIMARAES RIOS   AR****@HOTMAIL.COM
403	AL	AUGUSTO SOARES   AU****@GMAIL.COM
404	AL	AVERDADE AVDD   NA****@GMAIL.COM
405	AL	BC NASCIMENTO   MA****@GMAIL.COM
406	AL	BRUNA COSTA   B.****@GMAIL.COM
	AL	BRUNA FERREIRA   BR****@GMAIL.COM
	AL	BRUNO MALTA   BW****@GMAIL.COM
	AL	CARLOS ALFREDO DE FARIAS COSTA   CA****@GMAIL.COM
	AL	CARLOS ARAUJO   CA****@GMAIL.COM
	AL	CARLOS FABIANO DA SILVA   FA****@GMAIL.COM
	AL	CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA   CA****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº   UF   Cidadão		
413	AL	CAROLINE VIEIRA MCL   CA****@GMAIL.COM
414	AL	CASSIANA PAULA DA SILVA   CA****@GMAIL.COM
415	AL	CHARDAO FIGUEIRA   RI****@GMAIL.COM
416	AL	CHRISTIANE DA SILVA VIANA   CM****@GMAIL.COM
417	AL	CICERA ALVES MONTE   CI****@GMAIL.COM
418	AL	CINARA DA SILVA FERREIRA   SO****@GMAIL.COM
419	AL	CIVANILDO COSTA   CI****@GMAIL.COM
420	AL	CLAITON REIS   CL****@OUTLOOK.COM
421	AL	CLAUDIA ARAUJO   CO****@GMAIL.COM
422	AL	CLAUDIA IARA SILVA DE OLIVEIRA FARIAS   CA****@YAHOO.COM.BR
423	AL	CLAUDIO FERREIRA SOARES   CF****@GMAIL.COM
424	AL	CREUZA MARIA   CR****@GMAIL.COM
425	AL	CRWL3Y GAMEPLAY E TUTORIAS   KA****@GMAIL.COM
426	AL	DANUBIO CARVALHO   DA****@GMAIL.COM
427	AL	DAVID ALEXANDRE ARSENIO ARSENIO   DA****@HOTMAIL.COM
428	AL	DEISE ESTEVES   DE****@GMAIL.COM
429	AL	DEISE FERREIRA ESTEVES   ES****@GMAIL.COM
430	AL	DEISYANNE RIBEIRO   DE****@GMAIL.COM
431	AL	DENISE LOBO MEIRELES   DE****@CLOUD.COM
432	AL	DOM CORADO   GI****@GMAIL.COM
433	AL	DULCE MELO   DU****@GMAIL.COM
434	AL	EDNA FIGUEIREDO DE ARAUJO   ED****@GMAIL.COM
435	AL	EDSON SANTOS   J.****@GMAIL.COM
436	AL	EDVANIA COSMO GONCALVES   VA****@GMAIL.COM
437	AL	ELAINE PATRICIA GOMES MELO   EP****@YAHOO.COM.BR
438	AL	ELIDIANE TENORIO JUSTINO   LE****@GMAIL.COM
439	AL	ELINEVES SILVA   EL****@GMAIL.COM
440	AL	ELIZABETE SOUZA   TA****@GMAIL.COM
441	AL	ELIZABETH TENORIO   BE****@GMAIL.COM
442	AL	ELLEN BRITO   EL****@GMAIL.COM
443	AL	ELOAR DINIZ MESQUITA   EL****@GMAIL.COM
444	AL	ELSON COX JUNIOR   EC****@GMAIL.COM
445	AL	ELVANDE RIBEIRO SILVA   EL****@GMAIL.COM
446	AL	EMERSON RODRIGUES   RO****@GMAIL.COM
447	AL	ERICO LINS DE MOURA   ER****@GMAIL.COM
448	AL	ERIVALDO DA SILVA   ER****@GMAIL.COM
449	AL	ERIVELTON MIRANDA DA SILVA   ER****@GMAIL.COM
450	AL	EUCLYDES AUGUSTO UCHOA GOMES   EU****@HOTMAIL.COM
451	AL	FABIANA MAIA NOBRE ROCHA ARRAES   FA****@GMAIL.COM
452	AL	FABIANA SANTIAGO   FA****@GMAIL.COM
453	AL	FABIANO SOARES DE ALCANTARA   FA****@GMAIL.COM
454	AL	FABINHO COSTA PESSOA   FA****@GMAIL.COM
455	AL	FABIO ARAUJO MONTEIRO   FA****@HOTMAIL.COM
456	AL	FABRICIO PACHECO CAMBOIM GONCALVES   FA****@HOTMAIL.COM
457	AL	FATIMA FERREIRA LIMA   FA****@HOTMAIL.COM
458	AL	FELIPE ALVES   SR****@GMAIL.COM
459	AL	FERNANDA MONTENEGRO   MO****@HOTMAIL.COM
460	AL	FLIVIA OLIVEIRA COSTA   FL****@HOTMAIL.COM
461	AL	FRANCINE MENDONCA   FS****@GMAIL.COM
462	AL	FRANCISCO ANTONIO CARLOS   FC****@GMAIL.COM
463	AL	FRANKLIN FREITAS MONTE BISPO   FR****@CASAL.AL.GOV.BR
464	AL	FREDERICO CARDOSO   FR****@GMAIL.COM
465	AL	GABI AMORIM RODRIGUES   AN****@GMAIL.COM
466	AL	GABRIEL GAMES   SI****@GMAIL.COM
467	AL	GEILDO ARAUJO DA SILVA   GE****@HOTMAIL.COM
468	AL	GERSON MORAIS   PI****@GMAIL.COM
469	AL	GILMAN DE OLIVEIRA BATISTA   GI****@GMAIL.COM
470	AL	GILMAYARA PEREIRA   GI****@GMAIL.COM
471	AL	GILSON CANDIDO DE ALMEIDA   GI****@HOTMAIL.COM
472	AL	GIULIANO PEIXOTO GONCALVES   GI****@HOTMAIL.COM
473	AL	GRAZIELLE DE FARIAS ALMEIDA   GR****@HOTMAIL.COM
474	AL	GUSTAVO TONIN   GU****@GMAIL.COM
475	AL	HAILTON JOSE SANTANA LISBOA   LI****@GMAIL.COM
476	AL	HELENO SILVA   HE****@GMAIL.COM
477	AL	HENRIQUE TADEU TAVARES D'ALMEIDA LINS   RI****@HOTMAIL.COM
478	AL	HIRAM MAIA VIEIRA   HI****@GMAIL.COM
479	AL	HUDSON CORREIA   HU****@GMAIL.COM
480	AL	HUGO ALEXANDRE SALES DE GOES   HA****@GMAIL.COM
481	AL	IARA BARBOSA   IA****@GMAIL.COM
482	AL	ILITIA CAVALCANTE   IL****@GMAIL.COM
483	AL	ILSON M. S. PRAZERES   IL****@GMAIL.COM
484	AL	I'M NOT PERFECT   NA****@GMAIL.COM
485	AL	INES DE FATIMA DE AZEVEDO JACINTO INOJOSA   IN****@UOL.COM.BR
486	AL	IVANIA LUIZ   IV****@GMAIL.COM
487	AL	IVANILDA CONCEICAO   IV****@GMAIL.COM
488	AL	IVO LERMEN   LE****@GMAIL.COM
489	AL	IZABEL LINS   LO****@GMAIL.COM
490	AL	JACK NILSON NEORIO GONZAGA   JA****@HOTMAIL.COM
491	AL	JANGO FREEMAN   JA****@GMAIL.COM
492	AL	JANIO SILVA   JA****@GMAIL.COM
493	AL	JENNIFER MOTA   JE****@GMAIL.COM
494	AL	JESSICA YNGRID VANDERLEI LISBOA   JE****@HOTMAIL.COM
495	AL	JOAO BATISTA BARROS   JB****@HOTMAIL.COM
496	AL	JOAO VICTOR CAVALCANTI FERREIRA   JO****@GMAIL.COM
497	AL	JOCINEIDE MELO   JO****@GMAIL.COM
498	AL	JOFRE DIAS FILHO   JO****@HOTMAIL.COM
499	AL	JOSE CARLOS BEZERRA   MR****@GMAIL.COM
500	AL	JOSE JORGE DE ARAUJO   JO****@HOTMAIL.COM
501	AL	JOSE PETRUCIO SOARES DA SILVA   JP****@HOTMAIL.COM
502	AL	JOSE SILVA   WH****@GMAIL.COM
503	AL	JOSIANE LIBERATO   JO****@GMAIL.COM
504	AL	KARLA VANESSA ROBERTO SOUZA PIMENTEL   KA****@HOTMAIL.COM
505	AL	KEMUEL LIMA   KE****@GMAIL.COM
506	AL	KENNETH IAGO GRANJA   KE****@GMAIL.COM
507	AL	KLEBER DE CASTRO LINS   KL****@HOTMAIL.COM
508	AL	KRISTHYNA REGIS DE MELLO   DR****@MSN.COM
509	AL	LAUDICEA CANDIDO DE OLIVEIRA   LA****@GMAIL.COM
	AL	LEILA ANDREA LESSA LIMA DE MEDEIROS   LE****@HOTMAIL.COM
	AL	LICIA FERNANDES   LI****@GMAIL.COM
	AL	LILLIAN GRASSE FRAGOSO GUIMARAES   LI****@HOTMAIL.COM
	AL	LIVIA NATALIA VICENTE DE LIMA   LL****@GMAIL.COM
	AL	LUANDA ROSA COSTA LINS   LU****@YAHOO.COM
	AL	LUCIA HELENA BRAZ REIS DA SILVA   LH****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº   UF   Cidadão		
516	AL	LUCIANO GATO   LU****@GMAIL.COM
517	AL	LUIS ELIAS PEREIRA   LU****@GMAIL.COM
518	AL	MACIEL VIEIRA SANDES   MA****@GMAIL.COM
519	AL	MANOEL MESSIAS DE OLIVEIRA   MA****@GMAIL.COM
520	AL	MANUELA MADEIROS BASTOS CORDEIRO   MM****@OUTLOOK.COM
521	AL	MARBIANA TEIXEIRA   TE****@GMAIL.COM
522	AL	MARCELO CARDOSO   MA****@GMAIL.COM
523	AL	MARCELO HILARIO RODRIGUES DE OLIVEIRA   MA****@UOL.COM.BR
524	AL	MARCIANO DA SILVA   MA****@GMAIL.COM
525	AL	MARCOS ANTONIO A DOS SANTOS MARCOS   MA****@GMAIL.COM
526	AL	MARCOS ANTONIO DE ARAUJO   MA****@HOTMAIL.COM
527	AL	MARCOS CARDOSO RAMOS   CA****@GMAIL.COM
528	AL	MARIA AMELIA PEIXOTO PATURY GALVAO   MA****@GMAIL.COM
529	AL	MARIA CRISTIANE PEREIRA DE AMORIM   CR****@HOTMAIL.COM
530	AL	MARIA DALVA   DA****@GMAIL.COM
531	AL	MARIA JOSE SILVA LEITE   MI****@GMAIL.COM
532	AL	MARIELZA GURGEL   MA****@GMAIL.COM
533	AL	MARILIA LESSA   MA****@GMAIL.COM
534	AL	MARINALDO BISPO   MA****@GMAIL.COM
535	AL	MARIO JUNIOR   MA****@GMAIL.COM
536	AL	MAURICIO DE ANDRADE SILVA FILHO   MA****@YAHOO.COM.BR
537	AL	MILENA OLIVEIRA   AN****@GMAIL.COM
538	AL	MIRELA BORGES   MI****@BOL.COM.BR
539	AL	NANDO DA SILVA   NA****@GMAIL.COM
540	AL	NICOLAS ALBUQUERQUE   NI****@GMAIL.COM
541	AL	NIKOLAS HANOKH   NI****@GMAIL.COM
542	AL	NOVAES NOVAES   MI****@HOTMAIL.COM
543	AL	ORLANDO BARBOSA   OR****@GMAIL.COM
544	AL	ORLANDO MARCOS LIMA FERNANDES   MA****@GMAIL.COM
545	AL	PATRICIA SIQUEIRA   PA****@GMAIL.COM
546	AL	PAULECIO ALVES PEREIRA   MC****@GMAIL.COM
547	AL	PAULO BREDA   PA****@GMAIL.COM
548	AL	PEDRO HENRIQUE LIRA   PE****@GMAIL.COM
549	AL	PEDRO SEVE   PE****@GMAIL.COM
550	AL	PEDRO SILVA   PE****@GMAIL.COM
551	AL	POLIANA ROCHA   AN****@GMAIL.COM
552	AL	PROFANE LAST   LA****@GMAIL.COM
553	AL	RANI SILVA   RH****@GMAIL.COM
554	AL	RAYANNE HONORATO   RA****@GMAIL.COM
555	AL	REJANE MENDES   RE****@GMAIL.COM
556	AL	RICARDO MACEDO CAMELO   RI****@UOL.COM.BR
557	AL	RINALDO GUEDES RAPASSI   RI****@GMAIL.COM
558	AL	RITA DE CASSIA ARAUJO GONCALVES   RI****@HOTMAIL.COM
559	AL	RITA DE CASSIA VIEIRA MALTA   RI****@GMAIL.COM
560	AL	RITA MENDONCA   RI****@GMAIL.COM
561	AL	ROBBEN LIOTTI   RO****@GMAIL.COM
562	AL	ROBERTO WAGNER GOES MARTINS PINHEIRO   PE****@GMAIL.COM
563	AL	ROBERTO WAGNER GOES MARTINS PINHEIRO   RW****@BOL.COM.BR
564	AL	RODRIGO ANTONIO GUEDES DA SILVA   TO****@GMAIL.COM
565	AL	RODRIGO ANTONIO   PE****@GMAIL.COM
566	AL	RODRIGO HENRIQUE DE JESUS TEMOTEIO   RO****@HOTMAIL.COM
567	AL	ROMARIO MACHADO   RO****@GMAIL.COM
568	AL	RONALDO BECO   RO****@GMAIL.COM
569	AL	ROOSEVELT OMENA   DR****@GMAIL.COM
570	AL	ROSANAARAUJO369 ARAUJO   AR****@GMAIL.COM
571	AL	RUTECLEA GOMES DE ANDRADE   RU****@GMAIL.COM
572	AL	SAMUEL ROCHA DOS SANTOS   SU****@GMAIL.COM
573	AL	SANDERSON BEZERRA   CE****@GMAIL.COM
574	AL	SANDRA CRISTINA DOS SANTOS LIRA   SA****@HOTMAIL.COM
575	AL	SANDRA LUCIA SILVA   SA****@HOTMAIL.COM
576	AL	SARA FELICIO SANTOS   FE****@GMAIL.COM
577	AL	SHIRLEY DA SILVA BUARQUE   SH****@GMAIL.COM
578	AL	SILVANEIDE RIBEIRO   SI****@GMAIL.COM
579	AL	SILVANIA MAURICIO DE SOUSA   SI****@HOTMAIL.COM
580	AL	SORIANO TORRES   AD****@GMAIL.COM
581	AL	STEPHANY LIMA   ST****@GMAIL.COM
582	AL	SUZANA CRISTINA DEC LIMA ANTUNES   SU****@GMAIL.COM
583	AL	SUZANA FIORI   SZ****@GMAIL.COM
584	AL	TAIS FIGUEIREDO DE ARAUJO   TA****@GMAIL.COM
585	AL	TANELI AVLIS   DA****@GMAIL.COM
586	AL	THAIANE ISABELLE   TH****@GMAIL.COM
587	AL	THALLES SHILMANEY MARTINHO SANTOS LEITE   TH****@GMAIL.COM
588	AL	THEU SOBRAL   TH****@GMAIL.COM
589	AL	THIAGO CANUTO   PI****@GMAIL.COM
590	AL	THIAGO LIMA   TH****@GMAIL.COM
591	AL	THOMAZ FIREMAN DE ARROXELLAS COSTA   TH****@HOTMAIL.COM
592	AL	TUCA ALBUQUERQUE   TU****@GMAIL.COM
593	AL	VALDEMIR CAVALCANTE FERRO   VA****@GMAIL.COM
594	AL	VALNIA VELOSO COELHO   VA****@HOTMAIL.COM
595	AL	WAGNER GUIMARAES MELLO MELLO   WA****@HOTMAIL.COM
596	AL	WALDYJANE FARIAS NOVAIS   WA****@HOTMAIL.COM
597	AL	WENDEL SILVESTRE DE OLIVEIRA   WE****@GMAIL.COM
598	AL	WILLAMES SOARES DA SILVA   YT****@GMAIL.COM
599	AL	WILMA ACIOLY   AC****@GMAIL.COM
600	AL	YVETTE BARBOSA   YV****@GMAIL.COM
601	AM	ADRIANO MORAES DE MEDEIROS   ME****@GMAIL.COM
602	AM	ADRIANO PINHEIRO   MI****@GMAIL.COM
603	AM	AEGON TARG   WI****@GMAIL.COM
604	AM	ALDA BARAUNA   AL****@GMAIL.COM
605	AM	ALDEIZE F DE A   AL****@GMAIL.COM
606	AM	ALESSANDRO CASTRO   AL****@GMAIL.COM
607	AM	ALEXANDRE SOUZA   AA****@HOTMAIL.COM
608	AM	ALEXANDRE VERAS RODRIGUES   AL****@GMAIL.COM
609	AM	ALEX LEONARDO AMARAL GOIS   AL****@GMAIL.COM
610	AM	ALICE KELLY GAMA DA SILVA   EU****@GMAIL.COM
611	AM	AMANDA HOLANDA AMAZONAS   AM****@GMAIL.COM
612	AM	ANA PAULA ROCHA NEVES   RO****@GMAIL.COM
	AM	ANDERSON CAVALCANTE GUIMARAES   AN****@GMAIL.COM
	AM	ANDERSON CLAITON LIMA   AN****@GMAIL.COM
	AM	ANDERSON SENA   AN****@GMAIL.COM
	AM	ANDERSON SOUZA   XM****@GMAIL.COM
	AM	ANDERSON WILLAMY COSTA DA SILVA   AN****@GMAIL.COM
	AM	ANDRESSA ABTIBOL   AN****@GMAIL.COM





LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 156991

Nº   UF   Cidadão	
619	AM   ANDRESSA ABTIBOL   AN****@GMAIL.COM
620	AM   ANDREY ZUBIATE   NO****@GMAIL.COM
621	AM   ANTONIO DAVI ROLAND DE BRITO   AN****@HOTMAIL.COM
622	AM   ANTONIO GOMES   TO****@GMAIL.COM
623	AM   ARLANE FIGUEIRA   AR****@GMAIL.COM
624	AM   ARLANE SANTOS   AR****@GMAIL.COM
625	AM   BARBARA PRISCILA COSTA DE CARVALHO   PR****@LIVE.COM
626	AM   BENEDITO ALBERTO OLIVEIRA FRANCA   FR****@GMAIL.COM
627	AM   BENEDITO ALMEIDA   BE****@GMAIL.COM
628	AM   BRUNA MARIA PINHEIRO MOREIRA   BR****@GMAIL.COM
629	AM   BRUNA TAMIRES   BR****@GMAIL.COM
630	AM   BRUNO ARAUJO   AR****@GMAIL.COM
631	AM   CARLA ZELINE   ZE****@GMAIL.COM
632	AM   CARLOS ALBERTO MARQUES DA SILVA   SI****@GMAIL.COM
633	AM   CARLOS ALBERTO PEREIRA FERREIRA   CA****@HOTMAIL.COM
634	AM   CARLOS CEZAR ANDRADE ALMEIDA   CC****@GMAIL.COM
635	AM   CARLOS EDUARDO CLAUDIO RAMOS   CA****@GMAIL.COM
636	AM   CARLOS SOTERO   CA****@GMAIL.COM
637	AM   CASSIO AFONSO SILVA DE OLIVEIRA   CA****@LIVE.COM
638	AM   CASSIUS MARTINS   CA****@HOTMAIL.COM
639	AM   CINTIA SIMOES   CI****@GMAIL.COM
640	AM   CLEIDIANE RABELO   CL****@GMAIL.COM
641	AM   CRISTIAN CARVALHO DE SIQUEIRA SIQUEIRA   CR****@GMAIL.COM
642	AM   CRISTIANE PINHEIRO   CR****@GMAIL.COM
643	AM   DANGLERS CASTRO   DA****@GMAIL.COM
644	AM   DANIELLE OLIVEIRA   CH****@GMAIL.COM
645	AM   DANIEL MARTINS   DA****@BLOGDODANIEL.COM.BR
646	AM   DANIEL SARAIVA BRUCE   DA****@GMAIL.COM
647	AM   DANUZA SANTA RITA RODRIGUES DE LIMA   RD****@HOTMAIL.COM
648	AM   DAS NEVES   DA****@GMAIL.COM
649	AM   DENILSON ANTONIO ALEXANDRE   DE****@GMAIL.COM
650	AM   DENISE BRAGA DE AZEVEDO   DE****@YAHOO.COM
651	AM   DENISE RODRIGUES   DE****@HOTMAIL.COM
652	AM   DIEGO EMERSON   VI****@GMAIL.COM
653	AM   DOCILDA FLORENCIO MARTINS   DO****@HOTMAIL.COM
654	AM   EDCLEY RODRIGUES PIRANGI   A9****@GMAIL.COM
655	AM   EDGAR LIMA DA SILVA JUNIOR   ED****@GMAIL.COM
656	AM   EDILSON DE SOUZA MAFRA   ES****@OUTLOOK.COM
657	AM   EDINEY SANTOS   ED****@GMAIL.COM
658	AM   ELIEZER MOTA   EL****@GMAIL.COM
659	AM   ELIZANA SILVA   EL****@GMAIL.COM
660	AM   ELIZIANE COUTINHO   DU****@GMAIL.COM
661	AM   ELIZOMARA PEREIRA DO NASCIMENTO   MA****@GMAIL.COM
662	AM   ENEAS SANTOS   EN****@GMAIL.COM
663	AM   ESTEVAM PEREIRA   PE****@GMAIL.COM
664	AM   EUDSON PIMENTEL   EU****@GMAIL.COM
665	AM   EVERTON DE OLIVEIRA MAIA   MA****@GMAIL.COM
666	AM   EZEGLAIR DE SOUZA   EZ****@GMAIL.COM
667	AM   FABIANO AMARANTE   FA****@GMAIL.COM
668	AM   FABIO QUARTAROLLI   QU****@GMAIL.COM
669	AM   FABIO T. C. STOLLER   FA****@GMAIL.COM
670	AM   FABRICIO MARQUES   FM****@HOTMAIL.COM
671	AM   FERNANDA DUARTE CARNEIRO MANOEL   FE****@HOTMAIL.COM
672	AM   FERNANDO DE LIMA GOMES   PA****@HOTMAIL.COM
673	AM   FRANCISCA REGIA MAIA ALFAIA   RE****@GMAIL.COM
674	AM   FRAN MESQ QUARTAROLLI   FM****@GMAIL.COM
675	AM   GEBER NASCIMENTO   GE****@GMAIL.COM
676	AM   GERMINO CORDEIRO DIAS NETO   GE****@GMAIL.COM
677	AM   GIANCARLO MONTEIRO   GI****@GMAIL.COM
678	AM   GILVAN MOTA   GI****@GMAIL.COM
679	AM   GLEYDSON JOSE DE ARAUJO GAMA   GA****@GMAIL.COM
680	AM   GSCRUM GSCRUM   GS****@GMAIL.COM
681	AM   GUILHERME AMORIM DE SOUZA   SO****@GMAIL.COM
682	AM   HELDER DACOSTA   HE****@GMAIL.COM
683	AM   HELOISA MORELI SAMPAIO   HE****@GMAIL.COM
684	AM   HENRIQUE FLAVIO SOUZA SILVA   RI****@GMAIL.COM
685	AM   HENRIQUE RIBEIRO MARTINI VIEIRA   HE****@HOTMAIL.COM
686	AM   HIFRAM MOUSSE   MO****@GMAIL.COM
687	AM   ISRAEL VENANCIO   IS****@GMAIL.COM
688	AM   JANES CLEY NUNES   JA****@GMAIL.COM
689	AM   JAQUELINE FERRETTI   JA****@GMAIL.COM
690	AM   JAQUELINE SIQUEIRA   JA****@GMAIL.COM
691	AM   JEAN ALVES   JI****@GMAIL.COM
692	AM   JENNIFER SALES   JE****@GMAIL.COM
693	AM   JOAO CARLOS   JO****@GMAIL.COM
694	AM   JOAO TORRES   JO****@GMAIL.COM
695	AM   JOEMILSON SOUZA   JO****@GMAIL.COM
696	AM   JONAS SILVA   JO****@GMAIL.COM
697	AM   JOSE GERALDO MARTINS DOS SANTOS   GE****@GMAIL.COM
698	AM   JOSE ITAMAR SILVA PONTES   JO****@GMAIL.COM
699	AM   JOSE LUIZ KLEIN   KL****@GMAIL.COM
700	AM   JOSE MURILO FERRAZ SUANO   MU****@GMAIL.COM
701	AM   JUCINEIA TORRES DE OLIVEIRA   JU****@HOTMAIL.COM
702	AM   JULIANO GAMA   EC****@GMAIL.COM
703	AM   KARINA VIRGOLINO   KA****@GMAIL.COM
704	AM   KELSON GIRAO DE SOUZA   KE****@HOTMAIL.COM
705	AM   KENNEDY SILVA LOPES   KS****@GMAIL.COM
706	AM   KETLEN ORQUIDEA   BL****@GMAIL.COM
707	AM   K T   TK****@GMAIL.COM
708	AM   LANEHEWER FIGUEIRA   AR****@GMAIL.COM
709	AM   LANGERLI MOURA MOURA   LA****@GMAIL.COM
710	AM   LANI BRANDAO   LA****@GMAIL.COM
711	AM   LAZARO ROBSON PEREIRA JANUARIO   LA****@HOTMAIL.COM
712	AM   LE B   LE****@GMAIL.COM
713	AM   LEILSON LEILSON   LE****@GMAIL.COM
714	AM   LEON BARROSO   LE****@GMAIL.COM
715	AM   LEVINDO SOUZA   LE****@GMAIL.COM
	AM   LIA ACSZ   JU****@GMAIL.COM
	AM   LIPE SILVA   FL****@GMAIL.COM
	AM   LUCELIA CUNHA DA ROCHA SANTOS   LC****@GMAIL.COM
	AM   LUCIANA GONCALVES SIQUEIRA   LU****@HOTMAIL.COM
	AM   LUCIANA SAMPA   LU****@GMAIL.COM
	AM   LUCIENE TELES PEREIRA   LU****@GMAIL.COM





2



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2239, DE 2022

(nº 5.900/2016, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

### DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1479655&filename=PL-5900-2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1479655&filename=PL-5900-2016)



[Página da matéria](#)



Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 99 e 101 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça.

Art. 2º Os arts. 99 e 101 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 99. ....

.....

§ 2º O juiz deferirá o pedido de gratuidade da justiça postulado pela pessoa natural que comprove pelo menos uma das seguintes hipóteses:

I - estar dispensada, nos termos da legislação tributária, de apresentar Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda;

II - ser beneficiária de programa social do governo federal;

III - auferir renda mensal de até 3 (três) salários mínimos;

IV - tratar-se de mulher em situação de violência doméstica e familiar, nos termos do art. 28 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);



V - comprovar ser membro de comunidades indígenas mediante apresentação de declaração expedida por suas entidades representativas ou por órgão indigenista oficial;

VI - estar representada em juízo pela Defensoria Pública.

§ 3º O requerente pessoa natural não enquadrado nas hipóteses taxativas do § 2º deste artigo poderá pleitear e obter o benefício de gratuidade da justiça, desde que comprove a insuficiência de recursos, por meio da apresentação de documentação idônea ou por outro meio de prova admitido, e ao juiz caberá apreciar fundamentadamente o pedido.

§ 3º-A Em qualquer hipótese, o juiz poderá indeferir o pedido de gratuidade da justiça, respeitado o contraditório, se houver nos autos elementos que evidenciem a capacidade financeira do requerente para arcar com as custas e as despesas processuais sem prejuízo de seu sustento.

.....

§ 8º Faz jus ao benefício de gratuidade da justiça o requerente pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.”(NR)

“Art. 101. Contra a decisão que apreciar o pedido de gratuidade da justiça ou de sua revogação caberá agravo de instrumento, exceto quando a

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

questão for resolvida na sentença, contra a qual caberá apelação.

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 17 de maio de 2022.

ARTHUR LIRA  
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 306/2022/PS-GSE

Brasília, 17 de maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 5.900, de 2016, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220113563500>



---

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>

- art28

- Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015 - Código de Processo Civil (2015) - 13105/15

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13105>

- art99

- art101

**EMENDA Nº – CDH**

(Ao PL nº 2.239, de 2022)

Dê-se a seguinte redação ao inciso IV do § 2º do art. 99 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.239, de 2022:

“Art. 2º .....

‘Art. 99. ....

.....

§ 2º .....

.....

IV - tratar-se de mulher em situação de violência doméstica e familiar, nos termos do art. 28 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), desde que figure no feito ou demande serviço da justiça em virtude dessa condição;

.....

..... (NR)’

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

A inclusão de mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre os potenciais beneficiários da gratuidade da justiça de que trata o Projeto de Lei (PL) nº 2.239, de 2022, é resultante do benfazejo acolhimento, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, da proposta contida no então apenso PL nº 3.046, de 2019, o que veio a constituir o inciso IV ora cogitado para o § 2º do art. 99 do Código de Processo Civil.

Mas se faz necessário explicitar que o benefício, nessa hipótese, será concedido apenas caso a requerente figure no feito ou demande certo serviço da justiça em virtude dessa sua condição de mulher sujeita a violência doméstica (o art. 28 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006<sup>1</sup>, ao qual o PL

<sup>1</sup> Lei Maria da Penha.





faz remissão, não explicita isso em seu texto simplesmente porque essa espécie de violência contra a mulher é já componente intrínseco ao capítulo daquela lei no qual tal artigo figura e, de resto, ao próprio objeto de todo aquele diploma legal).

Deixar de clarificar esse aspecto da matéria implicaria uma distinção reprovável e discordante do princípio constitucional da igualdade, pois se admitiria que uma mulher nessas circunstâncias obtivesse o benefício da gratuidade em uma causa qualquer de natureza, por exemplo, consumerista, na qual a pessoa jurídica que constituiria a parte adversa não teria relação alguma com as adversidades sofridas pela autora no âmbito de seu lar.

Esse é o motivo por que ora vimos granjear o apoio dos nobres Pares para a apreciação e aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão,

Senadora ZENAIDE MAIA



fh2023-15569

Assinado eletronicamente, por Sen. Zenaide Maia

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2192329631>



SENADO FEDERAL

**EMENDA Nº        - CDH**  
(ao PL 2239/2022)

Dê-se nova redação ao inciso V do § 2º do art. 99 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, como proposto pelo art. 2º do Projeto, nos termos a seguir:

“Art. 99. ....

.....

§ 2º .....  
.....

V – comprovar ser membro de comunidades indígenas mediante apresentação de declaração expedida por suas entidades representativas ou por órgão indigenista oficial, ou de comunidade quilombola, mediante apresentação de declaração expedida por associação/organização representativa, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, conforme previsto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, e desde que figure no feito ou demande serviço da justiça em virtude desse pertencimento étnico-racial;

.....” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa estender às pessoas pertencentes a comunidades quilombolas o direito à gratuidade da justiça, em conformidade com o disposto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que reconhece essas comunidades como grupos étnico-raciais com trajetória histórica própria, relações territoriais específicas e presunção de ancestralidade negra. Adota-se como critério o reconhecimento de pertencimento com base na auto-atribuição, em consonância com a Convenção nº 169 da OIT, internalizada pelo Estado brasileiro.



A proposta busca suprir lacuna normativa e garantir tratamento isonômico em relação a outros grupos reconhecidamente vulneráveis, promovendo a efetividade do acesso à justiça como direito fundamental previsto no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal.

Sala da comissão, 6 de maio de 2025.

**Senador Paulo Paim**  
(PT - RS)



**EMENDA Nº**  
**(ao PL 2239/2022)**

Modifiquem-se os arts. 98 e os incisos I e III, do § 2º do art. 99, ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), constantes do art. 2º do Substitutivo apresentado ao PL n. 2.239 de 2022, da seguinte forma:

“Art. 98.....

.....

§ 2º Na hipótese de o beneficiário da justiça gratuita obter créditos em juízo, arcará com o pagamento de despesas processuais e de honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, na forma da lei, desde que o montante a ser recolhido não ultrapasse o limite de 30% (trinta por cento) do valor líquido que tiver obtido.. ” (NR)

“Art. 99.....

.....

§ 2º O juiz deferirá o pedido de gratuidade da justiça postulado pela pessoa natural que comprove, alternativamente:

I - perceber salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, em termos líquidos;

.....

II - auferir renda mensal remanescente de até 3 (três) salários mínimos, em termos líquidos;

.....



§ 3º O requerente pessoa natural não enquadrado nas hipóteses do § 2º poderá ainda pleitear e obter o benefício de gratuidade da justiça, desde que comprove a insuficiência de renda líquida, por meio da apresentação de documentação idônea ou por outro meio de prova admitido, que não seja declaração firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, cabendo ao juiz apreciar fundamentadamente o pedido.

.....

## JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da presente emenda é definir critérios objetivos para a concessão do benefício da gratuidade na justiça. O que ocorre atualmente é que cada julgador, nas diferentes regiões do país adotam distintos limites para configurar a hipossuficiência financeira.

Embora a Constituição Federal e as legislações infraconstitucionais pertinentes prevejam assistência gratuita aos necessitados, o fato é que tal previsão foi edificada de maneira demasiadamente ampla e genérica, não se especificando objetivamente a faixa de renda em que a gratuidade tem lugar.

A maioria das Cortes brasileiras pacificou o entendimento de que são presumidamente hipossuficientes, para a concessão da gratuidade de justiça, todos aqueles que percebam renda inferior a 03 salários mínimos, em termos líquidos, que é a quantia que resta depois de retirados os descontos compulsórios, a exemplo do que se sucede no Tribunal Federal das 1ª e 4ª Regiões.

Nesse passo, a renda líquida difere da bruta, à medida que os descontos ordinários e extraordinários incidentes sobre os proventos NÃO implicam capital disponível, mas sim retido, graças à retenção pelo fisco (em se tratando de impostos e tributos), pela previdência além dos consignados, onde se incluem os empréstimos, escola de criança, mercado e outros tantos descontos mais que, não raras às vezes, transformam o devedor em pessoa ultra endividada.



Ademais, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deliberou, em julho de 2010, pela realização de estudo sobre o regime de cobrança de custas, em todo o Brasil, com foco na Justiça Estadual, em razão das discrepâncias encontradas.

Apenas para exemplificar, para o processamento, pelo rito ordinário, de uma ação cível de R\$ 2.000,00, verificou-se que enquanto no Paraná se cobravam custas de R\$ 176,95, havia Estados em que o valor chegava a R\$ 610,99, como, por exemplo, o Ceará.

Da mesma forma, não nos parece justo que, apesar de hipossuficiente, a parte vencedora que auferir ganhos numa ação judicial, esteja desobrigada de arcar com custas e honorários decorrentes de parcial sucumbência.

Assim sendo, serve a presente emenda para corrigir tais distorções.

Sala da comissão, 6 de maio de 2025.

**Senador Plínio Valério**  
**(PSDB - AM)**





SENADO FEDERAL

**EMENDA Nº - CDH**  
(ao PL 2239/2022)

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 98 e aos incisos I e III do § 2º do art. 99, e inclua-se o § 9º ao art. 98 e o § 11 ao art. 99, todos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), constantes do art. 2º do Substitutivo apresentado ao PL nº 2.239, de 2022:

**“Art. 98. ....**

.....

§ 2º Na hipótese de o beneficiário da justiça gratuita obter créditos em juízo, arcará com o pagamento de despesas processuais e de honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, na forma da lei, desde que o montante a ser recolhido não ultrapasse o limite de 30% (trinta por cento) do valor líquido que tiver obtido.

.....

§ 9º. Aplica-se ao cálculo do valor líquido referido no § 2º deste artigo a mesma regra estabelecida no § 11 do art. 99 desta Lei.” (NR)

**“Art. 99. ....**

.....

§ 2º O juiz deferirá o pedido de gratuidade da justiça postulado pela pessoa natural que comprove, alternativamente:

I - renda mensal líquida igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social;



.....  
III - renda mensal líquida de até 3 (três) salários mínimos;  
.....

§ 3º O requerente pessoa natural não enquadrado nas hipóteses do § 2º poderá ainda pleitear e obter o benefício de gratuidade da justiça, desde que comprove a insuficiência de renda líquida, por meio da apresentação de documentação idônea ou por outro meio de prova admitido, que não seja declaração firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, cabendo ao juiz apreciar fundamentadamente o pedido.

.....  
§ 11. Para efeitos de concessão da gratuidade de que trata este artigo, a renda líquida é definida como a diferença entre o valor total dos rendimentos mensais e o somatório dos seguintes descontos compulsórios:

- a) contribuições a regimes de previdência social pública ou privada;
- b) imposto de renda;
- c) pensões;
- d) contribuições e descontos na fonte relativos a planos de saúde e tratamentos médico e odontológico;
- d) empréstimos consignados;
- e) outros descontos na fonte amparados por lei ou decorrentes de decisão judicial.

## JUSTIFICAÇÃO

O texto substitutivo apresentado pelo relator ao PL 2.239, de 2022, traz significativos benefícios ao aprimorar os critérios para a concessão da gratuidade de justiça. Ele não somente harmoniza os critérios de concessão da gratuidade de justiça com os já adotados pela Justiça do Trabalho, mas também amplia o acesso





ao benefício para grupos vulneráveis, como mulheres em situação de violência doméstica e membros de comunidades indígenas.

Não obstante os aperfeiçoamentos propostos no texto substitutivo, com os quais também concordamos, não se pode negar o fato de que ainda persiste uma lacuna importante que não pode passar despercebida por esta Casa, qual seja, a falta de uma definição precisa do que seja a remuneração líquida.

A falta dessa definição pode gerar diversas implicações negativas e interpretações divergentes, além de dificultar a comprovação da insuficiência de recursos por parte dos requerentes da gratuidade de justiça. Isso pode causar inconsistências na aplicação das leis onde diferentes juízes e tribunais podem adotar critérios variados para determinar a renda líquida, o que pode resultar na negação injusta do benefício, especialmente para os mais vulneráveis, que dependem da gratuidade para exercer seus direitos legais de maneira efetiva.

A propósito, vale ressaltar que a maioria das Cortes brasileiras pacificou o entendimento de que são presumidamente hipossuficientes, para a concessão da gratuidade de justiça, todos aqueles que percebam renda inferior a três salários mínimos, em termos líquidos, que é a quantia que resta depois de retirados os descontos compulsórios, a exemplo do que se sucede no Tribunal Federal das 1ª e 4ª Regiões.

Pudera! Assim como a Lei, jurisprudência e doutrina, os costumes também são fonte, ainda que subsidiária, do Direito, tendo por base a repetição de certas práticas sociais que têm o condão de influenciar a edição de leis, já que cabe às normas positivadas o seu ajuste à realidade social, e não o contrário.

E, pela prática, sabemos que a renda estipulada em termos líquidos, ainda assim, não garante poder de compra capaz de atender às necessidades vitais básicas de uma família média com quatro pessoas, situação agravada se a essas despesas forem incorporados também os gastos decorrentes de uma ação judicial.

Nesse passo, a renda líquida difere da bruta à medida que os descontos ordinários e extraordinários incidentes sobre os proventos não implicam renda disponível, mas sim retida, devido à retenção pelo fisco (em se tratando de impostos e tributos) e pela previdência, além dos consignados, onde se incluem os



empréstimos, escola de criança, mercado e outros tantos descontos mais que, não raras às vezes, transformam o devedor em pessoa ultra endividada.

Adicionalmente, há que se considerar ainda o fato de que as custas e os emolumentos judiciais variam de uma unidade da Federação para outra, que possuem leis e regulamentos próprios, sendo que na região Nordeste se encontram os maiores valores de custas judiciais e emolumentos cartorários, chegando a superar em até 10 vezes aqueles encontrados no Distrito Federal para a mesma espécie de causa.

Em resumo, a referência à remuneração bruta, ou simplesmente à remuneração, como consta da proposta, contraria o próprio espírito da medida, de garantir a concessão justa e equitativa da gratuidade de justiça. A remuneração bruta não leva em consideração os diversos descontos compulsórios que podem impactar significativamente o valor efetivamente disponível para o beneficiário. Desconsiderar esses descontos pode resultar em uma avaliação imprecisa da capacidade financeira do requerente, que compromete a eficácia da medida e potencialmente exclui aqueles que realmente necessitam do benefício.

Portanto, é essencial que o conceito de remuneração líquida esteja bem delineado, pois ele reflete de maneira mais fiel a realidade financeira do indivíduo. A remuneração líquida, nos termos aqui propostos, oferece uma visão mais precisa da capacidade do requerente de arcar com as despesas processuais. Adotar esse conceito garante que a gratuidade de justiça seja concedida de forma justa àqueles que realmente precisam.

Nesse sentido, a presente emenda traz uma definição clara e precisa para a renda líquida, qual seja: a diferença entre o valor total dos rendimentos mensais e o somatório dos descontos compulsórios e obrigatórios, incluindo contribuições previdenciárias, imposto de renda, pensões, plano de saúde, tratamento médico e odontológico, empréstimo consignado e outros descontos amparados por lei ou decorrentes de decisão judicial.

Assim, estabelecer um conceito preciso para a renda líquida representa uma oportunidade crucial para aprimorar a justiça e a equidade na concessão de gratuidade de justiça. A definição clara e objetiva da renda líquida não somente evitará interpretações divergentes e insegurança jurídica,



mas também garantirá que o benefício seja concedido de forma justa e direcionada aos indivíduos que realmente necessitam.

São essas as razões que me levaram a apresentar a presente emenda, para a qual conto com o apoio dos nobres pares.

Sala da comissão, 6 de maio de 2025.

**Senador Magno Malta**  
**(PL - ES)**



## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 2.239, de 2022 (PL nº 5.900, de 2016, na Casa de origem), do Deputado Paes Landim, que “altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça”.

RELATOR: Senador **LAÉRCIO OLIVEIRA**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 2.239, de 2022 (PL nº 5.900, de 2016, na Casa de origem), que é de autoria do Deputado Paes Landim e, de acordo com sua ementa, tem por objetivo alterar *a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça*.

Do PL nº 2.239, de 2022, constam três artigos:

- como é de praxe nas proposições legislativas estruturadas na Câmara dos Deputados, em obediência ao art. 7º, *caput*, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998<sup>1</sup>, o **art. 1º** do PL nº 2.239, de 2022, indica o objeto da lei porventura resultante da proposição, qual seja, o estabelecimento de critérios para a concessão de gratuidade de justiça, mediante a alteração dos artigos 99 e 101 do Código de Processo Civil (CPC);

---

<sup>1</sup> Nos termos de sua ementa, *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal*.

- o **art. 2º** encarta a essência do PL nº 2.239, de 2022, ao buscar promover alterações em dois artigos do *Codex* processual civil, a saber:

§ no **art. 99** do CPC:

□ alterar seu § 2º, de forma a fixar, ao longo de seis incisos, um rol de hipóteses em princípio taxativo, sendo que, uma vez comprovada a ocorrência de ao menos uma delas, ao juiz caberá deferir o pedido de gratuidade da justiça formulado por pessoa natural, quais sejam:

I. estar essa pessoa dispensada de apresentar Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda;

II. ser ela beneficiária de programa social do Governo Federal;

III. auferir renda mensal de até três salários mínimos;

IV. ser mulher em situação de violência doméstica e familiar;

V. ser membro de comunidade indígena;

VI. estar representada em juízo pela Defensoria Pública;

□ alterar seu § 3º, relativizando a taxatividade do parágrafo imediatamente anterior, ao permitir que a pessoa natural também obtenha o benefício comprovando sua insuficiência de recursos mediante documentação idônea ou outro meio de prova admitido;

□ inserir um § 3º-A, a fim de autorizar o juiz, em qualquer hipótese, a indeferir o pedido de gratuidade da justiça, se ele constatar haver nos autos elementos que evidenciem a capacidade

financeira do requerente para arcar com as custas e as despesas processuais;

- inserir um **§ 8º**, para corroborar a possibilidade de concessão do benefício de gratuidade da justiça a pessoas jurídicas (explicitada, em todo caso, na forma vigente do *caput* do art. 98 do CPC), desde que elas demonstrem ser-lhes impraticável arcar com os encargos do processo;

§ no **art. 101** do CPC:

- alterar seu *caput*, de modo a viabilizar a interposição de agravo de instrumento não mais apenas contra a decisão judicial que indeferir a gratuidade ou que acolher pedido de sua revogação, como é hoje, mas também contra aquela que a deferir ou que denegar sua revogação;
- finalmente, o **art. 3º** carrega cláusula de vigência imediata da lei acaso oriunda da proposição.

O Projeto foi apresentado, na Câmara, pelo Deputado Paes Landim, tendo sido distribuído à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) daquela Casa, para apreciação conclusiva, compondo-se então de apenas dois artigos: o **art. 1º** realizava a finalidade original da proposição, alvitando nova redação, renumeração ou revogação de praticamente todos os parágrafos do art. 99 do Código de Processo Civil, com objetivos semelhantes aos do atual art. 2º do PL; e o **art. 2º** fixava a cláusula de vigência, ao definir que a lei eventualmente decorrente do Projeto entraria em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do PL<sup>2</sup>, observa-se que, embora, com o novo CPC, tenha-se modificado o regime da gratuidade de justiça, revogando-se em parte a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950<sup>3</sup>, não se logrou inaugurar regras objetivas para a concessão do benefício, mantendo-se o regime de autodeclaração de hipossuficiência, que provocaria distorções. Uma evidência disso seria o fato de que, a despeito do incremento das condições

<sup>2</sup>

Disponível

em:

<[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1479655&filename=Tramitacao-PL%205900/2016](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1479655&filename=Tramitacao-PL%205900/2016)>.

<sup>3</sup> Nos termos de sua ementa, *estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados*.

econômicas da população brasileira nas últimas décadas, estaria havendo, no País, um aumento do número de concessões de gratuidade da justiça.

Diante disso, seria imprescindível alterar a legislação vigente, até mesmo para adequá-la ao que prescreve o art. 5º, *caput*, inciso LXXIV, da Constituição Federal: *o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*. É nesse contexto que se propõe a adoção de critérios mais objetivos para a concessão da assistência judiciária gratuita, “de modo a garantir a efetivação desse direito fundamental aos que realmente fazem jus”.

No âmbito da CCJC, onde a Deputada Adriana Ventura foi designada relatora da proposição, promoveram-se diversas alterações na forma original do PL nº 5.900, de 2016, até mesmo por causa do acolhimento, em uma ou outra medida, do teor de outros projetos de lei que lhe foram sendo apensados ao longo de sua tramitação na Câmara Baixa (a exemplo dos PLs nºs 7.051, de 2017, 461, de 2019, 3.046, de 2019, 252, de 2020, e 286, de 2021). E, assim, chegou-se à versão atual da proposição.

Tendo iniciado sua tramitação no Senado Federal em 10 de agosto de 2022, o agora PL nº 2.239, de 2022, foi distribuído a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde nos cabe agora sua relatoria e em cujo âmbito a Senadora Zenaide Maia lhe ofereceu a Emenda nº 1-CDH, a fim de explicitar que, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, o benefício da gratuidade será concedido apenas caso a requerente figure no feito ou demande certo serviço da Justiça em virtude dessa sua condição de mulher sujeita a tal espécie de violência.

Posteriormente, o Projeto seguirá para a apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## II – ANÁLISE

Quanto aos requisitos formais e materiais de **constitucionalidade**, nada há a opor ao PL nº 2.239, de 2022, tendo em vista que: *i)* compete privativamente à União legislar sobre direito processual, a teor do disposto no art. 22, *caput*, inciso I, da Constituição Federal (CF); *ii)* cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput* e inciso XIII); *iii)* os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e *iv)* não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna. Ademais, a tramitação do Projeto está em consonância com o preceito constante do art. 65 da Carta Magna.

No que concerne à **juridicidade**, o Projeto afigura-se escorreito, pois: *i)* o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii)* possui o atributo da *generalidade*; *iii)* é consentâneo com os *princípios gerais do Direito*; *iv)* afigura-se dotado de potencial *coercitividade*; e *v)* a matéria nele vertida *inova* o ordenamento jurídico.

Nos termos do art. 102-E, *caput*, incisos III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre a garantia e promoção dos direitos humanos, bem como sobre os direitos da mulher, matérias que se incluem entre as que compõem o objeto da proposição ora sob análise. De resto, o PL nº 2.239, de 2022, não apresenta vícios relativos à **regimentalidade**.

A **técnica legislativa** empregada na proposição revela-se verdadeiro primor, inteiramente de acordo com os termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal*.

Em relação a seu **mérito**, entendemos que a proposição legislativa sob exame de fato é oportuna, visto que o relativo descontrole hoje existente sobre a concessão de gratuidade da justiça acaba por incentivar o ajuizamento de ações judiciais aventureiras e temerárias, a serem processadas pela máquina de um Poder Judiciário que já se encontra assoberbado.

E isso tem acontecido mesmo diante do disposto no § 2º do art. 98 do CPC, que mantém a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios acaso decorrentes de sua sucumbência.

Cremos apenas que incrementos gerais podem ser feitos ao Projeto, mediante a apresentação de emenda substitutiva, de modo a aprimorar seu teor e a corrigir certas distorções, conforme os comentários que seguem.

Propomos, nesta oportunidade, uma alteração ao mencionado **§ 2º do art. 98 do CPC**, de modo a estabelecer que o beneficiário da justiça gratuita arcará com o pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência apenas na hipótese de ele obter



créditos em juízo, e desde que o montante a ser recolhido não ultrapasse o limite de trinta por cento do valor bruto que ele tiver recebido. Isso nos parece mais sensato em relação ao que dispõe o texto vigente do CPC, ao considerar-se a situação de hipossuficiência daquele que se revela merecedor da gratuidade da justiça.

No que concerne o inciso **I constante no § 2º do art. 99 do CPC**, a alteração proposta busca harmonizar o critério de concessão do benefício da justiça gratuita àquele já adotado pela Justiça do Trabalho. Além disso, com a nova proposta mais pessoas terão acesso imediato ao benefício, pois o valor atual da isenção do imposto de renda alcança pessoas com rendimento de até R\$ 2.553,32 mensais, ante os R\$ 3.262,96 mensais, caso seja adotado os 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Note-se que, em relação ao **inciso V ora ventilado para o § 2º do art. 99 do CPC**, pode ser feita uma objeção análoga àquela que faz a Senadora Zenaide Maia na justificação de sua emenda. Fruto de uma judiciosa sugestão feita pela Deputada Joenia Wapichana à relatora do Projeto na Câmara, a regra desse inciso só fará sentido caso o serviço da Justiça pleiteado pelo membro de comunidade indígena que requer a gratuidade tenha algum vínculo lógico com essa condição de indígena do requerente.

No **§ 3º-A alvitado para o art. 99 do CPC**, diz-se textualmente que, “em qualquer hipótese, o juiz poderá indeferir o pedido de gratuidade da justiça (...), se houver nos autos elementos que evidenciem a capacidade financeira do requerente para arcar com as custas e as despesas processuais sem prejuízo de seu sustento”.

Ocorre que precisamente aquelas hipóteses constantes dos retromencionados incisos IV e V ventilados para o § 2º do mesmo art. 99 não guardam relação direta – ou sequer oblíqua – com a capacidade financeira dos requerentes (vale dizer, mulheres em situação de violência e membros de comunidades indígenas), mas, sim, com reveses outros historicamente enfrentados por esses grupos e que estão agora a justificar a facilitação, pelo Estado, de seu acesso aos serviços prestados pela justiça. Dessarte, faz-necessário fazer essa ressalva no corpo desse § 3º-A.

Visando à transparência de dados de interesse público, sugerimos a inclusão dos **§§ 9º e 10 no art. 99 do CPC**, a fim de que o Poder

Judiciário informe à população dados e estatísticas sobre os valores de que o poder público abdicará, mensal e anualmente, a título de justiça gratuita.

Cogitamos modificações para o **§ 5º do art. 105** e para o atual **parágrafo único do art. 321** – que deverá desdobrar-se em dois parágrafos –, além da inserção de um **§ 4º-A no art. 334**, todos dispositivos do *Codex* processual em tela, com a finalidade de conferir uma maior proteção ao vulnerável ou hipossuficiente no processo de concessão da procuração, na realização de audiências e, se necessário, na obtenção de informações adicionais sobre a idoneidade da postulação.

Na mesma toada de proteção a vulneráveis e hipossuficientes almejada pelo Projeto, sugerimos acrescentar um **art. 910-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para impedir a compra de processos ou créditos de trabalhadores na Justiça do Trabalho, uma vez que isso impacta negativamente o trabalhador.

Na cessão de créditos trabalhistas, que têm natureza alimentar, o trabalhador perde, em regra, até mais de quarenta por cento do valor que receberia em curto prazo. Além disso, a venda inviabiliza as mediações e gera custos para o Poder Judiciário, permitindo que investidores utilizem a Justiça do Trabalho como um mercado de capital especulativo, em detrimento do trabalhador. Tal prática compromete a própria essência conciliatória da Justiça do Trabalho.

A Emenda nº 1-CDH, da Senadora Zenaide Maia, temos a observar que a inclusão de mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre os beneficiários da gratuidade da justiça é resultante do benfazejo acolhimento, pela relatora do Projeto na CCJC da Câmara, da proposta contida no PL nº 3.046, de 2019, da Deputada Daniela do Waguinho, o que veio a constituir o **inciso IV ora cogitado para o § 2º do art. 99 do CPC**.

No entanto, faz-se de fato necessário explicitar que o benefício, nessa hipótese, será concedido apenas caso a requerente figure no feito ou demande certo serviço da justiça em virtude dessa sua condição de mulher sujeita a violência doméstica (o art. 28 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, ao qual o Projeto faz remissão, não explicita isso em seu texto simplesmente porque essa espécie de violência contra a mulher já é componente intrínseco ao capítulo daquela lei no qual ele está inserto e, de resto, ao próprio objeto de todo aquele diploma legal).

O contrário disso implicaria uma distinção reprovável e discordante do princípio constitucional da igualdade, pois se admitiria, por exemplo, que uma mulher nessas circunstâncias obtivesse o benefício em uma causa qualquer de natureza consumerista, na qual a pessoa jurídica que constituiria a parte adversa não teria relação alguma com as adversidades sofridas pela autora no âmbito de seu lar.

No que concerne a Emenda nº 2-CDH, do Senador Paulo Paim, visa estender às pessoas pertencentes a comunidades quilombolas o direito ora discutido, buscando suprir lacuna normativa e garantir tratamento isonômico em relação a outros grupos reconhecidamente vulneráveis, promovendo a efetividade do acesso à justiça como direito fundamental, por isso o acolhimento da emenda e a inclusão do **inciso V no § 2º do art. 99 do CPC**.

A Emenda nº 3-CDH, do Senador Plínio Valério, pretende definir critérios objetivos para a concessão do benefício da gratuidade. Ocorre que, ao discorrer com conceitos sem precisão terminológica, encaminha para insegurança jurídica, dando margem para diferentes interpretações pelos órgãos judiciais, além de favorecer a litigiosidade abusiva. Por esta razão o não acolhimento do texto proposto.

Finalmente, quanto à Emenda nº 4-CDH, do Senador Magno Malta, em termos semelhantes a Emenda nº 3, observou a necessidade de uma definição precisa do que vem a ser renda líquida. Destarte, como propôs termos precisos para a definição da renda aplicada, acolhemos a proposta de que a renda líquida vem a ser a diferença entre o valor total dos rendimentos mensais e o somatório dos descontos compulsórios e obrigatórios, tais como contribuições previdenciárias, imposto de renda, pensões entre outros descontos amparados por lei ou decorrentes de decisões judiciais. Desta forma, incluímos o **§ 9º no art. 98 e o § 11 no do art. 99 do CPC**.

### III – VOTO

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela **aprovação** do PL nº 2.239, de 2022, bem como pela **aprovação** das Emendas nº 1-CDH, nº 2-CDH e Emenda nº 4-CDH, **rejeição** da Emenda nº 3-CDH, conforme o seguinte **substitutivo**:

## EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVO)

### PROJETO DE LEI Nº 2.239, DE 2022

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça e vedar a concessão de créditos trabalhistas no âmbito processual.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera os arts. 98, 99, 101, 105 e 334 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), acrescenta-lhe o art. 321-A e acrescenta o art. 910-A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça e vedar a concessão de créditos trabalhistas no âmbito processual.

**Art. 2º** Os arts. 98, 99, 101, 105 e 334 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 98.** .....

.....

§ 2º Na hipótese de o beneficiário da justiça gratuita obter créditos em juízo, arcará com o pagamento de despesas processuais e de honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, na forma da lei, desde que o montante a ser recolhido não ultrapasse o limite de 30% (trinta por cento) do valor bruto que tiver obtido.

.....” (NR)

§ 9º. Aplica-se ao cálculo do valor líquido referido no § 2º deste artigo a mesma regra estabelecida no § 11 do art. 99 desta Lei.” (NR)

“Art. 99. ....

.....

§ 2º O juiz deferirá o pedido de gratuidade da justiça postulado pela pessoa natural que comprove, alternativamente:

I - àqueles que perceberem renda mensal líquida igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

II - ser beneficiária de programa social do Governo Federal;

III - auferir renda mensal líquida de até 3 (três) salários mínimos;

IV - tratar-se de mulher em situação de violência doméstica e familiar, nos termos do art. 28 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), desde que figure no feito ou demande serviço da justiça em virtude dessa condição;

V - comprovar ser membro de comunidades indígenas mediante apresentação de declaração expedida por suas entidades representativas ou por órgão indigenista oficial, ou de comunidade quilombola, mediante apresentação de declaração expedida por associação/organização representativa, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, conforme previsto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, e desde que figure no feito ou demande serviço da justiça em virtude desse pertencimento étnico-racial; ou

VI - estar representada em juízo pela Defensoria Pública.

§ 3º O requerente pessoa natural não enquadrado nas hipóteses do § 2º poderá ainda pleitear e obter o benefício de gratuidade da justiça, desde que comprove a insuficiência de renda líquida, por meio da apresentação de documentação idônea ou por outro meio de prova admitido, que não seja declaração firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, cabendo ao juiz apreciar fundamentadamente o pedido.

§ 3º-A. Em qualquer hipótese, o juiz poderá indeferir o pedido de gratuidade da justiça, respeitado o contraditório, se houver nos autos elementos que evidenciem a capacidade financeira do requerente para arcar com as custas e as despesas processuais sem prejuízo de seu sustento, salvo quando o benefício tiver sido requerido com fundamento nos incisos IV ou V do § 2º.

.....

§ 8º Faz jus ao benefício de gratuidade da justiça o requerente pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.

§ 9º Sempre que o juiz deferir o benefício de gratuidade da justiça, deverá apurar e informar nos autos do processo, pedido a pedido, os valores de cada uma das parcelas relacionadas no § 1º do art. 98 que deixou de ser recolhida ou paga pela parte beneficiária.

§ 10. Os dados previstos no § 9º serão consolidados sistematicamente pelo tribunal, que os publicará ao menos anualmente, para conhecimento da população e para fins estatísticos, informando os montantes totais que deixaram de ser recolhidos, por órgão julgador.”

§ 11. Para efeitos de concessão da gratuidade de que trata este artigo, a renda líquida é definida como a diferença entre o valor total dos rendimentos mensais e o somatório dos seguintes descontos compulsórios:

- a) contribuições a regimes de previdência social pública ou privada;
- b) imposto de renda;
- c) pensões;
- d) contribuições e descontos na fonte relativos a planos de saúde e tratamentos médico e odontológico;
- e) empréstimos consignados;
- f) outros descontos na fonte amparados por lei ou decorrentes de decisão judicial. (NR)

“**Art. 101.** Contra a decisão que apreciar o pedido de gratuidade da justiça ou de sua revogação caberá agravo de instrumento, exceto quando a questão for resolvida na sentença, contra a qual caberá apelação.

.....” (NR)

“**Art. 105.** .....

.....

§ 5º Quando assinado por vulneráveis ou hipossuficientes, o instrumento particular deve conter a indicação do lugar onde foi firmado, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga, com a designação e a extensão dos poderes conferidos.” (NR)

“**Art. 334.** .....

.....

§ 4º-A. A audiência será necessariamente realizada quando a parte autora for reconhecida pelo juízo como hipossuficiente ou em situação de vulnerabilidade.

.....” (NR)

**Art. 3º** A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 321-A, na Seção I (“Dos Requisitos da Petição Inicial”) do Capítulo II (“Da Petição Inicial”) do Título I (“Do Procedimento Comum”) do Livro I (“Do Processo de Conhecimento e do Cumprimento de Sentença”) de sua Parte Especial:

“**Art. 321-A.** Ao constatar, antes da citação, indícios de litigância abusiva, o juiz poderá, alternativamente à tomada de medidas do art. 81, exigir, de modo fundamentado e com observância à razoabilidade no caso concreto, que o autor providencie a emenda da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de demonstrar a idoneidade de sua postulação.

*Parágrafo único.* Se o autor não cumprir a diligência prevista no *caput*, o juiz indeferirá a petição inicial, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas em lei.”

**Art. 4º** Art. 1.070-A. As disposições da Seção IV do Capítulo II do Título I do Livro III do CPC (arts. 98 ao 102) têm aplicação aos processos trabalhistas.

**Art. 5º** A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 910-A:

“**Art. 910-A.** A cessão prevista nos arts. 286 a 298 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), não será permitida para os créditos trabalhistas.”

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



3



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3599, DE 2024

Altera os arts. 143 e 247 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a divulgação de atos judiciais, policiais ou administrativos que violem a dignidade das crianças e adolescentes.

**AUTORIA:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2024**

Altera os arts. 143 e 247 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a divulgação de atos judiciais, policiais ou administrativos que violem a dignidade das crianças e adolescentes.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera os arts. 143 e 247 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a divulgação de atos judiciais, policiais ou administrativos que violem a dignidade das crianças e adolescentes.

**Art. 2º** Os arts. 143 e 247 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 143.** É vedada a divulgação total ou parcialmente, sem autorização devida, de atos judiciais, policiais ou administrativos que violem a dignidade da criança e do adolescente ou que lhes atribua autoria de ato infracional.

.....  
**Art. 247.** Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo à criança ou adolescente que violem sua dignidade ou que lhes atribua autoria de ato infracional.

.....” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

## JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem como objetivo ampliar a vedação prevista nos arts. 143 e 247 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbe a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes para os casos em que lhes são atribuídos a autoria de ato infracional.

Cumpra obtemperar, todavia, que atualmente a legislação somente protege da divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos de adolescentes autores de ato infracional, deixando desprotegidas as outras crianças e adolescentes quanto a informações existentes nestes procedimentos e processos que possam violar a sua dignidade.

Para tanto, esta proposta altera o *caput* do art. 143, substituindo principalmente a expressão “a que se atribua” para “ou que lhes atribua”, ampliando assim a medida que antes era específica para adolescentes autores de ato infracional, e agora passando a proteger todas as crianças e adolescentes de fatos que violem sua dignidade.

Da mesma forma, altera-se o art. 247, ampliando também seu alcance e passando a proteger todas as crianças e adolescentes de divulgação total ou parcialmente, sem devida autorização, sobre fatos que violem sua dignidade.





SENADO FEDERAL

Mister se faz ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 18, determina que é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. Já o art. 17 garante que o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Em consonância com o artigo supracitado, vemos o art. 18-A, inciso II do Estatuto, que define que se considera tratamento cruel e degradante as condutas de humilhar (alínea “a”) ou ridicularizar (alínea “c”) a criança ou o adolescente, os quais possuem o direito a proteção especial conforme previsto no art. 227, § 3º da Constituição Federal, sendo dever de todos velar por estes direitos.

A título de exemplo, recentemente foi publicitada nas redes sociais e amplamente divulgada, uma decisão judicial<sup>1</sup> que citava o nome completo e filiação de uma adolescente, que era mencionada em um processo judicial. O fato causou enormes constrangimentos para a adolescente vítima, que ficou exposta e em situação vexatória e constrangedora.

Ressaltamos, ainda, que o fato citado não é um caso isolado, mas que tem ocorrido com muita frequência, fazendo vítimas e causando indignação por parte dos muitos defensores dos direitos da criança e do

<sup>1</sup> Disponível em <<https://static.poder360.com.br/2024/09/decisao-stf-x.pdf>>. Acesso em 12 Set. 2024.





SENADO FEDERAL

adolescente, bem como de toda a sociedade, uma vez que, como falamos, é dever de todos velar pelos direitos e proteção das crianças e adolescentes.

Portanto, convencidos de que a alteração proposta significa justo e legítimo aperfeiçoamento da legislação protetiva da criança e do adolescente, pedimos que os ilustres Parlamentares votem pela sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora **DAMARES ALVES**



---

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art227\_par3

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990)

- 8069/90

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>

- art143

- art247



SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 3.599, de 2024, da Senadora Damares Alves, que *altera os arts. 143 e 247 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a divulgação de atos judiciais, policiais ou administrativos que violem a dignidade das crianças e adolescentes.*

Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

### I – RELATÓRIO

Vem para exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 3.599, de 2024, que veda a divulgação de atos judiciais, policiais ou administrativos que violem a dignidade das crianças e adolescentes.

Para isso, em seu art. 1º, a proposição declina seu objeto, a saber, a vedação da divulgação de “atos judiciais, policiais ou administrativos que violem a dignidade da criança e do adolescente ou que lhes atribua autoria de ato infracional”.

No art. 2º, o projeto dirige-se ao art. 143 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), para alterar sua redação de modo a acrescentar a violação de dignidade à vedação da divulgação de atos judiciais, policiais ou administrativos que digam respeito a criança ou a adolescente. Dirige-se ainda ao art. 247 da mesma lei para prever punição administrativa aos que praticarem a divulgação violadora.





SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

O art. 3º estabelece vigência imediata para lei que da proposição resulte.

Em suas razões, a autora considera que a lei atual deixa desprotegidas “outras crianças e adolescentes quanto a informações existentes em procedimentos e processos” referentes a crianças e adolescentes a quem se atribua a prática de ato infracional. Reforça seu argumento com princípios presentes no próprio ECA e aduz fatos, a saber, que tem havido divulgações atentatórias à dignidade de crianças e adolescentes em procedimentos não referentes a elas.

A proposição, após seu exame por esta Comissão, seguirá para decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa examinar matéria atinente à proteção da infância e da juventude, o que torna regimental seu exame do Projeto de Lei nº 3.599, de 2024.

Do ponto de vista material, a proposição combina os art. 1º e 227 da Constituição Federal para colocar a dignidade da criança e do adolescente a “salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Vê-se que a intenção da autora é a de ampliar a proteção hoje oferecida, aumentando o escopo da lei, prevenindo “efeitos colaterais” que se sabe atentarem contra a dignidade.

Assim, o projeto de lei é exitoso e traz um olhar geral às crianças e adolescentes, coibindo a exposição que viole sua dignidade.



SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

### III – VOTO

Em virtude do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.599, de 2024.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

4



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3601, DE 2024

Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever a implementação de Centros de Atendimento Integrado para criança e adolescente vítima ou testemunha de violência.

**AUTORIA:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever a implementação de Centros de Atendimento Integrado para criança e adolescente vítima ou testemunha de violência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever a implementação de Centros de Atendimento Integrado para criança e adolescente vítima ou testemunha de violência.

**Art. 2º** O §1º do art. 14 da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

“**Art. 14.** .....

IX – implementação de equipamentos públicos que reúnam, em um mesmo espaço físico, programas e serviços de apoio técnico e de acolhimento humanizado voltados à proteção e ao atendimento integrado da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e dos seus familiares, por meio de equipes multidisciplinares especializadas. (NR)”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, é relevante instrumento normativo de organização do sistema de direitos e garantias da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Em decorrência desta Lei, se instituiu, no âmbito do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, nos termos da Portaria nº 833, de 25 de abril de 2022, a implantação e o desenvolvimento de Centros de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, denominados “Casa da Criança e do Adolescente Brasileiro”.

Trata-se de equipamentos públicos que reúnem, em um mesmo espaço físico, programas e serviços voltados à proteção e ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência por meio de equipes multidisciplinares especializadas.

Tais equipamentos públicos têm se demonstrado essenciais para assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, promovendo oportunidades e facilidades para preservar sua saúde física e mental e seu desenvolvimento moral, intelectual e social, com a promoção de facilidades fundamentais para que venham a viver sem violência.

Entendemos que a previsão desses Centros de Atendimento Integrado, por seu valor e impactos positivos no sistema de direitos e garantias da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, não deve ser restrita a instrumentos infralegais.

Em razão disso, promovemos, por meio deste projeto de lei, sua implementação entre as diretrizes que devem ser observadas nas ações desenvolvidas nas políticas voltadas ao acolhimento e atendimento integral às crianças e adolescentes vítimas de violência.

Trata-se de medida necessária para se garantir a continuidade desses equipamentos enquanto política de Estado.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

Por essa razão, solicitamos o apoio e a consideração dos nobres Pares desta Casa para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador MECIAS DE JESUS



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.431, de 4 de Abril de 2017 - LEI-13431-2017-04-04 - 13431/17  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2017;13431>
- art14\_par1





SENADO FEDERAL

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 3.601, de 2024, do Senador Mecias de Jesus, que *altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever a implementação de Centros de Atendimento Integrado para criança e adolescente vítima ou testemunha de violência.*

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 3.601, de 2024, de autoria do Senador Mecias de Jesus, que *altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever a implementação de Centros de Atendimento Integrado para criança e adolescente vítima ou testemunha de violência.*

A proposição está estruturada em três artigos. O art. 1º reitera o objetivo da lei em que o PL vier a se transformar. O art. 2º, por sua vez, acrescenta o inciso IX ao art. 14 da Lei nº 13.431, de 2017, para inserir como diretriz das políticas voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral das vítimas de violência a implementação de

equipamentos públicos que reúnam, em um mesmo espaço físico, programas e serviços de apoio técnico e de acolhimento humanizado voltados à proteção e ao atendimento integrado da criança e do adolescente, bem como de seus familiares.

Por fim, o art. 3º estabelece vigência imediata para a lei em que o PL vier a se transformar.

Na justificção, o autor reconhece que, no âmbito do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, nos termos da Portaria nº 833, de 25 de abril de 2022, já há a implementação e o desenvolvimento de Centros de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, denominados “Casa da Criança e do Adolescente Brasileiro”. Argumenta, contudo, que a previsão desses Centros de Atendimento Integrado, por seu valor e impactos positivos no sistema de direitos e garantias da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, não deve ser restrita a instrumentos infralegais.

A matéria foi distribuída para análise da CDH e, posteriormente, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

## **II – ANÁLISE**

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à proteção à infância e à juventude, conforme previsto no inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, a análise do PL nº 3.601, de 2024, por este Colegiado atende aos critérios de regimentalidade.

Em função de a matéria ter sido despachada para instrução da CCJ, em caráter terminativo, não entraremos na análise sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa, por ser mais apropriado que tal análise ocorra naquela comissão.

Quanto ao mérito, a matéria é digna de ser acolhida. A criação de centros de atendimento integrado para crianças e

adolescentes vítimas ou testemunhas de violência é uma iniciativa importante e necessária para garantir a proteção integral dessa população.

Assim, ao reunir serviços técnicos e de acolhimento em um único espaço, os centros de atendimento integrado garantem que crianças e adolescentes recebam o atendimento especializado de que precisam, de forma mais ágil e sistêmica. Ademais, a proposição também fortalece a rede de proteção ao permitir que diferentes órgãos e instituições trabalhem de forma coordenada, ampliando, assim, a capacidade de atendimento dessas organizações.

Além disso, o art. 227 da Constituição Federal dispõe que o Estado deve assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Diante disso — e considerando o aumento da violência, especialmente no contexto familiar —, esses centros de atendimento surgem como uma resposta fundamental por parte do Estado. Não apenas como espaços de acolhimento, mas também locais de reconstrução e cuidado, e é por meio desse suporte que garantiremos que o futuro de nossas crianças e adolescentes não seja marcado pela violência.

A implementação de Centros de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência nos Estados, Distrito Federal e Municípios, por intermédio de portaria – Portaria nº 833, de 25 de abril de 2022 – marcou uma excepcional iniciativa do então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Não obstante, concordamos com o autor do PL nº 3.601, de 2024, o Senador Mecias de Jesus, que advoga estar melhor colocada esta implementação no texto de uma lei ordinária, nacional, que estimulará sua execução com um amparo mais sólido e efetivo.

Por fim, para deixar mais claro a topologia em que deve se inserir a nova diretriz para a implementação das políticas governamentais voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral às vítimas de violência, apresentamos uma emenda de redação, que pretende atender os ditames do art. 10 da Lei Complementar nº 95/1998.

### III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 3.601, de 2024, com a seguinte emenda de redação:

#### **EMENDA Nº - CDH**

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 3.601, de 2024, a seguinte redação:

**Art. 2º** O §1º do art. 14 da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

“Art. 14. ....

§ 1º .....

.....

IX – implementação de equipamentos públicos que reúnam, em um mesmo espaço físico, programas e serviços de apoio técnico e de acolhimento humanizado voltados à proteção e ao atendimento integrado da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e dos seus familiares, por meio de equipes multidisciplinares especializadas. (NR)”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

5



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE LEI N° 1769, DE 2024 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 105, DE 2008)

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir o incentivo ao empreendedorismo e a criação de centros para a vida independente entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia utilizada na lei relativa à pessoa com deficiência.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado](#)



[Página da matéria](#)



Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 1.784-C de 2011 do Senado Federal (PLS nº 105/2008 na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para inserir o incentivo ao empreendedorismo entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia da lei relativa a essa clientela".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir o incentivo ao empreendedorismo e a criação de centros para a vida independente entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia utilizada na lei relativa à pessoa com deficiência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A ementa da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social e sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde); institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas; disciplina a atuação do Ministério Público; define crimes; e dá outras providências."

Art. 2º A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos





individuais e sociais das pessoas com deficiência e a sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

.....

§ 2º As normas desta Lei visam a garantir às pessoas com deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.”(NR)

“Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. ....

I - .....

.....

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos com deficiência;







e) o acesso de alunos com deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;

f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas com deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

II - .....

d) a garantia de acesso das pessoas com deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados e de seu adequado tratamento neles, sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;

e) a garantia de atendimento domiciliar de saúde à pessoa com deficiência grave não internada;

f) o desenvolvimento de programas de saúde voltados para as pessoas com deficiência, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a integração social;

III - .....

b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas com deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns;





c) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores público e privado, de pessoas com deficiência;

d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho em favor das pessoas com deficiência nas entidades da Administração Pública e do setor privado e que regulamente a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho e a situação nelas—das pessoas com deficiência;

e) o incentivo pelo Poder Público de ações para promover o empreendedorismo e estabelecer linhas de crédito orientadas especificamente a pessoas com deficiência;

IV - .....

.....

b) a formação e qualificação de recursos humanos que, nas diversas áreas de conhecimento, inclusive de nível superior, atendam à demanda e às necessidades reais das pessoas com deficiência;

c) o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas à pessoa com deficiência;

V - na área das edificações, a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas com deficiência e permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte;





a) (revogada);

VI - na área da assistência social, a criação de centros para a vida independente para pessoas com deficiência com 18 (dezoito) anos de idade ou mais, de caráter multidisciplinar, com oferta de serviços e de apoios para o desenvolvimento de autonomia, de independência, de talentos e potencialidades e de acesso às políticas públicas que possam contribuir para a plena participação social, em igualdade de condições com as demais pessoas, observadas as seguintes diretrizes:

a) cumprimento das normas de acessibilidade vigentes em todos os ambientes e serviços;

b) funcionamento em dias úteis e em horário integral;

c) oferta de vagas compatível com a demanda local;

d) desenvolvimento de plano individualizado de serviços e de apoios compatíveis com as necessidades e as aspirações específicas de cada pessoa com deficiência." (NR)

"Art. 9º A Administração Pública Federal conferirá aos assuntos relativos às pessoas com deficiência tratamento prioritário e apropriado, para que lhes seja efetivamente ensejado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, bem como sua completa integração social.





....." (NR)

"Art. 10. A coordenação superior dos assuntos, ações governamentais e medidas referentes a pessoas com deficiência caberá ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

....." (NR)

"Art. 12. ....

I - coordenar as ações governamentais e medidas que se refiram às pessoas com deficiência;

.....

V - manter com os Estados, os Municípios, os Territórios, o Distrito Federal e o Ministério Público estreito relacionamento, objetivando a concorrência de ações destinadas à integração social das pessoas com deficiência;

.....

VIII - promover e incentivar a divulgação e o debate das questões concernentes à pessoa com deficiência, visando à conscientização da sociedade.

Parágrafo único. Na elaboração dos planos, programas e projetos a seu cargo, deverá a Corde recolher, sempre que possível, a opinião das pessoas e entidades interessadas, bem como considerar a necessidade de efetivo apoio aos entes particulares voltados para a integração social das pessoas com deficiência." (NR)

"Art. 15. Para atendimento e fiel cumprimento do que dispõe esta Lei, será

2401393





reestruturada a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, e serão instituídos, no Ministério do Trabalho, no Ministério da Saúde e no Ministério da Previdência Social, órgãos encarregados da coordenação setorial dos assuntos concernentes às pessoas com deficiência.” (NR)

“Art. 17. Serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subsequentes, questões concernentes à problemática da pessoa com deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas com deficiência no País.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 45/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 1.784, de 2011, do Senado Federal (PLS nº 105/2008), que “Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir o incentivo ao empreendedorismo e a criação de centros para a vida independente entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia utilizada na lei relativa à pessoa com deficiência”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário





SENADO FEDERAL

## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o *Projeto de Lei nº 1769/2024 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008), que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir o incentivo ao empreendedorismo e a criação de centros para a vida independente entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia utilizada na lei relativa à pessoa com deficiência.*

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, o Projeto de Lei nº 1.769/2024 (SCD ao PLS nº 105, de 2008), que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir o incentivo ao empreendedorismo e a criação de centros para a vida independente entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia utilizada na lei relativa à pessoa com deficiência.



## SENADO FEDERAL

O Projeto de Lei nº 1.769/2024 é composto de 3 (três) artigos, sendo o último destinado à definição de sua vigência a partir da data de sua publicação.

Já no art. 1º, o PL 1.769/2024 altera a ementa da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que passa a vigorar com a seguinte redação: “dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social e sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde); institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas; disciplina a atuação do Ministério Público; define crimes; e dá outras providências.”

No art. 2º, o PL altera o *caput* do art. 1º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, substituindo a terminologia “pessoas portadoras de deficiências” por “pessoas com deficiência”, adequando a forma técnica e as normas atuais sobre a temática. Da mesma forma é feita a alteração do § 2º, que passa a vigorar com o termo “pessoa com deficiência”. Alteração também realizada no *caput* do art. 2º, substituindo o termo “pessoas portadoras de deficiências” por “pessoas com deficiência”.

Ainda neste sentido, no inciso I do parágrafo único do art. 2º, o PL também retira o termo “portadores” das alíneas “d”, “e” e “f”. No inciso II do mesmo parágrafo único, na alínea “d”, é feita a mesma alteração, suprimindo o termo “portadores”, e nas alíneas “e” e “f” foi acrescentando o termo “pessoa com deficiência”.

No inciso III do art. 2º foram alteradas as alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, suprimindo o termo “portadores” e acrescentando o termo “pessoa com deficiência”. Da mesma forma foi feito no inciso IV, alíneas “b” e “c” do mesmo inciso, substituindo o termo “portadores” por “pessoa com deficiência”. Ainda no inciso V, é feita a mesma alteração, suprimindo o termo “portadores” e acrescentando o termo “pessoa com deficiência”, e revogando a alínea “a”.

Ainda no art. 2º, foi acrescido o inciso VI, prevendo a criação de centros para a vida independente para pessoas com deficiência, ofertando serviços e de apoios para o desenvolvimento de





## SENADO FEDERAL

autonomia, de independência, de talentos e potencialidades e de acesso às políticas públicas que possam contribuir para a plena participação social, em igualdade de condições com as demais pessoas. Ainda no inciso VI, foram acrescentadas as alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, estabelecendo diretrizes a serem observadas para a criação dos centros para a vida.

Na sequência, o Projeto de Lei nº 1.769/2024 altera o art. 9º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, também substituindo a terminologia “portadores de deficiência” para “pessoa com deficiência”.

A mesma adequação à nomenclatura é feita no art. 10 da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, também substituindo o nome do órgão que antes era a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República para o Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania.

A matéria altera, também, os incisos I, V e VIII do art. 12 da referida Lei, substituindo o termo “portadores de deficiência” por “pessoa com deficiência”. No mesmo sentido foi alterado o parágrafo único também substituindo o termo “portadores de deficiência” para “pessoa com deficiência”.

Ainda, no art. 15, também é feita a substituição do termo “portadores de deficiência” para “pessoa com deficiência”. Por fim, no art. 17 é feita a substituição do termo “portadores de deficiência” para “pessoa com deficiência”.

## II – ANÁLISE

O Projeto de Lei do Senado nº 105/2008, do Senador Paulo Paim, que “altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, para prever incentivo ao empreendedorismo”, foi aprovado pelo Senado Federal, em decisão terminativa da CDH, com as Emendas de nº 1 a



## SENADO FEDERAL

4-CDH, em relatório da lavra da Senadora Lídice da Mata, e remetido à Câmara dos Deputados em 6 de julho de 2011.

A matéria retorna ao Senado Federal, aprovada na forma de um Substitutivo da Câmara dos Deputados, com a identificação atualizada para Projeto de Lei nº 1.769/2024 e a nova ementa ampliada para “alterar a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir o incentivo ao empreendedorismo e a criação de centros para a vida independente entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia utilizada na lei relativa à pessoa com deficiência”.

Nossa avaliação é de que a proposição original do Senador Paulo Paim, que já era elogiável, passou por aperfeiçoamentos da Câmara dos Deputados, que ampliaram o seu escopo, atualizando termos para a regulamentação aprovada após a aprovação do Senado Federal, datada de julho de 2011, e criando centros para a vida independentes entre as medidas de apoio.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre matérias que tratem da proteção e integração social das pessoas com deficiência, tema do Projeto de Lei nº 1769/2024, o que torna regimental o seu exame por este Colegiado.

Sob o ponto de vista da constitucionalidade, não temos restrições à aprovação da matéria, vez que a competência para a mesma é deferida em comum aos entes federativos (art. 23, II), bem como de forma concorrente (art. 24, XII e XIV), sendo assim uma competência partilhada o “cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência”.

No que diz respeito à juridicidade, de igual modo, a proposição não afronta princípios estabelecidos ou observados pelo nosso ordenamento jurídico, guardando com os mesmos perfeita sintonia.



## SENADO FEDERAL

Quanto à técnica legislativa não temos maiores restrições, à vista do que dispõe o Lei Complementar nº 95/98 e suas alterações posteriores, sobretudo, com o aperfeiçoamento carreado para a matéria pelo Substitutivo oferecido.

Quanto ao mérito, a presente proposta legislativa está em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas, adotada no ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional, por meio do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, bem como com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), garantindo a igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Pelo artigo 4º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, os Estados Partes devem adotar todas as medidas legislativas, administrativas e de qualquer outra natureza, necessárias para a realização dos direitos reconhecidos na presente Convenção, adotando todas as medidas necessárias, inclusive legislativas, para modificar ou revogar leis, regulamentos, costumes e práticas vigentes, que constituírem discriminação contra pessoas com deficiência.

Neste sentido, o Projeto de Lei nº 1.769/2024 faz a adequação da nomenclatura, substituindo o termo “portadoras de deficiência”, que carrega uma carga discriminatória desnecessária, substituindo para o termo “pessoa com deficiência”, adequando-se às novas normativas e evitando a discriminação contra pessoas com deficiência.

Assinale-se, ainda, que o projeto de lei também faz a alteração dos nomes dos órgãos responsáveis pela execução da política das pessoas com deficiência, fazendo assim uma adequação a atual estrutura governamental existente.

Frise-se mais, como remate, que a matéria acrescenta o inciso VI ao art. 2º, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989,



SENADO FEDERAL

prevendo a criação de centros para a vida independente para pessoas com deficiência, ofertando serviços e apoios para o desenvolvimento de autonomia, de independência, de talentos e potencialidades e de acesso às políticas públicas que possam contribuir para a plena participação social, em igualdade de condições com as demais pessoas. Ainda neste sentido, acrescenta ao inciso VI as alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, estabelecendo diretrizes a serem observadas para a criação dos centros para a vida independentes.

Com fulcro no art. 11, inciso I, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para empregar nomenclatura própria da temática da pessoa com deficiência, e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, este Projeto de Lei nº 1769/2024 adota medidas para modificar termos que constituem discriminação contra pessoas com deficiência.

Portanto, é nesse contexto que o Projeto de Lei nº 1769/2024, mostra-se oportuno e relevante, contribuindo para uma melhor adequação legislativa, evitando qualquer discriminação contra pessoas com deficiência.

Não obstante, não podemos acatar, apesar de meritória, a inclusão feita pela Câmara dos Deputados para a criação de centros para a vida independente para pessoas com deficiência, em função de termos presente que tal criação, se realizada por iniciativa do Poder Legislativo, incide em vício de inconstitucionalidade por ferir o art. 61, § 1º, inciso II, letra e), da Constituição Federal. Sendo assim, concluímos pela necessidade de supressão do inciso VI do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, incluída na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 1769/2024. Em consequência, tornam-se necessárias duas adequações redacionais ao texto, que também apresentamos.



SENADO FEDERAL

### III – VOTO

Em razão das considerações apresentadas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.769/2024 (SCD ao PLS nº 105, de 2008), **ressalvada** a inclusão do inciso VI do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 1769/2024, com as seguintes adequações redacionais em seu texto:

- dê-se à Ementa do Projeto de Lei nº 1769, de 2024, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir o incentivo ao empreendedorismo entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia utilizada na lei relativa à pessoa com deficiência.”

- substitua-se no art. 10 da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.769, de 2024, a denominação “Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania” por “Poder Executivo Federal”.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

6



## **PARECER Nº       , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 1, de 2022, do Programa e-Cidadania, que dispõe sobre o "Banimento da prática de Constelação Familiar das Instituições Públicas".

Relator: Senador **EDUARDO GIRÃO**

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão a Sugestão (SUG) nº 1, de 2022, do Programa e-Cidadania, advinda da Ideia Legislativa nº 157.869, cujo título é “Banir a Prática da Constelação Familiar das Instituições Públicas”.

A descrição e o detalhamento da Ideia Legislativa defendem que a prática da Constelação Familiar não possui comprovação científica, mas abordagem mística, e, por isso, não deveria ser financiada pelos cofres públicos, indo na contramão do Estado laico, da liberdade religiosa e, por vezes, provocando a revitimização e culpabilização de mulheres que sofreram violência doméstica, além de trazer outros prejuízos.

A matéria foi recebida nesta Comissão em 23 de fevereiro de 2022. Em março deste ano, a matéria foi redistribuída para minha relatoria.

### **II – ANÁLISE**

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, combinado com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre as Ideias Legislativas registradas no Programa e-Cidadania que alcançarem um total de 20 mil apoios em um prazo de quatro meses após seu recebimento. Esse requisito foi plenamente alcançado pela Ideia Legislativa ora analisada.



A Sugestão nº 1, de 2022, no entanto, não pode ser aprovada por incorrer em vício incontornável de inconstitucionalidade.

O art. 4º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, estabelece que o SUS é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público. Dentre esses órgãos, tem-se o Ministério da Saúde, que, no âmbito da União, é o órgão competente para exercer a direção do SUS, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.080, de 1990. Ainda, o art. 19-Q da referida lei dispõe que a incorporação de novos procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, é atribuição do Ministério da Saúde.

Portanto, ao editar a Portaria nº 702, de 21 de março de 2018, que incluiu a Constelação Familiar na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, o Ministério da Saúde, além de observar o disposto na Lei nº 8.080, de 1990, cumpriu estritamente o estabelecido no art. 200 da Constituição Federal, que prevê que cabe ao SUS controlar e fiscalizar procedimentos de interesse para a saúde e incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação.

Assim, ao pretender o banimento da Constelação Familiar do âmbito das instituições públicas, a Sugestão objetiva, na verdade, usurpar a competência do Poder Executivo de, por meio de seus órgãos técnicos e especializados, incorporar novas diretrizes terapêuticas, exercer o controle e fiscalização dos procedimentos de interesse para a saúde da população e de buscar o desenvolvimento e inovação na área da saúde.

No caso do Poder Judiciário, a prática da Constelação Familiar tem sido realizada com fundamento na Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual *dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências*. Essa resolução decorre da competência regulamentar do CNJ, ao qual cabe zelar pela autonomia do Poder Judiciário e expedir atos regulamentares ou recomendar providências, a teor do disposto no art. 103-B, § 4º, I, da Constituição Federal.

Nesse sentido, a aprovação da Sugestão nº 1, de 2022, significaria chancelar afronta à separação de Poderes, cláusula pétrea estabelecida no art. 60, § 4º, inciso III, da Constituição Federal.





Não bastasse a inconstitucionalidade da Sugestão, também no mérito não merece acolhida, como se passa a demonstrar.

A Constelação Familiar é uma técnica de representação espacial das relações familiares que permite identificar bloqueios emocionais de gerações ou membros da família. Foi desenvolvida nos anos 1980 pelo psicoterapeuta alemão Bert Hellinger, que defendeu a existência de um inconsciente familiar – além do inconsciente individual e do inconsciente coletivo – atuando em cada membro de uma família.

Hellinger nomeou as leis básicas do relacionamento humano como “ordens do amor” – a do pertencimento ou vínculo, a da ordem de chegada ou hierarquia, e a do equilíbrio - que atuam ao mesmo tempo, onde houver pessoas convivendo. Segundo Hellinger, as ações realizadas em consonância com essas leis favorecem que a vida flua de modo equilibrado e harmônico.

A Constelação Familiar é uma abordagem capaz de mostrar com simplicidade, profundidade e praticidade onde está a raiz, a origem, de um distúrbio de relacionamento, psicológico, psiquiátrico, financeiro e físico, levando o indivíduo a um outro nível de consciência em relação ao problema e mostrando uma solução prática e amorosa de pertencimento, respeito e equilíbrio.

É indicada para todas as idades, classes sociais e, em sua construção científica, como atualmente aplicada no Poder Judiciário e no SUS, não possui vínculo ou abordagem religiosa.

Não obstante isso, a Sugestão sustenta a ideia de que a Constelação Familiar não deveria ser adotada nas instituições públicas, em razão de, na sua origem, ter tangenciado conceitos supostamente advindos da religião. Sucede que, caso fosse se extirpar das instituições públicas todas as técnicas cuja trajetória de estudo tenha adotado em algum momento conceitos de outras áreas, inclusive da religião – como cromoterapia, geoterapia, terapia de florais, imposição de mãos – não restaria praticamente nenhuma. Isso porque, ao longo do tempo, o conhecimento foi sendo construído de forma intersetorial, inclusive o científico.

Importante dizer, ainda, que, tanto no SUS quanto no Judiciário, a aplicação da técnica da Constelação Familiar é totalmente voluntária, tanto que essa medida é apenas mais uma das medidas adequadas para se atingir o objetivo funcional dos órgãos integrantes do SUS e do Judiciário.



No caso do SUS, a Constelação Familiar faz parte das Práticas Integrativas e Complementares, reconhecidas por diversas categorias profissionais de saúde no País. A própria Organização Mundial da Saúde preconiza o reconhecimento e incorporação tanto de Medicinas Tradicionais quanto Complementares nos sistemas nacionais de saúde.

Retirar das instituições públicas a Constelação Familiar, que é técnica terapêutica e de solução de conflitos adotada mundialmente e cujos resultados são diariamente comprovados e informados, é ir contra o interesse público, pois significa negar à população o integral direito à saúde, especialmente às camadas mais pobres, que não possuem condições de arcar com essa prática em instituições não integrantes do SUS. Seria dizer àqueles que podem pagar o atendimento privado que o acesso às técnicas atuais e mais eficazes seria garantido, enquanto que, aos mais pobres, restaria apenas se conformar com a disponibilização das práticas tradicionais, muitas das quais totalmente obsoletas.

Em adição a isso, destacamos que milhares de profissionais utilizam a técnica da Constelação Familiar na Europa, América do Sul, América do Norte e Ásia. Ainda, vários estudos têm sido realizados acerca da eficácia da Constelação Familiar. A título de exemplo, fazemos menção à análise sistemática realizada em sede da Universidade de Groningen, nos Países Baixos, no ano de 2021, para avaliar a eficácia da Constelação Familiar, a qual informa que:

- em estudo realizado com austríacos, 2/3 dos participantes indicaram que, como resultado da aplicação da técnica, perceberam aumento da felicidade, coragem, otimismo e habilidade para enfrentamento das situações;
- em estudo realizado com alemães, 92% dos participantes afirmaram que a aplicação da técnica foi útil;
- em estudo realizado com participantes de língua inglesa, francesa e russa, 87% daqueles que buscavam tratamento para dificuldades interpessoais informaram que seus problemas foram resolvidos após a aplicação da técnica;
- em estudo realizado com 209 húngaros, os participantes experimentaram significativa melhora em 23 das 26 áreas abrangidas pela aplicação da técnica; e, finalmente,



- em estudo realizado a partir da amostra de 139 participantes sujeitos a tratamento por uso de substâncias tóxicas na Alemanha, verificou-se que 81% daqueles que se sujeitaram à aplicação da técnica completaram o tratamento de forma integral, em oposição a 50% daqueles que não a aplicaram.

Apontamos também que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios disponibilizou em seu sítio eletrônico dados que demonstram a eficácia da adoção da Constelação Familiar, por meio do Projeto Constelar e Conciliar, na realização de acordos em Varas Cível, de Família, Órfãos e Sucessões. Igualmente, o CNJ declarou que as Varas de Família estão conseguindo aumentar, nas audiências, seus índices de conciliação em processos judiciais com o uso da Constelação Familiar.

Dessa forma, e considerando os debates anteriores acerca do tema, como o realizado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais em março de 2022, não assiste razão à Sugestão em comento. Admitir essa Ideia Legislativa, além de inconstitucional, por afrontar a separação de Poderes, equivale a admitir predileção pela manutenção nas instituições públicas apenas de técnicas obsoletas – aumentando a distância do atendimento realizado pelas instituições privadas –, e também a negar os avanços obtidos, especialmente na área da saúde e de solução de conflitos no Judiciário, promovendo, em vez desses avanços, o retrocesso.

### III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **rejeição** da Sugestão nº 1, de 2022.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**ANEXO****Testemunho do autor da ideia legislativa*****“Banir a prática da Constelação Familiar das instituições públicas”***

*Mateus Cavalcante de França, 26 anos, mestre em direito e pesquisador na área de Direito e Sociedade na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele é o autor da ideia legislativa “Banir a prática da Constelação Familiar das instituições públicas”, que alcançou a marca de 20 mil apoios populares.*

**Sobre o testemunho do autor de ideia legislativa**

O testemunho é um documento redigido pela equipe do e-Cidadania a partir de entrevista realizada com o autor da ideia legislativa. A equipe conversa com o autor, ouve seus argumentos, e, depois, redige um texto com base na entrevista. Esse texto é enviado ao autor para revisão, aprovação e autorização expressa para publicação. Dessa forma, o texto do testemunho é um retrato fiel do pensamento do autor da ideia.

O auxílio na redação do documento é uma maneira de estender a participação popular no processo legislativo, uma vez que permitirá que pessoas de diferentes escolaridades apresentem seus argumentos.

**1. A preocupação dos cientistas com o tema**

Ouvi falar em Constelações Familiares pela primeira vez em redes sociais. Eu acompanho postagens de alguns físicos e biólogos, e, na ocasião, eles comentavam que essa terapia havia ingressado no rol de tratamentos alternativos cobertos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Esses pesquisadores demonstraram preocupação com o fato de que uma teoria não científica havia se tornado um tratamento oferecido pelo governo, sem que tivesse havido praticamente nenhuma discussão sobre o assunto.

Algun tempo depois, uma amiga minha, também pesquisadora de direito, comentou que a Constelação Familiar estava sendo usada no judiciário como um método alternativo de solução de conflitos. Era a promessa de aumentar a quantidade de acordos judiciais, evitar o litígio na área do direito de família, tornar as decisões mais céleres, e, portanto, ajudar o judiciário a diminuir a pilha de processos. Aquilo tudo me deixou com uma pulga atrás da orelha e passei a estudar melhor o assunto. Li todos os livros do fundador da teoria, o alemão Bert Hellinger. Assisti vídeos na internet e estive em algumas constelações familiares. Fiquei assustado com tudo o que vi.



## 2. Constelação Familiar na prática

Como tudo isso funciona na prática? Mais ou menos da seguinte maneira: há um constelador, que é um mediador, e há o constelado, que terá sua vida analisada. O constelado descreverá brevemente seu sistema familiar: “ah, eu moro com minha mãe e meu pai. Tenho um tio e uma irmã que já morreram”.

O constelador (mediador) então escolhe figuras para representar a família do constelado. Esses representantes podem ser pessoas, bonecos ou mesmo animais. O constelador os posiciona em um determinado cenário, e, a partir daí, vai tirando conclusões. “Perceba que seu pai não está olhando para sua mãe. Quer dizer que eles estão brigados. Talvez seja um problema mal resolvido entre seus pais”. Às vezes, a constelação é feita com cavalos. Cada cavalo representa uma pessoa da família do constelado. Se um animal se afasta do outro, por exemplo, o mediador pode interpretar aquele afastamento como sinal de um conflito.

O constelado tem pouquíssima participação no processo. Todas as conclusões são tiradas pelo mediador. A pouca participação do constelado está relacionada a um dos pontos mais controversos da teoria: a noção de campo morfogenético, um conceito retirado de uma teoria do campo da biologia.

### Como tudo começou: a teoria do centésimo macaco

Na década de 1950, cientistas japoneses atiraram batatas na praia. Os macacos queriam comer as batatas, mas se incomodavam com a sujeira de areia. Um dos animais lavou as batatas na água, e, ao que parece, ensinou isso a outro macaco. Quando uma grande quantidade de macacos já tinha aprendido a lavar as batatas, algo aconteceu. Todos os outros macacos – mesmo os não ensinados – passaram a fazer o mesmo.

Alguns anos depois, o biólogo inglês Rupert Sheldrake usou esse estudo para desenvolver sua hipótese: a existência de um suposto campo, uma espécie de memória universal, capaz de transmitir informações.

A noção de campo morfogenético não foi comprovada – o próprio Sheldrake a considera apenas uma hipótese – mas ela foi incorporada à doutrina das Constelações Familiares. O campo morfogenético, em tese, forneceria as informações necessárias, e é por isso que o constelador tem liberdade para tirar conclusões a respeito da vida íntima e familiar do constelado.

Eu li todos os livros do Bert Hellinger. Não sei se muitos terapeutas de Constelação leram todos os livros que eu li. Hellinger faz afirmações bastante temerárias. Ele escreveu que, se você tem um filho adotivo, precisa devolvê-lo. Também escreveu que se uma criança foi estuprada pelo pai, isso pode ser um sintoma de que a mãe



não dedicou amor suficiente ao marido. Esse pai então buscou a filha. Uma menina, em uma sessão, afirmou a ele: “eu fiz isso pela mamãe”. Isso está no livro dele. Então eu me pergunto: como é que a gente está levando esse tipo de crença para o poder público, para o SUS, para escolas, para o judiciário? No judiciário, a situação é muito grave. Em tese, a parte recebe apenas um convite – ela não seria obrigada a participar da constelação. Mas será que as pessoas entendem assim? Se você receber em sua casa um documento enviado por um juiz, você entende que aquilo é um convite, e não uma intimação?

Outro ponto problemático é o uso de um vocabulário científico, que confere autoridade à teoria. Há estudos sobre constelações familiares feitos por juízes, mas esses estudos contêm graves erros de metodologia.

Também não há nenhuma prova científica de que a teoria funcione como terapia. Na verdade, há até indícios em sentido contrário: há indícios de iatrogenia – quando um tratamento médico ou psicológico causa mal ao paciente. Recentemente, o psicólogo Bruno Farias relatou um caso muito impressionante: em uma sessão, um constelador afirmou para a participante que seu pai não era realmente seu pai – a mãe dela teria traído o marido com o tio. Essa moça criou uma obsessão pelo assunto. Mais tarde, se provou que o constelador estava errado.

Há quem argumente que esse tipo de história só ocorra com maus profissionais. Eu não duvido da seriedade de muitos terapeutas. O problema é que a técnica não é científica. A teoria das Constelações Familiares não pode ser falseada – é como alguém afirmar que sabe levitar, mas que só consegue quando ninguém está olhando nem filmando. Como verificar uma afirmação assim, ainda que ela seja verdadeira? A Constelação padece do mesmo problema metodológico.

Algumas pessoas podem objetar: “ah, mesmo que a ciência não dê respaldo à teoria, ela pode fazer bem a muitas pessoas”. Não é simples assim. Quando alguma terapia é oferecida à população de forma ampla, é bom que o assunto tenha sido ao menos investigado. E o método científico é uma das formas mais confiáveis para isso.

Há evidências científicas de que a constelação familiar pode causar transtornos psicológicos e piora em quadros clínicos. Não há evidências de que as constelações ajudem alguém, além das evidências anedóticas – alguém fez e disse que achou maravilhoso, e só.

Não ouvir a ciência pode custar caro. Há muitas denúncias veiculadas pela imprensa de humilhações sofridas durante as constelações. Mulheres vítimas de violência e abuso foram obrigadas a relembra de tudo o que sofreram, a reviver agressões. Em algumas situações, foram até mesmo induzidas a perdoar o agressor. Houve um caso de uma mulher que se recusou a comparecer a uma constelação. Na audiência, a



juíza a censurou. “Bonito, né? Em vez de vir para a Constelação, foi passear no shopping”, e coisas do tipo.

Não sou contra a aplicação da técnica no âmbito privado. As pessoas são livres para gastar seu dinheiro como quiserem. Mas colocar isso no poder público é um erro muito grande. Cria-se um ciclo de legitimação. Quando algo assim penetra no Estado, surge o argumento de autoridade.

Eu e a minha colega Marina Garcia Guagliariello escrevemos um artigo acadêmico sobre o assunto. Nós queríamos encontrar um argumento baseado em evidência. Procuramos bastante. Mas a gente não achou. Nós encontramos um discurso científico deslocado. Encontramos argumentos dogmáticos – argumentações como “o CNJ tratou do assunto em uma resolução, etc” – e também o argumento da multidão – afirmações como “a técnica está se espalhando por todo o Brasil”. Acho tudo isso muito preocupante. Não sabemos se funciona nem o quão mal pode fazer às pessoas. Os defensores falam de casais que reataram. Isso é positivo? Será que é papel do judiciário achar felicidade para as pessoas, juntar casal? O judiciário está ali para aplicar a lei.

Sei que a prática do direito é frustrante. A gente pensa que vai mudar o mundo com o direito. Aí chega a prática, e você descobre que o direito é frio, não é humanizado. Não quero demonizar o constelador. Mas essas pessoas caíram num canto da sereia. E soluções mágicas são sempre perigosas.





**Senado Federal  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões**

**OFÍCIO Nº 4/2022/SCOM**

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

A Sua Excelência o Senhor  
SENADOR HUMBERTO COSTA  
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa  
Brasília/DF

**Assunto: Ideia Legislativa nº 157869.**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

No ensejo, encaminho também o depoimento do autor no intuito de melhor embasar a análise desta egrégia Comissão.

Respeitosamente,

**MARCOS MACHADO MELO**  
Diretor da Secretaria de Comissões







**Senado Federal  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões**

**ANEXO**

**FICHA INFORMATIVA**

**Ideia Legislativa nº 157869**

**Título**

Banir a Prática da Constelação Familiar das Instituições Públicas

**Descrição**

A prática da Constelação Familiar, erroneamente denominada terapia, não possui comprovação científica. Porém, vem sendo utilizada em órgãos públicos, principalmente no Judiciário e no SUS, sistema prisional e escolas, além de ser utilizada em âmbito privado. (sic)

**Mais detalhes**

Os cofres públicos não podem pagar por um serviço que carece de comprovação científica e que já foi denunciado ao CNJ, bem como na mídia, por revitimizar e culpabilizar mulheres vítimas de violência que buscam solução no Judiciário, tratando algozes no mesmo patamar que suas vítimas. A Constelação Familiar possui abordagem mística, na contramão do Estado laico e da liberdade religiosa. (sic)

**Identificação do proponente**

**Nome:** Mateus Franca

**E-mail:** mateusfranca96@gmail.com

**UF:** RS

**Data da publicação da ideia:** 09/11/2021

**Data de alcance dos apoios necessários:** 16/11/2021

**Total de apoios contabilizados até 22/02/2022:** 20.987

**Página da Ideia Legislativa**

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=157869>



## LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 157869

UF	APOIOS
AC	128
AL	145
AM	148
AP	39
BA	805
CE	603
DF	950
ES	318
GO	509
MA	148
MG	2.136
MS	257
MT	245
PA	279
PB	271
PE	614
PI	166
PR	1.650
RJ	2.016
RN	258
RO	119
RR	23
RS	1.807
SC	1.242
SE	124
SP	5.912
TO	75
<b>TOTAL</b>	<b>20.987</b>



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 157869

Nº   UF   Cidadão	
1   AC	ADRIANA RODRIGUES   AM****@GMAIL.COM
2   AC	ADRIANE MICHAELSEN   AD****@HOTMAIL.COM
3   AC	AHARONLINDU :3   GO****@LIVE.COM.PT
4   AC	ALESSANDRA LIMA   AL****@YAHOO.COM.BR
5   AC	ALINE CAPUTO NEVES PEREIRA   LI****@GMAIL.COM
6   AC	ALINE VITORIA SOBRALINO DOS SANTOS   SA****@GMAIL.COM
7   AC	ALVARO FIUZA   AL****@GMAIL.COM
8   AC	AMANDA CAROLINA   MA****@GMAIL.COM
9   AC	ANNE CAROLINE   CA****@GMAIL.COM
10   AC	ARTHUR BENJAMIM GUIMARAES   AR****@GMAIL.COM
11   AC	ASSURIA NASCIMENTO DE MESQUITA   SU****@GMAIL.COM
12   AC	BEATRIZ ANDRADE   BI****@HOTMAIL.COM
13   AC	BERNARDETE JOSE DOS SANTOS   DE****@GMAIL.COM
14   AC	BRENA SILVA   BR****@GMAIL.COM
15   AC	BRUNO BRU   BS****@GMAIL.COM
16   AC	BRUNO FREITAS   BR****@HOTMAIL.COM.BR
17   AC	CAIO MEDEIROS   SH****@GMAIL.COM
18   AC	CAMILA MILIOTO   CA****@GMAIL.COM
19   AC	CAMILLA RODRIGUES   RO****@GMAIL.COM
20   AC	CAROLINA-TUAN GOMEZ BUTERA   CA****@GMAIL.COM
21   AC	CAROL SILVA   CA****@GMAIL.COM
22   AC	CHRISTIAN LIMA   CH****@GMAIL.COM
23   AC	CLISTENES LOPES ABREU MOREIRA   CL****@HOTMAIL.COM
24   AC	DIEGO GONCALVES DE LIMA   DI****@OUTLOOK.COM
25   AC	DIOGENES MAGNO LAUBE   TC****@GMAIL.COM
26   AC	DJHODISON CASTRO   DJ****@HOTMAIL.COM
27   AC	DOMI RAMOS   DO****@GMAIL.COM
28   AC	DOUGLAS KORMANN   DO****@GMAIL.COM
29   AC	DUDA MELLO   YA****@GMAIL.COM
30   AC	DYEGO GONCALVES   DY****@GMAIL.COM
31   AC	ELIZABETE GESELI DOS SANTOS FERREIRA   BE****@GMAIL.COM
32   AC	ELIZABETH PICCIRILLI   PI****@GMAIL.COM
33   AC	ERICA LEAL   ER****@GMAIL.COM
34   AC	ERIKA MIRANDA DE OLIVEIRA   ER****@GMAIL.COM
35   AC	EUBERTH FILIPE PACHECO ROMERO   FI****@HOTMAIL.COM
36   AC	EU TEU MEU   LO****@GMAIL.COM
37   AC	FABIANA GOMES DE MAGALHAES   FA****@HOTMAIL.COM
38   AC	FELIPE LINS CLAUDINO   FE****@HOTMAIL.COM
39   AC	FERNANDA MAIA   FE****@GMAIL.COM
40   AC	FERNANDA MARTELLO   FE****@GMAIL.COM
41   AC	FLORA AGGIO SILVA   FL****@GMAIL.COM
42   AC	FRANCILEUDO LIMA AFONSO   FR****@GMAIL.COM
43   AC	FRANCINE BUNDCHEN FELISBINO   FR****@GMAIL.COM
44   AC	FRANCISCO GRENDENE BOTTI   BO****@GMAIL.COM
45   AC	GABI SOBRALINO   GA****@GMAIL.COM
46   AC	HARDCORE GAMES   TH****@GMAIL.COM
47   AC	HENRIQUE ALVES SALES   LU****@GMAIL.COM
48   AC	ILANA MOTTA   IL****@GMAIL.COM
49   AC	ILDA TEIXEIRA LIMA   PR****@GMAIL.COM
50   AC	JAIRO CORREIA   CO****@GMAIL.COM
51   AC	JESSICA RAMOS   JE****@GMAIL.COM
52   AC	JESSICA VIANNA   VI****@GMAIL.COM
53   AC	JHENNYFER ESPINDOLA   JH****@GMAIL.COM
54   AC	JOAO PAULO SOARES SILVA #CONTENTE   JO****@GMAIL.COM
55   AC	JONATAS MESQUITA   JO****@GMAIL.COM
56   AC	J PLAY GAMES   JU****@GMAIL.COM
57   AC	JUCILENE FERREIRA   JU****@GMAIL.COM
58   AC	JULIA ARANTES   JU****@GMAIL.COM
59   AC	JULIA BORGES   JB****@GMAIL.COM
60   AC	JULIA LEITE   JU****@TERRA.COM.BR
61   AC	JULIANA BARLETTE   JU****@GMAIL.COM
62   AC	JULIANA RIBEIRO TRIVELINO   JU****@GMAIL.COM
63   AC	KAREN ELLEN   KA****@GMAIL.COM
64   AC	KARINA KIELING   KA****@GMAIL.COM
65   AC	KARLA LIMA   KA****@GMAIL.COM
66   AC	LAIS CORONATO   LA****@GMAIL.COM
67   AC	LAIS SILVA   LA****@GMAIL.COM
68   AC	LAURA SOBRALINO   LA****@GMAIL.COM
69   AC	LEANDRO NERY   LE****@GMAIL.COM
70   AC	LEO LUIZ   LL****@GMAIL.COM
71   AC	LEONARDO AMARAL   CO****@LEONARDOAMARAL.COM.BR
72   AC	LEONARDO GRISON   GR****@GMAIL.COM
73   AC	LORENA TORRES   LO****@GMAIL.COM
74   AC	LORRANY VALERIANO   LS****@GMAIL.COM
75   AC	LUANA BANDEIRA   LU****@GMAIL.COM
76   AC	LUANA MARTINS SORRENTINO   LU****@GMAIL.COM
77   AC	LUANE MESSIAS   LU****@GMAIL.COM
78   AC	LUCAS DOS SANTOS   AN****@GMAIL.COM
79   AC	LUCAS SUZIGAN NACHTIGALL   LU****@GMAIL.COM
80   AC	LUCIANA SOUZA   LU****@GMAIL.COM
81   AC	LUISA FERNANDEZ   LU****@HOTMAIL.COM
82   AC	LUISA VIANA VASCONCELLOS WEISS   LU****@GMAIL.COM
83   AC	LUIS CONCEICAO   LL****@GMAIL.COM
84   AC	MADELEINE MARCELLE   MA****@GMAIL.COM
85   AC	MAIRA MENEZES   MA****@GMAIL.COM
86   AC	MARCIA CELIA PEREIRA   PA****@GMAIL.COM
87   AC	MARCIA OLIVEIRA   MH****@HOTMAIL.COM
88   AC	MARCUS VINICIUS LOURENCO SANTOS CABRAL   MA****@GMAIL.COM
89   AC	MARCUS VINICIUS   MA****@GMAIL.COM
90   AC	MARIAH RISOLETA   MA****@GMAIL.COM
91   AC	MARILIA RIBEIRO   MA****@BOL.COM.BR
92   AC	MATHEUS DOS REIS   MA****@GMAIL.COM
93   AC	MATHEUS NOGUEIRA   MA****@GMAIL.COM
94   AC	MATHEUS SALLES   M.****@GMAIL.COM
95   AC	MAYARA DADDA   MA****@HOTMAIL.COM
96   AC	MAYARA PICOLI   MA****@HOTMAIL.COM
97   AC	MICHEL MELEM   MI****@GMAIL.COM
AC	MYLENA MELO   MY****@HOTMAIL.COM
	NATALIA MEDEIROS   NA****@GMAIL.COM
	NATASHA DA CUNHA RAMOS   NA****@HOTMAIL.COM
	OLIVIA BAPTISTA   OL****@GMAIL.COM
	ONESIMO VEGA   LU****@GMAIL.COM
AC	PAMELA CRISTINA DE MATTOS LOPES   PA****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 157869

Nº   UF   Cidadão		
104	AC	PANDA MAN   UM****@GMAIL.COM
105	AC	PEDRO HENRIQUE   PE*****@GMAIL.COM
106	AC	PEDRO LUAM   PE*****@GMAIL.COM
107	AC	RAFAEL BAREA   RA*****@GMAIL.COM
108	AC	RAFAEL NUNES   RN*****@GMAIL.COM
109	AC	RENAN FIDALGO   RG*****@GMAIL.COM
110	AC	RIQUELME MAIA   MA*****@GMAIL.COM
111	AC	RITA ABRANTES   RI*****@GMAIL.COM
112	AC	ROSANE LORENA GRANZOTTO   RO*****@INSTITUTOGRANZOTTO.COM.BR
113	AC	RSULA YARZON   20*****@ALUNO.UNIMETA.EDU.BR
114	AC	RUBIA ALMEIDA   RU*****@GMAIL.COM
115	AC	RYAN GUERRA   RY*****@GMAIL.COM
116	AC	SANDERSON BATISTA   SA*****@GMAIL.COM
117	AC	SANDRO GARCIA   SA*****@GMAIL.COM
118	AC	SIDNEY DEPRET   SD*****@UOL.COM.BR
119	AC	SIMONE QUEIROZ DE LIMA   SI*****@HOTMAIL.COM
120	AC	SR AMEBA   GI*****@GMAIL.COM
121	AC	SU HULLER   SU*****@GMAIL.COM
122	AC	THAIS ALMEIDA   TH*****@YAHOO.COM.BR
123	AC	THAIS ISHIMOTO   TH*****@HOTMAIL.COM
124	AC	THALES RAFAEL DE LIMA FERREIRA   TH*****@HOTMAIL.COM
125	AC	URSULA YARZON   UR*****@GMAIL.COM
126	AC	VANESSA PRISCILAA LIMA   VA*****@GMAIL.COM
127	AC	WALTER LUIZ MORAES NEVES SILVA   WA*****@GMAIL.COM
128	AC	WENIA JESSICA   JE*****@GMAIL.COM
129	AL	ABRAAO WENDEL   VI*****@GMAIL.COM
130	AL	ACASSIA DELIE   AC*****@GMAIL.COM
131	AL	ALESSANDRA RAMALHO DOS SANTOS   AL*****@GMAIL.COM
132	AL	ALINE THAYSE COSTA SILVA   CO*****@GMAIL.COM
133	AL	ALMIR DIBAI   DI*****@GMAIL.COM
134	AL	AMANDA NASCIMENTO   AM*****@GMAIL.COM
135	AL	ANA GABRIELY OLIVEIRA DOS SANTOS   PO*****@GMAIL.COM
136	AL	ANA VITORIA   AN*****@GMAIL.COM
137	AL	ANDERSON GOMES   AN*****@GMAIL.COM
138	AL	ANDREA ALBUQUERQUE   AN*****@GMAIL.COM
139	AL	ANDREA CARVALHO ALFAMA   AL*****@HOTMAIL.COM
140	AL	ANDRE LUIZ FERNANDES LOUREIRO DA SILVA   10*****@MSOFIA.COM
141	AL	ANDRE ROCHA SAMPAIO   AN*****@GMAIL.COM
142	AL	ANNA CAROLLINA FIGUEIREDO FARIAS   CA*****@GMAIL.COM
143	AL	ANNE NOGUEIRA   AN*****@GMAIL.COM
144	AL	ARTHUR GAMA   TU*****@GMAIL.COM
145	AL	ARTHUR MOURA GAMA   AR*****@GMAIL.COM
146	AL	ARTHUR MOURA GAMA   AR*****@SOUUNIT.COM.BR
147	AL	ARYEL SANTOS   AR*****@GMAIL.COM
148	AL	BARBARA TENORIOSOUZA   BT*****@HOTMAIL.COM
149	AL	BELLA CLARKE   BE*****@GMAIL.COM
150	AL	BENAN MORAIS   BE*****@GMAIL.COM
151	AL	BERKMIS VIANA   BE*****@GMAIL.COM
152	AL	BIA SILVA   AN*****@HOTMAIL.COM
153	AL	BRUNA MARIA DOS SANTOS   BR*****@OUTLOOK.COM
154	AL	BRUNO COSTA   BR*****@GMAIL.COM
155	AL	BRUNO SERRAO   BR*****@GMAIL.COM
156	AL	BRUNO VICTOR BATISTA MAIA   BR*****@GMAIL.COM
157	AL	CAMYLLA OLIVEIRA SANTOS   CA*****@GMAIL.COM
158	AL	CAROL MARINHO   CA*****@GMAIL.COM
159	AL	CHRYSTIAN CHRYSITCHEW COSTA   CH*****@GMAIL.COM
160	AL	CLARICE GOMES   CL*****@GMAIL.COM
161	AL	CLEBER GOMES   CL*****@GMAIL.COM
162	AL	CRISLEY DARK   CR*****@GMAIL.COM
163	AL	DANIEL BARBOSA FERREIRA   DA*****@GMAIL.COM
164	AL	DANIEL CAVALCANTE SANTOS   NI*****@GMAIL.COM
165	AL	DANIEL LOPES DE OLIVEIRA   DL*****@YAHOO.COM.BR
166	AL	DANIEL SANTOS   DA*****@GMAIL.COM
167	AL	DANILAACIOLE123@HOTMAIL.COM ACIOLE   DA*****@GMAIL.COM
168	AL	DIEGO MIDLEJ   MI*****@GMAIL.COM
169	AL	DOUGLAS JULIAO   DO*****@GMAIL.COM
170	AL	EDUARDO GABRIEL DA SILVA SANTOS   ED*****@GMAIL.COM
171	AL	ELIAS BRITO   EL*****@GMAIL.COM
172	AL	ELISANGELA GADI   EL*****@GMAIL.COM
173	AL	ELYAHU BENDAVID   EL*****@GMAIL.COM
174	AL	EMANUEL ADLER MEDEIROS PEREIRA   AD*****@IC.UFAL.BR
175	AL	ENDSON SANTOS   EN*****@GMAIL.COM
176	AL	ERIC DE GUSMAO PINO   ER*****@GMAIL.COM
177	AL	ESDRAS FILIPE   ES*****@GMAIL.COM
178	AL	ESTER NUNES   ES*****@GMAIL.COM
179	AL	EVELINE CORREIA QUINTELA   EV*****@GMAIL.COM
180	AL	EWERTON GABRIEL LIMA FARIAS   EW*****@GMAIL.COM
181	AL	FABRICIA SILVA   FA*****@GMAIL.COM
182	AL	FABRICIO AUGUSTO LIMA DOS SANTOS   FA*****@OUTLOOK.COM
183	AL	FATIMA KALIME OLIVEIRA SANTOS   FA*****@GMAIL.COM
184	AL	FERNANDA FARIAS   MF*****@GMAIL.COM
185	AL	GABRIELA CARVALHO   CA*****@GMAIL.COM
186	AL	GABRIELA LIMA   GA*****@GMAIL.COM
187	AL	GABRIELA MIKI   GA*****@GMAIL.COM
188	AL	GEDIR MEDEIROS CAMPOS JR.   GE*****@GMAIL.COM
189	AL	GEORGIA MACHADO   GE*****@GMAIL.COM
190	AL	GIOVANA CARACIOLO   GI*****@GMAIL.COM
191	AL	GLEYDSTON RODRIGUES GUEDES   GL*****@GMAIL.COM
192	AL	GUSTAVO LUCENA   GU*****@GMAIL.COM
193	AL	HENRIQUE H.   HE*****@GMAIL.COM
194	AL	IBRAHIM SERRA   IB*****@GMAIL.COM
195	AL	IGOR ALBUQUERQUE   IG*****@ARAPIRACA.UFAL.BR
196	AL	ILSON M. S. PRAZERES   IL*****@GMAIL.COM
197	AL	IVAN BARROS   IV*****@GMAIL.COM
198	AL	IZABEL OLIVEIRA   IZ*****@GMAIL.COM
199	AL	JAMILLE LIMA   9M*****@GMAIL.COM
200	AL	JOAO VITOR SANTOS   NA*****@GMAIL.COM
	AL	JOELMIR FARIAS   JO*****@GMAIL.COM
	AL	JOHN Z   JO*****@GMAIL.COM
	AL	JOSE GUSTAVO BRANDAO COSTA MELO   GU*****@GMAIL.COM
	AL	JOSUE NETO   JO*****@GMAIL.COM
	AL	JOYCE KELLY   IF*****@HOTMAIL.COM
	AL	JUAN CHRISTIAN DOS SANTOS VIEIRA   JU*****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 157869

Nº   UF   Cidadão	
207	AL   JULIANA DE SOUZA SANTANA   JU****@GMAIL.COM
208	AL   JULIANA LEITE   JB****@GMAIL.COM
209	AL   JULIO PEREIRA   JU****@GMAIL.COM
210	AL   KAROL DONATO   KA****@GMAIL.COM
211	AL   KASSIA RIBEIRO   KS****@GMAIL.COM
212	AL   KAYLANE MAYARA DA SILVA SANTOS   BR****@GMAIL.COM
213	AL   KAYLANE SILVA   KA****@HOTMAIL.COM
214	AL   KELLY CRISTHINE   KE****@HOTMAIL.COM
215	AL   LAIS SILVA   LA****@ICF.UFAL.BR
216	AL   LARA ANDRADE   LA****@HOTMAIL.COM
217	AL   LIVIA LUA   LI****@GMAIL.COM
218	AL   LUAN ALVARO   LU****@GMAIL.COM
219	AL   LUCA DAMASO   LU****@HOTMAIL.COM
220	AL   LUCAS GIOVANNE   LG****@GMAIL.COM
221	AL   LUCAS RANIERE JUVINO SANTOS   LU****@HOTMAIL.COM
222	AL   LUCAS SILVA SANTOS   CO****@GMAIL.COM
223	AL   LUCAS TENORIO   LU****@GMAIL.COM
224	AL   LUCK_PLAYER   LU****@GMAIL.COM
225	AL   LUIZ FELIPE BARROS   LU****@GMAIL.COM
226	AL   LUZARD PEREIRA   LU****@GMAIL.COM
227	AL   MARCELO GALCOSTA   MA****@GMAIL.COM
228	AL   MARCOS ALEXANDRE   XX****@GMAIL.COM
229	AL   MARCOS SALES   MA****@GMAIL.COM
230	AL   MARIA CLARA LEANDRO DA SILVA CANUTO   MA****@GMAIL.COM
231	AL   MARIA EDUARDA ARAUJO COSTA   ED****@GMAIL.COM
232	AL   MARIA HELOISA DE LIMA BELO   MH****@GMAIL.COM
233	AL   MARIA LUIZA DE PAULA   ML****@GMAIL.COM
234	AL   MARIA MATTOS   MA****@GMAIL.COM
235	AL   MARIANA SILVA ARAUJO   MA****@GMAIL.COM
236	AL   MARINA PAES   MA****@GMAIL.COM
237	AL   MARINA SILVESTRE BARBOSA   MA****@GMAIL.COM
238	AL   MATHEUS CRISTIAN   MA****@GMAIL.COM
239	AL   MAX MILLER   MA****@HOTMAIL.COM
240	AL   MECLYCIA SHAMARA   ME****@GMAIL.COM
241	AL   MEL MARQUES DE MELO   ME****@GMAIL.COM
242	AL   MILA LOIOLASANTOS   CA****@HOTMAIL.COM
243	AL   NATHALIA RAYSSA CARDOSO PINTO   TA****@GMAIL.COM
244	AL   NICOLE LIMA   NI****@IP.UFAL.BR
245	AL   PAULA HANSEN   PA****@GMAIL.COM
246	AL   PAULO DE TASSO PEREIRA BARBOSA   PA****@GMAIL.COM
247	AL   PAULO SERGIO   PA****@GMAIL.COM
248	AL   PEDRO MARQUES   PE****@GMAIL.COM
249	AL   PEDRO RUYTER NICACIO FALCAO   PE****@GMAIL.COM
250	AL   RAFAELA SANTOS MELO   RA****@HOTMAIL.COM
251	AL   RAFAELLA ANDRADE LEITE   RA****@GMAIL.COM
252	AL   RAISA QUERINO DE MENDONCA   RA****@GMAIL.COM
253	AL   RENATA PEREIRA   NA****@GMAIL.COM
254	AL   RENATA SANTOS   PS****@GMAIL.COM
255	AL   RENATO DE MELO SANTOS   RE****@GMAIL.COM
256	AL   RENATO RODRIGUES DOMINGUES   RE****@LIVE.CN
257	AL   ROBERTINA TEIXEIRA DA ROCHA   RO****@HOTMAIL.COM
258	AL   RODOLFO ROCHA   RR****@GMAIL.COM
259	AL   ROSIMEIRE TENORIO ALMEIDA   RO****@HOTMAIL.COM
260	AL   RUTH MONTEIRO   RU****@GMAIL.COM
261	AL   SANDRO MEDEIROS   PR****@GMAIL.COM
262	AL   SAYMO VICTOR SILVA SANTOS   SA****@GMAIL.COM
263	AL   SILVIA CAPELANES   SI****@GMAIL.COM
264	AL   SUSANA LINS   SU****@GMAIL.COM
265	AL   SYNTHIA REGINA DE GOIS SANCHES   SY****@GMAIL.COM
266	AL   TACIANA NASCIMENTO S T A C Y   VT****@GMAIL.COM
267	AL   TELMA C SASSO DE LIMA   TE****@GMAIL.COM
268	AL   THIAGO MACHADO   TH****@GMAIL.COM
269	AL   THIAGO RIBEIRO   IA****@HOTMAIL.COM
270	AL   THIAGO ROCHA   TH****@GMAIL.COM
271	AL   WISLEY PEIXOTO   WI****@GMAIL.COM
272	AL   YARA SANTOS   YA****@GMAIL.COM
273	AL   YASMIN MARIA MELLO DE ALMEIDA   YA****@HOTMAIL.COM
274	AM   ACRAM ISPER JR.   AC****@GMAIL.COM
275	AM   ADRIANA OLIVEIRA   DR****@HOTMAIL.COM
276	AM   ADRIAN DE SOUZA SANTOS   AD****@GMAIL.COM
277	AM   ADRIA PIMENTEL   PI****@GMAIL.COM
278	AM   ALE ORDONES   OR****@GMAIL.COM
279	AM   ALESSANDRO OLIVEIRA   AJ****@GMAIL.COM
280	AM   ALEXANDRE PICANCO   AL****@MSN.COM
281	AM   ALICE VALENTE   AL****@GMAIL.COM
282	AM   ANA BESSA   AN****@GMAIL.COM
283	AM   ANA CAROLINE SOUZA   CA****@GMAIL.COM
284	AM   ANA VITORIA VITORIANO CORDEIRO   AN****@GMAIL.COM
285	AM   ANDRE FERNANDES   AD****@GMAIL.COM
286	AM   ANDRE HONORATO   AN****@GMAIL.COM
287	AM   ANDRIMARCIELY SOUZA   AN****@GMAIL.COM
288	AM   ANDRYA DRUMOND BATISTA DE CARVALHO   AN****@GMAIL.COM
289	AM   ANNELEISE RODRIGUES   AN****@GMAIL.COM
290	AM   ANNI MARCELLI SANTOS DE JESUS   AN****@HOTMAIL.COM
291	AM   ANTONIO CARLOS MATOS   AC****@GMAIL.COM
292	AM   ARTHUR BITAR MARINHO COLARES   AR****@GMAIL.COM
293	AM   ARUANA BRIANEZI   AR****@GMAIL.COM
294	AM   ATLAS NETO   AT****@GMAIL.COM
295	AM   BRUNA LARISSA DE SOUZA SAHDO E SILVA   BR****@OUTLOOK.COM
296	AM   CAMILLA BLAIR   BL****@GMAIL.COM
297	AM   CARLLA VICNA   CA****@GMAIL.COM
298	AM   CARLOS JUNIOR   CA****@GMAIL.COM
299	AM   CELI CRISTINA CAVALCANTE   CE****@HOTMAIL.COM
300	AM   CESAR EDGAR AGUIAR DA SILVA   ED****@GMAIL.COM
301	AM   CHARLES ARAUJO   AR****@GMAIL.COM
302	AM   C. L. S.   CL****@GMAIL.COM
303	AM   CRISTHINE MACIEL   CR****@GMAIL.COM
	AM   DALCIRA COSTA NOVO GUERREIRO   DA****@GMAIL.COM
	AM   DANYELA CHRISTINA   DA****@GMAIL.COM
	AM   DARVI SALVADOR   DA****@GMAIL.COM
	AM   DAYZA LIMA   DA****@GMAIL.COM
	AM   DEBORAH EVELYN DE SOUZA REIS   DE****@GMAIL.COM
	AM   DEISE LUCY MONTARDO   DE****@GMAIL.COM



7



## **PARECER Nº , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 24, de 2020, que pretende proibir a exibição de programas policiais sensacionalistas pela televisão aberta, das 6h às 22h.

**RELATOR: Senador EDUARDO GIRÃO**

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 24, de 2020, que pretende proibir a exibição de programas policiais sensacionalistas pela televisão aberta, das 6h às 22h.

A matéria é originária de ideia legislativa encaminhada ao Senado Federal por meio do programa e-Cidadania e recebeu o apoio de 22.048 cidadãos.

De acordo com o autor da citada ideia, a exibição de conteúdos violentos no horário indicado faz com que crianças e adolescentes possam assistir livremente a cenas inadequadas a sua idade, contrariando dispositivos previstos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).

### **II – ANÁLISE**

Nos termos do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional.



Por sua vez, a Resolução do Senado nº 19, de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, estabelece que a ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de vinte mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do RISF e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à CDH. Assim, estão atendidos os pressupostos regimentais para admissibilidade da SUG nº 24, de 2020.

Cabe lembrar que as sugestões são analisadas por esta Comissão de forma preliminar. Caso aprovadas, transformam-se em proposições de sua autoria, e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das comissões pertinentes.

A sugestão tem o nobre propósito de proteger crianças e adolescentes de conteúdos inadequados exibidos na TV aberta. Entretanto, o mecanismo pretendido, qual seja a proibição de exibição de determinados conteúdos em horários específicos, entra em conflito com um dos valores supremos da democracia, a plena liberdade de expressão.

Permitir que o Estado defina que determinados conteúdos podem e que outros não podem ser exibidos abala o núcleo mais essencial da democracia. Por essa razão, nossa Constituição estabeleceu de forma inequívoca que “*é livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença*”. Ou seja, a norma constitucional limita a ação estatal, impedindo que restrinja de qualquer forma, ou mesmo que exija autorizações, para essas atividades.

Isso não significa que inexistam meios legais para proteger crianças e adolescentes de conteúdos violentos ou outros inadequados à sua idade. A própria Constituição determinou que a União deve “exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão”, permitindo que as famílias selecionem que tipo de material será acessado por seus filhos. Para tornar ainda mais simples e efetivo esse controle parental, a Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, determina que os aparelhos de televisão disponham de dispositivo capaz de bloquear a recepção de programas com conteúdo impróprio para menores.

Assim, a legislação nacional equacionou de forma sábia e equilibrada a proteção a crianças e adolescentes e a liberdade de expressão.





Esse balanceamento foi especificamente apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.404, na qual ficou decidido que é “*o sistema de classificação indicativa esse ponto de equilíbrio ténue, e ao mesmo tempo tenso, adotado pela Carta da República para compatibilizar esses dois axiomas, velando pela integridade das crianças e dos adolescentes sem deixar de lado a preocupação com a garantia da liberdade de expressão*”. Além disso, o STF determinou que a União não tem poderes para “para determinar que a exibição da programação somente se dê nos horários determinados”.

Por fim, destaco que, recentemente, em dezembro de 2024, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. A proposição, que agora tramita na Câmara dos Deputados, estabelece medidas de proteção e de controle parental para todos os equipamentos eletrônicos e para aplicações de internet, inclusive redes sociais. Novamente, o texto aprovado pelo Senado, amadurecido durante os debates parlamentares, estabeleceu meios de proteção eficazes ao tempo em que manteve íntegra a plena liberdade de expressão.

Pelo exposto, entendo que a sugestão, na forma apresentada, apresenta conflito insolúvel com a liberdade de expressão constitucionalmente assegurada. Por outro lado, verifico que há normas legais em vigor, além de outras, já aprovadas pelo Senado Federal, capazes proteger efetivamente crianças e adolescentes contra conteúdos impróprios, não apenas na TV aberta, mas também em todos os outros equipamentos eletrônicos, na internet e nas redes sociais.

Nesses termos, entendo que a Sugestão nº 24, de 2020, não deve ser convertida em proposição legislativa.



### III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **rejeição** da Sugestão nº 24, de 2020.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Senado Federal  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões**

**OFÍCIO Nº 29/2020/SCOM**

Brasília, 31 de agosto de 2020

A Sua Excelência o Senhor

SENADOR PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa  
Brasília/DF

**Assunto: Ideia Legislativa nº 137569.**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

**DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO**  
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal**  
**Secretaria-Geral da Mesa**  
**Secretaria de Comissões**

**ANEXO**  
**FICHA INFORMATIVA**

**Ideia Legislativa nº 137569**

**Título**

Proibir programas policiais (sensacionalista) de serem exibidos pela televisão aberta

**Descrição**

Existe uma grande diversidade de conteúdo que podem ser produzidos pelas empresas midiáticas no entanto, existe empresas (principalmente as regionais) que recorrem a programas que espalham notícias violentas sob a pretexto de "informar". Sugiro a proibição deste tipo de informação das 6 as 22 horas. (sic)

**Mais detalhes**

A exibição de programas violentos no horário livre faz com que Crianças e Adolescentes possam assistir acidentes, assassinatos, sangue, perseguições e diversas outras atitudes consideradas proibidas pelo ECA. Além disso existe o discurso especulativo e violento dos apresentadores destes programas e entrevistados que violam a princípio da inocência quando falam para o telespectador o contrário. (sic)

**Identificação do proponente**

**Nome:** Jonas Rafael Rossatto

**E-mail:** jonasrafaelrossatto@gmail.com

**UF:** PR

**Data da publicação da ideia:** 10/06/2020

**Data de alcance dos apoios necessários:** 26/08/2020

**Total de apoios contabilizados até 30/08/2020:** 21.480

**Página da Ideia Legislativa**

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=137569>



## LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 137569

UF	APOIOS
AC	231
AL	147
AM	235
AP	43
BA	804
CE	633
DF	563
ES	281
GO	423
MA	118
MG	2.122
MS	194
MT	141
PA	382
PB	307
PE	652
PI	143
PR	1.357
RJ	2.252
RN	258
RO	77
RR	17
RS	955
SC	538
SE	143
SP	8.413
TO	51
<b>TOTAL</b>	<b>21.480</b>



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 137569

Nº   UF   Cidadão	
1   AC	AGATHA RODRIGUES   ****CS@GMAIL.COM
2   AC	AIRTON FELIX SILVA SOUZA   ****X_@HOTMAIL.COM
3   AC	ALBERT CESAR A.P   ****AP@GMAIL.COM
4   AC	ALESSANDRO DA SILVA   ****07@LIVE.COM
5   AC	ALEXANDRE ANSELMO   ****12@GMAIL.COM
6   AC	ALEXANDRE HENRIQUE   ****PB@GMAIL.COM
7   AC	ALEXANDRE VASILENSKAS   ****78@HOTMAIL.COM
8   AC	ALEXIA PONTES   ****IA@GMAIL.COM
9   AC	ALICE FALCAO   ****AO@HOTMAIL.COM
10   AC	ALVARO COSTA JARDIM NETO   ****TL@HOTMAIL.COM
11   AC	ALVARO SILVA   ****RO@HOTMAIL.COM
12   AC	ALYSSON LUCAS OLIVEIRA TEIXEIRA   ****24@GMAIL.COM
13   AC	AMANDA CAROLINE   ****02@OUTLOOK.COM
14   AC	AMANDA EDUARDA DA S. MACHADO   ****DO@GMAIL.COM
15   AC	AMAURY ZE   ****ER@HOTMAIL.COM
16   AC	ANA LUIZA JASKULSKI   ****IA@HOTMAIL.COM
17   AC	ANA RITA   ****TA@GMAIL.COM
18   AC	ANDERSON DREWS   ****WS@GMAIL.COM
19   AC	ANDREA DRUMMOND COUTO   ****TO@GMAIL.COM
20   AC	ANDREI VIEGA   ****22@HOTMAIL.COM
21   AC	ANDRE MEDEIROS   ****IN@HOTMAIL.COM
22   AC	ANGELA MARIA   ****11@HOTMAIL.COM
23   AC	ANTONIO KETHER FERREIRA   ****RA@HOTMAIL.COM
24   AC	ARTHUR LACERDA   ****A7@HOTMAIL.COM
25   AC	AXEL RODRIGUES   ****M3@HOTMAIL.COM
26   AC	BEATRIZ DANTAS   ****AS@OUTLOOK.COM
27   AC	BEM VINDO AO URUGUAI   ****SI@GMAIL.COM
28   AC	BERNADETTE DE SOUZA   ****07@GMAIL.COM
29   AC	BIANCA BERTON   ****ON@HOTMAIL.COM
30   AC	BRUNA BOARETTO PELARIN   ****TO@GMAIL.COM
31   AC	BRUNO AUGUSTO GOMES RAMOS   ****OS@HOTMAIL.COM
32   AC	CALOURA DROGADA LETICIA ALBUQUERQUE DUARTE   ****TE@GMAIL.COM
33   AC	CAMILA RIBEIRO   ****04@GMAIL.COM
34   AC	CAROLINA MEDEIROS   ****34@HOTMAIL.COM
35   AC	CAROLINA RAMOS   ****14@GMAIL.COM
36   AC	CAROLINE VITOR FERREIRA   ****RF@GMAIL.COM
37   AC	CAWE COY RODRIGUES MAREGA   ****OY@GMAIL.COM
38   AC	CECILIA SILVA   ****24@GMAIL.COM
39   AC	CIRINEO PILLONETTO ZENERE   ****RE@GMAIL.COM
40   AC	CLAUDIA C CAREZZATO   ****TO@GMAIL.COM
41   AC	CLAUDIO F   ****RI@HOTMAIL.COM
42   AC	CLENIO LIMA   ****KL@HOTMAIL.COM
43   AC	CLEUTON BATISTA   ****ON@GMAIL.COM
44   AC	DANI EASTON   ****ON@GMAIL.COM
45   AC	DANIEL BRAZ   ****BR@GMAIL.COM
46   AC	DAVID LOMEU DE LIMA   ****MA@GMAIL.COM
47   AC	DAVIDSON NILSON   ****ON@GMAIL.COM
48   AC	DAYVYSON LUIZ   ****XZ@HOTMAIL.COM
49   AC	DEIVID SOUZA   ****SZ@HOTMAIL.COM
50   AC	DEYVID PERES   ****SS@GMAIL.COM
51   AC	DIMITRI SOUZA   ****ES@GMAIL.COM
52   AC	DIMITRY CAVALCANTI DOS SANTOS   ****ER@GMAIL.COM
53   AC	DI SETTI   ****TE@GMAIL.COM
54   AC	DOROTEIA BYLAARDT   ****DT@HOTMAIL.COM
55   AC	DOUGLAS GEOVANINE   ****PA@GMAIL.COM
56   AC	DYONES LEMOS RAMOS   ****PT@GMAIL.COM
57   AC	EDER MOURA   ****HU@GMAIL.COM
58   AC	EDUARDA MARINHO   ****DB@GMAIL.COM
59   AC	EDUARDO CARVALHO   ****07@GMAIL.COM
60   AC	EDUARDO MESSA   ****A1@GMAIL.COM
61   AC	EDUARDO SASSI   ****SS@HOTMAIL.COM
62   AC	EDUARDO VINICIUS   ****IN@HOTMAIL.COM
63   AC	ELAYNE LIMA ADVOCACIA   ****DA@GMAIL.COM
64   AC	ELISABETH ANDREOLI DE OLIVEIRA   ****LI@GMAIL.COM
65   AC	ELISA DETZEL BERNERT   ****EL@HOTMAIL.COM
66   AC	ELIZABETI MARIA CALIMAN PERIM   ****IM@GMAIL.COM
67   AC	ELTON PINHEIRO SARAH   ****AH@HOTMAIL.COM
68   AC	ELZA HELENA ALVES TEIXEIRA   ****RA@GMAIL.COM
69   AC	ERICK LSL   ****OS@GMAIL.COM
70   AC	EVANDRO FERNANDES   ****RN@HOTMAIL.COM
71   AC	EVANDRO SOUZA OLIVEIRA   ****MO@IG.COM.BR
72   AC	FELIPE GONCALVES   ****_8@HOTMAIL.COM
73   AC	FELP C. MOREIRA   ****GR@HOTMAIL.COM
74   AC	FERNANDO ALVES   ****88@GMAIL.COM
75   AC	FERNANDO ANTONY   ****11@GMAIL.COM
76   AC	FERNANDO MONTE   ****ZA@HOTMAIL.COM
77   AC	FIAMA RICARDO DE LIMA   ****03@GMAIL.COM
78   AC	GABI CABRAL   ****L_@HOTMAIL.COM
79   AC	GABRIEL ESTEVES   ****ES@GMAIL.COM
80   AC	GERALDO HENRIQUE DE SOUZA OLIVEIRA JUNIOR   ****JR@HOTMAIL.COM
81   AC	GIANFRANCO PERASSO   ****SO@ME.COM
82   AC	GILBERTO AVILA   ****78@GMAIL.COM
83   AC	GIOVANNA CUNHA   ****HA@OUTLOOK.COM
84   AC	GISELY CHAN   ****LY@HOTMAIL.COM
85   AC	GUILHERME DE FREITAS BLANC   ****08@GMAIL.COM
86   AC	GUSTAVO ANDRADE   ****E_@HOTMAIL.COM
87   AC	GUSTAVO BARRETO   ****O1@HOTMAIL.COM
88   AC	GUSTAVO BECK   ****CK@OUTLOOK.COM
89   AC	HELENA PRAIA   ****IA@GMAIL.COM
90   AC	HELOISA BEATRIZ NASCIMENTO NOGUEIRA   ****NT@YAHOO.COM.BR
91   AC	HERIKO ROCHA   ****HA@GMAIL.COM
92   AC	IGOR AZEVEDO   ****OX@LIVE.COM
93   AC	INGRID MACHADO   ****DO@GMAIL.COM
94   AC	ISA FERREIRA   ****VA@GMAIL.COM
95   AC	IVAN SOARES   ****44@GMAIL.COM
96   AC	JABNER GUIMARAES   ****13@GMAIL.COM
97   AC	JAMES ANTUNES JUNIOR   ****JR@GMAIL.COM
AC   JAMILLY ROBERTA   ****A1@GMAIL.COM	
AC   JANEANA FERREIRA   ****RA@GMAIL.COM	
AC   JESSICA CAMPOS   ****NE@HOTMAIL.COM	
AC   JESSICA RAMOS   ****HA@HOTMAIL.COM	
AC   JHONATAN VENANCIO   ****21@HOTMAIL.COM	
AC   JOANNES SOUZA   ****ZA@YAHOO.COM.BR	



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 137569

Nº   UF   Cidadão	
104	AC   JOAO DIAS   ****SS@HOTMAIL.COM
105	AC   JOAO LUCAS   ****83@GMAIL.COM
106	AC   JOAO PEDRO GONCALVES   ****RO@HOTMAIL.COM
107	AC   JOSE ANTONIO DA SILVA E SOUSA   ****JO@YAHOO.COM.BR
108	AC   JOSE EWERTON CORDEIRO MARINHO   ****NE@GMAIL.COM
109	AC   JOSE GOMES DE ABREU   ****98@YAHOO.COM.BR
110	AC   JOSE HENRIQUE   ****89@GMAIL.COM
111	AC   JOSE LINS OLIVEIRA   ****BR@LIVE.COM
112	AC   JULIANA FERREIRA   ****13@HOTMAIL.COM
113	AC   JULIO ERVATTI   ****ER@UOL.COM.BR
114	AC   JULIO SUEZA   ****92@GMAIL.COM
115	AC   JUNIOR SIQUEIRA   ****RA@GMAIL.COM
116	AC   KAMILA NAVA   ****VA@GMAIL.COM
117	AC   KARINE PRAZERES   ****ES@HOTMAIL.COM
118	AC   KERGINALDO REGIS   ****IS@HOTMAIL.COM
119	AC   LAERCIO DE OLIVEIRA CUBAS CUBAS   ****AS@GMAIL.COM
120	AC   LARYSSA MELLO   ****LO@HOTMAIL.COM
121	AC   LAURA CRISTINA DA SILVA VASCONCELOS   ****LO@YAHOO.COM.BR
122	AC   LEANDRO RESENDE   ****DE@HOTMAIL.COM
123	AC   LEONARA VITORIA   ****NZ@OUTLOOK.COM
124	AC   LEONARDO ANTUNES WEECK   ****CK@GMAIL.COM
125	AC   LEONARDO CLETO   ****02@GMAIL.COM
126	AC   LEONARDO LUZ   ****IM@HOTMAIL.COM
127	AC   LETICIA MARTINS   ****02@HOTMAIL.COM
128	AC   LETICIA RODRIGUES   ****ES@HOTMAIL.COM
129	AC   LIDY ARAUJO   ****JO@GMAIL.COM
130	AC   LIGIA MARINHO   ****36@HOTMAIL.COM
131	AC   LILIANE MELO   ****ML@HOTMAIL.COM
132	AC   LORAINÉ SILVA   ****11@HOTMAIL.COM
133	AC   LUANA SANTOS   ****AS@GMAIL.COM
134	AC   LUCAS LUIS   ****35@GMAIL.COM
135	AC   LUCAS NUNES   ****ES@HOTMAIL.COM
136	AC   LUCELIO DE MORAES   ****ES@GMAIL.COM
137	AC   LUCIANA BOLONHEZI   ****ZI@GMAIL.COM
138	AC   LUCIANA BORIN   ****IN@HOTMAIL.COM
139	AC   LUCILA FLORENCE PELLEGRINELLI   ****15@HOTMAIL.COM
140	AC   LUIS FILIPE BANIN DE BARROS   ****IN@GMAIL.COM
141	AC   MARCELO VELLOSO   ****LA@HOTMAIL.COM
142	AC   MARCIA CRISTINA ZANON   ****GZ@GMAIL.COM
143	AC   MARCIA REGINA NESTARDO   ****DO@HOTMAIL.COM
144	AC   MARCO NESTI   ****TI@UOL.COM.BR
145	AC   MARIA CECILIA COSTA PEREIRA   ****A9@HOTMAIL.COM
146	AC   MARIA DAS GRACAS SILVA NASCIMENTO SILVA   ****VA@UNIR.BR
147	AC   MARIA DINIZ   ****SP@HOTMAIL.COM
148	AC   MARIA EDUARDA DO VALE   ****GI@HOTMAIL.COM
149	AC   MARIA JOSE ALVES   ****ES@HOTMAIL.COM
150	AC   MARIANA CAMPIDELLI   ****LI@HOTMAIL.COM
151	AC   MARINA TOLEDO   ****O1@ICLOUD.COM
152	AC   MARINILDO MARINILDORODRIGUES   ****DO@GMAIL.COM
153	AC   MARIO BARBARIOLI   ****OL@GMAIL.COM
154	AC   MARIO CESAR   ****ES@HOTMAIL.COM
155	AC   MARIO LUIZ MURACA   ****CA@YAHOO.COM.BR
156	AC   MATEUS COUTO   ****IN@HOTMAIL.COM
157	AC   MATEUS FIUSA   ****SA@ICLOUD.COM
158	AC   MATEUS SILIONI   ****NI@GMAIL.COM
159	AC   MATHEUS ALENCAR   ****13@GMAIL.COM
160	AC   MATHEUS AMORIM   ****23@HOTMAIL.COM
161	AC   MATHEUS MAFRA   ****S1@GMAIL.COM
162	AC   MAVIAEL LENART SILVA   ****RT@GMAIL.COM
163	AC   MELISSA WINCHESTER   ****08@HOTMAIL.COM
164	AC   MIGUEL VALENTE   ****TE@GMAIL.COM
165	AC   MIRIAN RESENDE   ****21@HOTMAIL.COM
166	AC   MYCHEL OLIVEIRA   ****RA@GMAIL.COM
167	AC   MYKE MOACIR DA COSTA GONCALVES   ****TA@YAHOO.COM
168	AC   MYRTHES MARIA MATOS DANTAS   ****AS@HOTMAIL.COM
169	AC   NATHALIA ANTUNES   ****19@HOTMAIL.COM
170	AC   NAYANA LIMA   ****SH@GMAIL.COM
171	AC   NAYARA SANTOS   ****Y1@HOTMAIL.COM
172	AC   NAYARA TABORDA   ****IE@HOTMAIL.COM
173	AC   NOELE DO NASCIMENTO   ****NI@HOTMAIL.COM
174	AC   PATRICIA COSTA   ****ET@HOTMAIL.COM
175	AC   PAULA GARCIA   ****IO@HOTMAIL.COM
176	AC   PAULO DE TARSO LEITE DO CANTO   ****TO@HOTMAIL.COM
177	AC   PAULO FESSEL   ****47@GMAIL.COM
178	AC   PAULO MIRANDA   ****UE@GMAIL.COM
179	AC   PAULO ROBERTO DE MATTOS FOLLY   ****LO@FOLLY.COM.BR
180	AC   PEDRITA MT   ****_M@HOTMAIL.COM
181	AC   PEDRO DA SILVA   ****20@GMAIL.COM
182	AC   PEDRO HENRIQUE DA SILVA PULQUERI   ****CE@GMAIL.COM
183	AC   PERLA DE FREITAS   ****AS@YAHOO.COM.BR
184	AC   PRISCILLA DANTAS DELPHINO   ****AS@HOTMAIL.COM
185	AC   RAFAEL MARTINS DA COSTA   ****TA@YAHOO.COM.BR
186	AC   RAFAEL ZULLI   ****IO@GMAIL.COM
187	AC   RAPHAEL FELIPE MALTA DA SILVA   ****EL@GMAIL.COM
188	AC   RAPHAEL JACOMINI   ****HA@HOTMAIL.COM
189	AC   REINALDO HARTMANN   ****NN@GMAIL.COM
190	AC   RENAN ALMEIDA   ****RA@GMAIL.COM
191	AC   RENATO GUIRAD   ****DO@GMAIL.COM
192	AC   ROBERTO AVELINO DE SOUZA JUNIOR   ****17@GMAIL.COM
193	AC   RODRIGO FLORIANO   ****NO@GMAIL.COM
194	AC   RONI ZUMBA   ****AS@HOTMAIL.COM
195	AC   ROSEMARI FERNANDES   ****TR@HOTMAIL.COM
196	AC   RUY ALENCAR   ****AR@OUTLOOK.COM
197	AC   SANDRA MOURA   ****RA@OUTLOOK.COM
198	AC   SARA REZENDE   ****DE@HOTMAIL.COM
199	AC   SEBASTIAO JOUBERT   ****RT@HOTMAIL.COM
200	AC   SERGIO FRAGA DO NASCIMENTO NETO   ****7L@HOTMAIL.COM
	AC   SERGIO GARCIA   ****A7@GMAIL.COM
	AC   SOFIA ALVES   ****DO@HOTMAIL.COM
	AC   SR. C   ****DY@GMAIL.COM
	AC   STEFANY BRITO ALVES   ****02@OUTLOOK.COM
	AC   STENIO FREITAS   ****S2@GMAIL.COM
	AC   TANIA NUNES DE SA   ****TA@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 137569

Nº   UF   Cidadão	
207	AC   TARSO HALK   ****LK@GMAIL.COM
208	AC   TATIANA DIAS MANSO COELHO   ****SO@BOL.COM.BR
209	AC   TELMA TRINDADE   ****MA@OUTLOOK.COM
210	AC   TEREZINHA ALMEIDA   ****48@GMAIL.COM
211	AC   THAIRO BULCAO   ****AO@HOTMAIL.COM
212	AC   THALES PEREIRA   ****GU@HOTMAIL.COM
213	AC   THAYONARA MARINA   ****00@GMAIL.COM
214	AC   THEOPHILO CARLOS VESSONI DE SIQUEIRA FILHO   ****XX@UOL.COM.BR
215	AC   THIAGO PINHEIRO   ****IS@MSN.COM
216	AC   THIAGO REBELLO   ****LO@HOTMAIL.COM
217	AC   TOPPAMS PINHEIRO   ****15@GMAIL.COM
218	AC   VAL BRITO   ****TO@GMAIL.COM
219	AC   VENICIUS REIS   ****38@GMAIL.COM
220	AC   VICTOR AMARAL   ****96@GMAIL.COM
221	AC   VICTORIA MACIEL   ****SH@HOTMAIL.COM
222	AC   VINICIUS ARAUJO   ****90@HOTMAIL.COM
223	AC   VINICIUS FERREIRA RIBEIRO   ****10@HOTMAIL.COM
224	AC   VITOR FERREIRA   ****G4@GMAIL.COM
225	AC   WANDERSON ROQUE   ****ON@GMAIL.COM
226	AC   WELERSON NETO   ****ER@HOTMAIL.COM
227	AC   WESLEY RIBEIRO DA SILVA   ****RO@GMAIL.COM
228	AC   WILLINEY SILVA MOREIRA PEREIRA   ****42@GMAIL.COM
229	AC   WILSON LAZARO   ****OO@GMAIL.COM
230	AC   YSMAEL AMORIM   ****77@GMAIL.COM
231	AC   ZEPPA OLIVEIRA   ****RA@GMAIL.COM
232	AL   ABRAAO WENDEL   ****23@OUTLOOK.COM
233	AL   ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA   ****GE@GMAIL.COM
234	AL   ALANNE ESTEVAM   ****AM@GMAIL.COM
235	AL   ALEXANDRE PORCIUNCULA PITANGA   ****NG@HOTMAIL.COM
236	AL   ALEX BARROS DE LIMA   ****22@HOTMAIL.COM
237	AL   ALEXIA MENDONCA   ****19@GMAIL.COM
238	AL   ALLISSON RICCALDE   ****DE@HOTMAIL.COM
239	AL   ALVARO LUCAS   ****13@GMAIL.COM
240	AL   ANA JACIRA DE OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA 2 A   ****AP@GMAIL.COM
241	AL   ANA LORENA PAIVA   ****VA@HOTMAIL.COM
242	AL   ANDRE FELIX DE OLIVEIRA   ****X_@HOTMAIL.COM
243	AL   ANDRESSA DE OLIVEIRA ARAUJO   ****OO@LIVE.COM
244	AL   ANTHONY OMENA BERTOLDO VIANA GUILHERME   ****A1@GMAIL.COM
245	AL   ANTONIO HONORIO   ****20@GMAIL.COM
246	AL   ARTHUR SAMPAIO   ****O_@HOTMAIL.COM
247	AL   ARTHUR SARMENTO   ****TO@GMAIL.COM
248	AL   ARTUR CIRILO   ****R1@GMAIL.COM
249	AL   BEROW FERREIRA   ****OW@HOTMAIL.COM
250	AL   BRUNA LINS   ****04@HOTMAIL.COM
251	AL   BRUNO ALVES   ****BR@GMAIL.COM
252	AL   CACAU IRIS   ****SG@GMAIL.COM
253	AL   CAIO VICTOR OLIVEIRA FERREIRA   ****OF@HOTMAIL.COM
254	AL   CARLOS BORGES JR.   ****JR@YAHOO.COM.BR
255	AL   CARLOS EDUARDO GOMES   ****87@GMAIL.COM
256	AL   CAROLINA CORREIA   ****CR@GMAIL.COM
257	AL   CESAR HENRIQUE CICERO   ****RO@HOTMAIL.COM
258	AL   CHRISTIAN CORREIA   ****16@GMAIL.COM
259	AL   CLAUDIO RAMOS   ****OS@GMAIL.COM
260	AL   CLEA SILVA   ****64@GMAIL.COM
261	AL   CLIVIA BEATRIZ   ****P@GMAIL.COM
262	AL   DANIEL BARBOSA FERREIRA   ****CM@GMAIL.COM
263	AL   DANIEL CAVALCANTE   ****59@GMAIL.COM
264	AL   DANIEL FIREMAN   ****AN@GMAIL.COM
265	AL   DIOGO CARLOS DOS SANTOS   ****OS@GMAIL.COM
266	AL   DUDA BRITO   ****95@GMAIL.COM
267	AL   DUDA OMENA   ****DA@GMAIL.COM
268	AL   EDUARDO CALADO   ****67@GMAIL.COM
269	AL   ELLEN RENATA   ****RI@OUTLOOK.COM
270	AL   EVELLYN MACHADO   ****TA@HOTMAIL.COM
271	AL   FABIO SANTOS   ****LS@GMAIL.COM
272	AL   FELIPE LEITE QUEIROZ DE OLIVEIRA   ****RA@GMAIL.COM
273	AL   FERNANDA STEFANY DA SILVA   ****98@GMAIL.COM
274	AL   FERNANDO CASSIMIRO   ****VA@GMAIL.COM
275	AL   FLAVIO MARCILIO MAIA   ****OM@GMAIL.COM
276	AL   GABRIELA CRISTINA MONTEIRO DA SILVA   ****RO@GMAIL.COM
277	AL   GABRIEL ALMEIDA   ****RA@GMAIL.COM
278	AL   GABRIEL ALVES   ****00@HOTMAIL.COM
279	AL   GABRIEL NOBILE   ****LE@SOUUNIT.COM.BR
280	AL   GABRIEL PEREIRA SOARES   ****TE@HOTMAIL.COM
281	AL   GEDIR MEDEIROS CAMPOS JR.   ****JR@GMAIL.COM
282	AL   GEOVANNA INGRID DE OLIVEIRA MELO FRANCA   ****DD@YAHOO.COM.BR
283	AL   GINA ALENCAR MEDEIROS   ****OS@GMAIL.COM
284	AL   GIOVANA CRISTINI BUSATO DE OLIVEIRA   ****TO@GMAIL.COM
285	AL   GUILHERME BARBOSA   ****SA@HOTMAIL.COM
286	AL   GUSTAVO GUARANI KAIOWA DE SOUZA MELO   ****SC@GMAIL.COM
287	AL   HELKER NUTELS FRANCA   ****LS@HOTMAIL.COM
288	AL   HELKER NUTELS   ****UX@GMAIL.COM
289	AL   HELLEN PINHEIRO   ****LY@HOTMAIL.COM
290	AL   HUMBERTO DE ARAUJO TENORIO   ****IO@HOTMAIL.COM
291	AL   HYLLES LEONARDO   ****ES@HOTMAIL.COM
292	AL   IANNA MENEZES   ****.A@GMAIL.COM
293	AL   IDARA MAIA   ****AC@GMAIL.COM
294	AL   IGOR DE ALMEIDA ROCHA   ****.A@HOTMAIL.COM
295	AL   IGOR RODRIGUES   ****60@GMAIL.COM
296	AL   ION ANDRADE   ****IO@GMAIL.COM
297	AL   ISIS FLORESCER FLORESCER   ****ER@GMAIL.COM
298	AL   ITA CARNEIRO BARRADAS   ****CB@HOTMAIL.COM
299	AL   IZABELLA SILVA   ****12@HOTMAIL.COM
300	AL   JEFFERSON DA SILVA VITAL   ****NN@GMAIL.COM
301	AL   JNEIDJANY NJ   ****37@HOTMAIL.COM
302	AL   JOAB SILVA   ****AL@GMAIL.COM
303	AL   JOAO CARLOS   ****OS@GMAIL.COM
	AL   JOAO MORENO DE SOUZA NETO   ****41@GMAIL.COM
	AL   JOAO PAULO CARDOSO   ****OS@GMAIL.COM
	AL   JONATHAN TORRES   ****01@GMAIL.COM
	AL   JORDY X KAROL   ****TE@OUTLOOK.COM
	AL   JOSE VAZ   ****AL@GMAIL.COM
	AL   JOSIANE DE SOUZA LUNA   ****A3@GMAIL.COM





LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 137569

Nº   UF   Cidadão	
310   AL	JOYCE KELLY   ****AF@GMAIL.COM
311   AL	JUAREZ JOSE DA SILVA FILHO   ****AN@HOTMAIL.COM
312   AL	JULIA OMENA   ****75@OUTLOOK.COM
313   AL	JULIO ROBERTO   ****ER@GMAIL.COM
314   AL	KELLY ANNY   ****34@GMAIL.COM
315   AL	KELLY BASTOS   ****S_@HOTMAIL.COM
316   AL	KELYSON SOARES DOS SANTOS   ****13@GMAIL.COM
317   AL	KMKZ BIKERASONORA   ****LO@GMAIL.COM
318   AL	LARA ARAUJO   ****RA@HOTMAIL.COM
319   AL	LARI GOMES   ****23@GMAIL.COM
320   AL	LAVINIA MENDES FIRMO   ****MO@GMAIL.COM
321   AL	LAYLA CLARELLIS   ****IS@GMAIL.COM
322   AL	LECA CHAVES   ****08@GMAIL.COM
323   AL	LEILANE LINS   ****EN@GMAIL.COM
324   AL	LEO MORAIS NETTO   ****NO@HOTMAIL.COM
325   AL	LETICIA LIMEIRA BRANDAO   ****RA@HOTMAIL.COM
326   AL	LI CORREIA   ****DO@GMAIL.COM
327   AL	LIDIA ROCHA   ****AS@LIVE.COM
328   AL	LIVIA MANUELA OLIVEIRA DA SILVA   ****VA@HOTMAIL.COM
329   AL	LIVIO ALBERTO   ****NT@HOTMAIL.COM
330   AL	LUANA BERTOLDO   ****DO@GMAIL.COM
331   AL	LUAN ANGELO AMORIM   ****LO@GMAIL.COM
332   AL	LUAN SANTOS ARAGAO   ****AO@GMAIL.COM
333   AL	LUCAS LISBOA   ****UL@HOTMAIL.COM
334   AL	LUCIANA RODRIGUES   ****IO@GMAIL.COM
335   AL	LUCIANO RODRIGUES VERSIONI   ****AM@GMAIL.COM
336   AL	LUCILLE MAIA   ****IA@YAHOO.COM
337   AL	LUIS VALOZ   ****OZ@GMAIL.COM
338   AL	LUIZ AUGUSTO DE ALMEIDA RODRIGUES JANUARIO   ****10@HOTMAIL.COM
339   AL	LUYCKE ALMEIDA   ****KE@GMAIL.COM
340   AL	MANOEL JOAQUIM DO REGO   ****GO@GMAIL.COM
341   AL	MARCELO DE LIMA SANTOS   ****YM@OUTLOOK.COM
342   AL	MARCOS PAULO   ****30@OUTLOOK.COM
343   AL	MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA   ****ON@BOL.COM.BR
344   AL	MARIA CLARA   ****DZ@GMAIL.COM
345   AL	MARIANA FELIX   ****IX@GMAIL.COM
346   AL	MARIA VICTORIA ALMEIDA   ****A2@HOTMAIL.COM
347   AL	MARINA CALHEIROS   ****CM@HOTMAIL.COM
348   AL	MAURICIO SANTANA   ****65@GMAIL.COM
349   AL	MIRELY ALINE   ****50@GMAIL.COM
350   AL	MIRIAN PIMENTEL   ****NR@HOTMAIL.COM
351   AL	MIRO MIRANDA   ****CE@GMAIL.COM
352   AL	NICOLE LOPEZ   ****S2@HOTMAIL.COM
353   AL	ODIRLAN CIRILO   ****07@HOTMAIL.COM
354   AL	PAULLO MENDONCA   ****NN@HOTMAIL.COM
355   AL	PAULO EDUARDO   ****ER@HOTMAIL.COM
356   AL	RAFAEL TORRES   ****LA@HOTMAIL.COM
357   AL	RAMBO LOIDE   ****91@GMAIL.COM
358   AL	RANGEL CORREIA   ****IO@HOTMAIL.COM
359   AL	RAYSSA MILENA   ****10@HOTMAIL.COM
360   AL	RICARDO BARBOSA CALADO   ****AD@GMAIL.COM
361   AL	RICHARD MEDEIROS   ****23@HOTMAIL.COM
362   AL	SAMUEL ANDRADE   ****DE@GMAIL.COM
363   AL	SAMUEL DE ALMEIDA   ****NS@LIVE.COM
364   AL	SANDRA SENA   ****A2@GMAIL.COM
365   AL	SINESIA CORREIA   ****14@GMAIL.COM
366   AL	SWAN ROCHA   ****HA@HOTMAIL.COM
367   AL	TATIANA EFROM   ****OM@HOTMAIL.COM
368   AL	THATIANE ALMEIDA   ****NS@HOTMAIL.COM
369   AL	THAYNA DE MEDEIROS FERNANDES   ****82@GMAIL.COM
370   AL	VALENTIN SARMENTO   ****5H@GMAIL.COM
371   AL	VICTOR A. C. MAGALHAES   ****90@GMAIL.COM
372   AL	VICTOR OLIVEIRA SORIANO   ****NO@HOTMAIL.COM
373   AL	VITOR CASTRO   ****92@HOTMAIL.COM
374   AL	VITORIA GOMES   ****01@GMAIL.COM
375   AL	WENDE CERQUEIRA   ****HO@OUTLOOK.COM
376   AL	YAS LUCIO   ****RO@GMAIL.COM
377   AL	YASMIN PONTES   ****AR@HOTMAIL.COM
378   AL	YRLA RAFAELA   ****LA@HOTMAIL.COM
379   AM	ADILSON AZEVEDO   ****OO@GMAIL.COM
380   AM	ADRIANA CHAVES   ****OR@GMAIL.COM
381   AM	ADRIANE DANIELE UCHOA DE ABREU   ****AS@GMAIL.COM
382   AM	ADRIANO MENEZES   ****13@GMAIL.COM
383   AM	ADRIA PIMENTEL   ****16@GMAIL.COM
384   AM	ADRIEL FRANCA   ****17@GMAIL.COM
385   AM	ALAN NASCIMENTO   ****U1@GMAIL.COM
386   AM	ALEX FERREIRA DE OLIVEIRA   ****FO@GMAIL.COM
387   AM	ALINE PIRES   ****NE@GMAIL.COM
388   AM	ALONSO JUNIOR   ****78@GMAIL.COM
389   AM	AMERSON DE ANDRADE   ****DE@GMAIL.COM
390   AM	ANA FLAVIA MORAIS DE MOURA   ****AS@GMAIL.COM
391   AM	ANA LUIZA GARBINATTO WILLERDING   ****GW@GMAIL.COM
392   AM	ANA MARTA SOARES   ****MC@GMAIL.COM
393   AM	ANA PAULA FEITOSA   ****LA@HOTMAIL.COM
394   AM	ANA PAULA SOUZA   ****18@GMAIL.COM
395   AM	ANA SENA   ****99@GMAIL.COM
396   AM	ANDERSON SOLFIERI   ****BE@HOTMAIL.COM
397   AM	ANDREIA PASSOS MORENO   ****NO@YAHOO.COM.BR
398   AM	ANDRE PATRICIO   ****IO@HOTMAIL.COM
399   AM	ANDRE PEDROSO PENA   ****OG@GMAIL.COM
400   AM	ANDRE THIERRY DO NASCIMENTO BRASIL   ****96@HOTMAIL.COM
401   AM	ANNE RANNAH   ****18@GMAIL.COM
402   AM	ARTHUR MELO   ****LO@GMAIL.COM
403   AM	BARBARA COSTA CARDOSO   ****RI@GMAIL.COM
404   AM	BARBARA SOUZA   ****24@HOTMAIL.COM
405   AM	BEA B. SYKES   ****ES@GMAIL.COM
406   AM	BEATRIZ FIGUEIREDO DE MORAES   ****FM@HOTMAIL.COM
AM	BEATRIZ SAMIAS   ****AS@GMAIL.COM
AM	BLUES NOBS   ****S1@GMAIL.COM
AM	BRENDESON LUCIANO SA DUARTE   ****TE@GMAIL.COM
AM	BRUNO YAN CORREA DA CUNHA   ****33@GMAIL.COM
AM	CAIO CESAR   ****QO@GMAIL.COM
AM	CAIO VITOR DA SILVA   ****VA@OUTLOOK.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 137569

Nº   UF   Cidadão	
413	AM   CAMILA AZEVEDO   ****VD@LIVE.COM
414	AM   CARLOS SILVA   ****OS@HOTMAIL.COM
415	AM   CAROL AMARAL   ****AL@GMAIL.COM
416	AM   CAROLINA MORAES   ****CM@GMAIL.COM
417	AM   CAROLINE TRINDADE   ****98@GMAIL.COM
418	AM   CESAR AUGUSTO DE OLIVEIRA   ****US@GMAIL.COM
419	AM   CESAR EDGAR   ****L7@HOTMAIL.COM
420	AM   CHRISTIANE LEAL   ****L2@GMAIL.COM
421	AM   CHRYSTYAN CHRYSTYAN   ****96@HOTMAIL.COM
422	AM   CLEYDSON PACHECO   ****XR@GMAIL.COM
423	AM   C. L. S.   ****DE@GMAIL.COM
424	AM   DANDARA MELLO   ****04@GMAIL.COM
425	AM   DANIEL CASTILHO   ****HO@GMAIL.COM
426	AM   DANIEL COUTINHO   ****HO@GMAIL.COM
427	AM   DANIEL GUEDES   ****20@HOTMAIL.COM
428	AM   DANIELLA AMUD   ****UD@HOTMAIL.COM
429	AM   DANILO RODRIGUES   ****AM@GMAIL.COM
430	AM   DAVID FEROLDI   ****DI@OUTLOOK.COM
431	AM   DAVID LOPES FREITAS   ****18@GMAIL.COM
432	AM   DAVID MOURA   ****14@GMAIL.COM
433	AM   DAVID SALOMAO DE CASTRO GUIMARAES   ****MA@GMAIL.COM
434	AM   DENISA PARENTE   ****TE@GMAIL.COM
435	AM   DESYREE JOFFELY   ****LY@GMAIL.COM
436	AM   DHEYVID HENDREW ENCARNACAO DA COSTA   ****EW@HOTMAIL.COM
437	AM   DIEGO AFFONSO RAMALHO XAVIER   ****27@GMAIL.COM
438	AM   DIMES ALAMES   ****ES@HOTMAIL.COM
439	AM   DOMINIQUE NASCIMENTO   ****TO@GMAIL.COM
440	AM   EDISON VIEIRA KISS   ****10@GMAIL.COM
441	AM   EDLEY SANTANA   ****NA@HOTMAIL.COM
442	AM   EDUARDA SUILY MICHILES ONO   ****.M@GMAIL.COM
443	AM   EDUARDO DA SILVA SANTOS   ****OS@OUTLOOK.COM
444	AM   EDUARDO GABRIEL VALETA CAVALCANTE   ****TE@GMAIL.COM
445	AM   EMANUELLY REIS DA SILVA   ****VA@GMAIL.COM
446	AM   EMERSON MARINHO   ****HO@GMAIL.COM
447	AM   EMILIO FELIX   ****23@GMAIL.COM
448	AM   EMIL SINCLAIR   ****23@GMAIL.COM
449	AM   EMILY FERNANDA   ****DA@GMAIL.COM
450	AM   ENZIO MEIXEDO CHIARELLI   ****IO@GMAIL.COM
451	AM   ESTER LOPES   ****AN@GMAIL.COM
452	AM   EVELYN PEREIRA DA SILVA   ****76@GMAIL.COM
453	AM   FABIANA BARROSO   ****71@HOTMAIL.COM
454	AM   FELIPE DOS SANTOS DE SOUZA   ****93@HOTMAIL.COM
455	AM   FELIPE PINTO SANCHES   ****ES@HOTMAIL.COM
456	AM   FERNANDA ABREU NASCIMENTO LIMA   ****04@GMAIL.COM
457	AM   FERNANDA OLIVEIRA   ****TT@GMAIL.COM
458	AM   FERNANDO GABRIEL   ****BL@GMAIL.COM
459	AM   FUTPARODIAS VR   ****25@GMAIL.COM
460	AM   GABRIELA CELESTINO   ****TO@HOTMAIL.COM
461	AM   GABRIELE SINIMBU   ****16@GMAIL.COM
462	AM   GABRIEL LUNIERE AVELINO   ****.1@HOTMAIL.COM
463	AM   GEISA COELHO DA CUNHA   ****HA@GMAIL.COM
464	AM   GENILSON MARANGUAPE   ****PE@BOL.COM.BR
465	AM   GEORGE COSTA   ****PX@GMAIL.COM
466	AM   GEOVANA ESTHER MOREIRA NEGREIROS   ****HO@GMAIL.COM
467	AM   GERMANO RODRIGO PAIVA DE ASSIS   ****FO@GMAIL.COM
468	AM   GI DIAS   ****AM@YAHOO.COM.BR
469	AM   GIOVANNA SOUZA TEODORO   ****19@UEA.EDU.BR
470	AM   GIOVANNA TEODORO   ****OD@GMAIL.COM
471	AM   GLAUCUS MELO   ****LO@GMAIL.COM
472	AM   GUILHERME BARROS FREITAS   ****84@GMAIL.COM
473	AM   GUILHERME GUEDES   ****GG@GMAIL.COM
474	AM   GUSMAO SILVA   ****TA@GMAIL.COM
475	AM   GUSTAVO GILONA SALES   ****NA@GMAIL.COM
476	AM   HALIDA CAVALCANTI   ****AH@HOTMAIL.COM
477	AM   HENRIQUE DANTAS DOS SANTOS   ****SX@GMAIL.COM
478	AM   HIGINO DA COSTA SOARES   ****03@HOTMAIL.COM
479	AM   IREMAR GOMES ALVARENGA   ****AR@YAHOO.COM.BR
480	AM   ISABELA BRAGA   ****GA@GMAIL.COM
481	AM   ISABELLA QUEIROZ   ****OZ@GMAIL.COM
482	AM   ISABELLE COLARES   ****.2@GMAIL.COM
483	AM   ITALO GONCALVES   ****ES@GMAIL.COM
484	AM   JACIREMA GONCALVES   ****ES@GMAIL.COM
485	AM   JACKELINE OLIMPIO   ****OF@HOTMAIL.COM
486	AM   JEFFERSONN PINHOO   ****HO@OUTLOOK.COM
487	AM   JEFTE FARIAS   ****8P@GMAIL.COM
488	AM   JESSICA JATAHY   ****18@HOTMAIL.COM
489	AM   JESSICA SANTANA   ****01@HOTMAIL.COM
490	AM   JHONATHAN MIRANDA   ****37@GMAIL.COM
491	AM   JOABE ALCANTARA FREIRE   ****21@HOTMAIL.COM
492	AM   JOAO ALVES   ****S9@GMAIL.COM
493	AM   JOAO GABRIEL FONSECA CORDEIRO   ****JG@OUTLOOK.COM
494	AM   JOAO PEDRO   ****IS@HOTMAIL.COM.BR
495	AM   JOEL GUEDES   ****17@HOTMAIL.COM
496	AM   JOHN SOUZA   ****RJ@HOTMAIL.COM
497	AM   JONAS PEREIRA   ****RA@OUTLOOK.COM
498	AM   JONATAS ALENCAR   ****R1@YAHOO.COM
499	AM   JONATHAN FELIPE   ****ER@GMAIL.COM
500	AM   JONATHAN GALDINO   ****NO@GMAIL.COM
501	AM   JON M   ****97@GMAIL.COM
502	AM   JON VIEIRA   ****ON@GMAIL.COM
503	AM   JOSE CASTRO   ****F.@HOTMAIL.COM
504	AM   JOSUE BERNARDO   ****AC@GMAIL.COM
505	AM   JOSUE CASTANHO   ****HO@GMAIL.COM
506	AM   JULIA MOTTA   ****TA@GMAIL.COM
507	AM   JULIANE BATISTA DE SOUZA   ****BS@GMAIL.COM
508	AM   JUNIOR GABRIEL   ****23@HOTMAIL.COM
509	AM   KAMILA RIBEIRO ARAUJO   ****IB@LIVE.COM
	AM   KASSIA P. LOPEZ   ****BG@HOTMAIL.COM
	AM   KATHLEN DE LIMA FARIAS   ****AS@PMM.AM.GOV.BR
	AM   LAISA MAIDA   ****SA@GMAIL.COM
	AM   LANA MATOS   ****A4@GMAIL.COM
	AM   LARISSA MARTINS   ****51@GMAIL.COM
	AM   LEANDRO GARCIA   ****HO@HOTMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 137569

Nº   UF   Cidadão	
516	AM   LEANDRO VICTOR   ****S2@GMAIL.COM
517	AM   LEONARDO D'AVILA DO NASCIMENTO   ****LA@GMAIL.COM
518	AM   LEONARDO MAQUINE   ****NE@HOTMAIL.COM
519	AM   LETHICIA MARINHO   ****LE@HOTMAIL.COM
520	AM   LOONA BIRD   ****LM@GMAIL.COM
521	AM   LORENA LABORDA   ****DA@ICLOUD.COM
522	AM   LORHENA ALVES   ****ES@GMAIL.COM
523	AM   LUAN BRAGA   ****AO@HOTMAIL.COM
524	AM   LUCAS CARVALHO   ****OW@GMAIL.COM
525	AM   LUCAS DIAS   ****25@GMAIL.COM
526	AM   LUCAS FERREIRA   ****RA@ICLOUD.COM
527	AM   LUCAS JOSE DE SOUZA BATISTA   ****TA@GMAIL.COM
528	AM   LUCAS PINHEIRO DA SILVA   ****VA@GMAIL.COM
529	AM   LUCAS SCHNEIDER   ****AS@GMAIL.COM
530	AM   LUCIA ANTONY   ****IA@GMAIL.COM
531	AM   LUCY SOUZA   ****YG@GMAIL.COM
532	AM   LUIS EDUARDO   ****IS@GMAIL.COM
533	AM   LUIZ HENRIQUE   ****05@GMAIL.COM
534	AM   LUIZ LIMA   ****IZ@GMAIL.COM
535	AM   LUIZ M   ****R0@GMAIL.COM
536	AM   LUNNA FARIAS   ****01@GMAIL.COM
537	AM   LURDINHA SALES   ****ES@HOTMAIL.COM
538	AM   MARCIO CORREA DE FREITAS   ****08@GMAIL.COM
539	AM   MARCIO GANDRA   ****UM@HOTMAIL.COM
540	AM   MARCOS BACELAR   ****MB@GMAIL.COM
541	AM   MARCOS DANTAS   ****N1@GMAIL.COM
542	AM   MARCOS S. SANTIAGO   ****16@GMAIL.COM
543	AM   MARCOS VICTOR SILVEIRA GONCALVES   ****02@GMAIL.COM
544	AM   MARIA EDUARDA DELDUQUE   ****UE@HOTMAIL.COM
545	AM   MARIA HELENA SAGGIN   ****IN@GMAIL.COM
546	AM   MARILIA VITORIO   ****IO@GMAIL.COM
547	AM   MARILIS FREITAS   ****NF@GMAIL.COM
548	AM   MATEUS SANTOS   ****DS@OUTLOOK.COM
549	AM   MATHEUS SANTAREM   ****12@GMAIL.COM
550	AM   MAURILIO RAMON   ****_1@HOTMAIL.COM
551	AM   MAYANE BATISTA   ****TA@GMAIL.COM
552	AM   MAYCON ANDREY BARROS DOS SANTOS   ****23@GMAIL.COM
553	AM   MICHEL BREMNER   ****.R@HOTMAIL.COM
554	AM   MIGUEL DE OLIVEIRA   ****EI@GMAIL.COM
555	AM   MILLER ARAUJO   ****TM@GMAIL.COM
556	AM   MILLEY NEVES   ****13@GMAIL.COM
557	AM   NADYME DUARTE BRASIL COSTA BRAGA   ****GA@HOTMAIL.COM
558	AM   NATASHA DE LIMA QUEIROZ   ****LB@LIVE.COM
559	AM   NICOLAS RUAN   ****OL@OUTLOOK.COM
560	AM   PAULA FELICIDADE   ****90@GMAIL.COM
561	AM   PAULA LAIS   ****HA@HOTMAIL.COM
562	AM   PAULO ROBERTO   ****IO@GMAIL.COM
563	AM   PAULO TEIXEIRA   ****X2@GMAIL.COM
564	AM   PEDRO AZEVEDO   ****26@GMAIL.COM
565	AM   PEDRO BANDEIRA   ****A2@GMAIL.COM
566	AM   PEROLA MORAES   ****IF@HOTMAIL.COM
567	AM   PHAYN LYANN   ****15@GMAIL.COM
568	AM   QUERIA STAR MORTA   ****A1@GMAIL.COM
569	AM   RAFAEL RODRIGUES   ****ES@GMAIL.COM
570	AM   RAINERIO CALMONT JUNIOR   ****T2@YANDEX.COM
571	AM   RAISSA T.   ****ES@GMAIL.COM
572	AM   RAPHAEL VALENTE   ****TE@HOTMAIL.COM
573	AM   RAQUEL AMOEDO   ****DO@HOTMAIL.COM
574	AM   RAQUEL FERNANDES ZORZANELLI   ****LU@GMAIL.COM
575	AM   RAYANA LIMA   ****A0@GMAIL.COM
576	AM   RAYZZA LIBORIO   ****IO@HOTMAIL.COM
577	AM   RENAN FEITOZA   ****AS@GMAIL.COM
578	AM   ROBERTO DE OLIVEIRA   ****AC@GMAIL.COM
579	AM   RODRIGO CRUZ   ****S1@GMAIL.COM
580	AM   RODRIGO VALLE   ****18@ICLOUD.COM
581	AM   ROGER OLIVEIRA   ****ER@LIVE.COM
582	AM   RUY NEVES   ****09@GMAIL.COM
583	AM   SAMUEL XAVIER DINIZ   ****03@HOTMAIL.COM
584	AM   SERGIO LEONIDAS   ****IO@GMAIL.COM
585	AM   SOPHIA ABECASSIS REICHL   ****HL@GMAIL.COM
586	AM   STANLEY DRUMMOND   ****SD@GMAIL.COM
587	AM   SUE LOUIGGI   ****CA@GMAIL.COM
588	AM   SYRRAMES NOBRE   ****NE@GMAIL.COM
589	AM   TELMA CRISTINA DOS SANTOS   ****39@GMAIL.COM
590	AM   THAIS VALENTE   ****42@GMAIL.COM
591	AM   THAYS SANTOS   ****YS@GMAIL.COM
592	AM   THIAGO MAIA   ****IA@YAHOO.COM
593	AM   THYAGO MORESCHI   ****HI@GMAIL.COM
594	AM   TIAGO SOUZA AMORIM   ****MR@GMAIL.COM
595	AM   TONY BARRETO   ****TO@GMAIL.COM
596	AM   VANESSA JONES   ****RO@GLOBO.COM
597	AM   VICTOR GABRIEL   ****AM@GMAIL.COM
598	AM   VICTOR JOAO OLIVEIRA DE FARIA   ****OR@LIVE.COM
599	AM   VICTOR LUCAS   ****HO@GMAIL.COM
600	AM   VICTOR NEREZ   ****ZZ@OUTLOOK.COM
601	AM   VICTOR SAMPAIO GERONIMO   ****S1@GMAIL.COM
602	AM   VICTOR ZIDANE ANTUNES   ****11@HOTMAIL.COM
603	AM   VINICIUS ARAUJO   ****21@GMAIL.COM
604	AM   VINICIUS GOMES   ****RO@GMAIL.COM
605	AM   VINICIUS MILHOMEM   ****EN@GMAIL.COM
606	AM   VIVIAN ARAUJO   ****WX@GMAIL.COM
607	AM   WALDOMIRO RODRIGUES MAGALHAES NETO   ****ES@HOTMAIL.COM
608	AM   WANESSA DE SA CANCELA   ****LA@GMAIL.COM
609	AM   WILMA RODRIGUES RIBEIRO   ****O2@HOTMAIL.COM
610	AM   Y A   ****04@GMAIL.COM
611	AM   YAGO LIMA   ****MA@GMAIL.COM
612	AM   YAN BORGES   ****13@GMAIL.COM
	YANN MICHEL SOARES DE SOUZA   ****ZA@HOTMAIL.COM
	AP   ADRIA MARINA   ****VR@GMAIL.COM
	AP   ADRIANO SOUSA   ****P1@GMAIL.COM
	AP   ALEXANDRA CASTRO   ****RO@GMAIL.COM
	AP   ANDRESSA ROCHA   ****A8@LIVE.COM
	AP   ATALAIA FAZENDINHA   ****17@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 137569

Nº   UF   Cidadão	
619	AP   CAIO ARAUJO CAIO   ****A5@GMAIL.COM
620	AP   CHARLES PIRES   ****ES@HOTMAIL.COM
621	AP   CHELSJA DO HADES   ****ES@HOTMAIL.COM
622	AP   CINTYA DAYANNE   ****NE@HOTMAIL.COM
623	AP   DARCI JUNIOR   ****99@GMAIL.COM
624	AP   DOUGLAS ARMANDO   ****IM@YAHOO.COM.BR
625	AP   ENOS SILVA   ****16@GMAIL.COM
626	AP   ERICK SOUZA NERI   ****RI@HOTMAIL.COM
627	AP   GABRIELA ALMEIDA   ****23@HOTMAIL.COM
628	AP   GABRIEL GAMES   ****57@GMAIL.COM
629	AP   GABRIEL GUERRA   ****99@HOTMAIL.COM
630	AP   GUILHERME FERREIRA DEL CASTILLO   ****PP@GMAIL.COM
631	AP   GUILHERME SANTOS   ****TA@GMAIL.COM
632	AP   JENNIFER PUREZA   ****15@GMAIL.COM
633	AP   JULIANNA MASUKO   ****KO@GMAIL.COM
634	AP   KLEBER AMANAJAS DA SILVA   ****97@GMAIL.COM
635	AP   LARISSA SILVA   ****ME@HOTMAIL.COM
636	AP   LUAN VALENTIM   ****AN@HOTMAIL.COM
637	AP   LUIZ EDUARDO JARDIM BRITO   ****PA@GMAIL.COM
638	AP   MANU MONTEIRO   ****99@GMAIL.COM
639	AP   MARCO LIMA   ****ED@GMAIL.COM
640	AP   MATHEUS COSTA PINTO   ****OL@LIVE.COM
641	AP   MAURO WELLINGTON   ****ON@OUTLOOK.COM.BR
642	AP   MICHEL COSTA   ****29@GMAIL.COM
643	AP   PAOLA MORAIS   ****80@GMAIL.COM
644	AP   PAULO NETO   ****O8@GMAIL.COM
645	AP   PAULO PICANCO   ****AP@HOTMAIL.COM
646	AP   PEDRO HUSSAY   ****US@GMAIL.COM
647	AP   POLIANA PICANCO   ****CO@GMAIL.COM
648	AP   RAUAN SANTOS   ****AN@HOTMAIL.COM
649	AP   RENATA MIRANDA   ****11@HOTMAIL.COM
650	AP   RODRIGO BRITO DA SILVA   ****TO@YAHOO.COM
651	AP   RODRIGO MATOS   ****DM@GMAIL.COM
652	AP   TAIS SOARES   ****ES@OUTLOOK.COM
653	AP   THIAGO SILVA   ****02@GMAIL.COM
654	AP   VINICIUS BARBOSA DIAS   ****KK@GMAIL.COM
655	AP   WECSILEI BARROS   ****OS@GMAIL.COM
656	AP   WISLLEN HOLANDA CORTES DA ROCHA   ****N2@HOTMAIL.COM
657	BA   ADALBERTO ESPIRITO SANTO NETO   ****22@GMAIL.COM
658	BA   ADAM TRANCOSO   ****LA@HOTMAIL.COM
659	BA   ADENILTON PACHECO SANTOS   ****OS@GMAIL.COM
660	BA   ADERALDO CONCEICAO DOS SANTOS   ****ES@GMAIL.COM
661	BA   ADRIANA ANDRADE   ****47@GMAIL.COM
662	BA   ADRIANA DE SANTANA RIBEIRO   ****EE@HOTMAIL.COM
663	BA   ADRIAN BISPO   ****99@GMAIL.COM
664	BA   ADRIANO VENTURIM   ****PW@OUTLOOK.COM
665	BA   ADRIELLE XAVIER   ****RL@HOTMAIL.COM
666	BA   ADRINA MENDES   ****ES@HOTMAIL.COM
667	BA   AILLA BARBOZA   ****A2@GMAIL.COM
668	BA   AIRUS AIRUS   ****10@GMAIL.COM
669	BA   ALAN DE SA   ****SA@OUTLOOK.COM
670	BA   ALAN FELIPE   ****12@GMAIL.COM
671	BA   ALAN GONZAGA   ****00@GMAIL.COM
672	BA   ALBERTO BITTENCOURT SOUSA   ****OB@GMAIL.COM
673	BA   ALDAIR SANTOS   ****ED@HOTMAIL.COM
674	BA   ALEXANDRE MIRANDA   ****23@HOTMAIL.COM
675	BA   ALEX DOS SANTOS FIGUEIREDO   ****16@GMAIL.COM
676	BA   ALEX LAGO   ****OL@YAHOO.COM.BR
677	BA   ALEX PEREIRA   ****SP@TERRA.COM.BR
678	BA   ALEX SANDRO DOS SANTOS SILVA   ****OS@GMAIL.COM
679	BA   ALICE BRITTO   ****TO@OUTLOOK.COM
680	BA   ALINE LIMA   ****EO@GMAIL.COM
681	BA   ALIOMAR FRANCA   ****CA@YAHOO.COM.BR
682	BA   ALISSON FERREIRA RAMOS   ****69@GMAIL.COM
683	BA   ALLANA LIMA   ****RA@GMAIL.COM
684	BA   ALLAN GONCALVES   ****O3@GMAIL.COM
685	BA   ALMIR RIBEIRO   ****30@HOTMAIL.COM
686	BA   ALVIN SOARES   ****GD@GMAIL.COM
687	BA   ALYSON BARBOSA   ****SA@GMAIL.COM
688	BA   AMANDA AZEVEDO   ****S_@HOTMAIL.COM
689	BA   AMANDA BRANDAO   ****AO@HOTMAIL.COM
690	BA   AMANDA CARINE   ****OY@GMAIL.COM
691	BA   AMANDA GONZAGA DE FREITAS   ****09@GMAIL.COM
692	BA   AMANDA MENEZES   ****DA@GMAIL.COM
693	BA   AMANDA PEREIRA   ****51@GMAIL.COM
694	BA   AMINTAS LOPES DA SILVA JUNIOR   ****JR@GMAIL.COM
695	BA   AMOM SANTOS SOUZA   ****DA@GMAIL.COM
696	BA   ANA ARAUJO   ****RO@GMAIL.COM
697	BA   ANA BEATRIZ MACHADO DE CASTRO   ****LA@GMAIL.COM
698	BA   ANA CAROLINA PORTO FRANCO   ****77@GMAIL.COM
699	BA   ANA CRISTINY   ****CA@GMAIL.COM
700	BA   ANA DE JESUS   ****MA@HOTMAIL.COM
701	BA   ANA LARA ANDRADE   ****LA@GMAIL.COM
702	BA   ANA LORENA   ****RH@GMAIL.COM
703	BA   ANA MARIA ACIOLI SANTOS   ****84@GMAIL.COM
704	BA   ANA PAULA   ****48@GMAIL.COM
705	BA   ANA PAULA SANTOS   ****OS@HOTMAIL.COM
706	BA   ANDERSON DE SOUZA SILVA   ****NN@GMAIL.COM
707	BA   ANDERSON LOBO   ****SA@HOTMAIL.COM
708	BA   ANDERSON QUEIROZ   ****EA@GMAIL.COM
709	BA   ANDERSON SILVA   ****04@HOTMAIL.COM
710	BA   ANDRE FRAGA   ****SA@HOTMAIL.COM
711	BA   ANDRE LUCAS SANTOS DE JESUS   ****MD@GMAIL.COM
712	BA   ANDRE LUIZ FERNANDES   ****ES@GMAIL.COM
713	BA   ANDRESSA PINHO BRANDAO COUTO LEITE   ****AO@OUTLOOK.COM.BR
714	BA   ANDREY SANTIAGO   ****GO@HOTMAIL.COM
715	BA   ANGELO OLIVEIRA   ****VE@GMAIL.COM
	BA   ANISIO DOS SANTOS DO AMPARO   ****OS@OUTLOOK.COM
	BA   ANITA MAZZEI   ****TA@GMAIL.COM
	BA   ANNA GLORIA DE ANDRADE FALCAO   ****18@HOTMAIL.COM
	BA   ANNANDRA LIS   ****IS@HOTMAIL.COM
	BA   ANTHONY MUNIZ   ****30@OUTLOOK.COM
	BA   ANTONIEL HERREIRA   ****93@GMAIL.COM



8



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1179, DE 2024

Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem Cuida.

**AUTORIA:** Senador Romário (PL/RJ)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2023**

Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem Cuida.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei institui diretrizes, estratégias e ações para a implantação do programa de atenção e orientação às mães atípicas com filhos com doenças raras ou deficiências como síndrome de Down, transtorno do espectro autista – TEA, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade – TDAH, transtorno do déficit de atenção – TDA e dislexia, denominado Cuidando de quem Cuida.

§ 1º O programa Cuidando de quem Cuida tem a finalidade de oferecer orientação psicossocial e apoio por meio de serviços, proteção, acompanhamento psicológico e terapêutico, com atenção à saúde integral, informação e formação para fins de fortalecimento e valorização dessas mulheres na sociedade.

§ 2º Para os fins desta Lei, considera-se mãe atípica a mãe ou cuidadora que é responsável pela criação de filhos que necessitam de cuidados específicos para pessoas com deficiências, síndromes, transtornos, doenças raras, TDAH, TDA e dislexia, entre outros.

**Art. 2º** Constituem objetivos do programa:

I – elevar e melhorar a qualidade de vida de mães atípicas, considerando as dimensões emocionais, físicas, culturais, sociais e familiares;





II – desenvolver competências socioeconômicas, por meio de ações que as façam sentir-se valorizadas sem comprometer os cuidados que devem despender a seus filhos;

III – promover o apoio para o acesso a serviços psicológicos, terapêuticos, assistenciais e emancipativos em relação à nova identidade social como mães;

IV – estimular a ampliação de políticas públicas adequadas na rede de atenção primária de saúde, com vistas a manter atendimento eficaz e de qualidade, para preservar a integridade da saúde mental materna;

V – desenvolver ações de bem-estar e de autocuidado como rotina, com vistas a prevenir ou reduzir sintomas de transtornos psíquicos como ansiedade e depressão;

VI – desenvolver ações complementares de suporte para o filho, quando a mãe atípica tenha que realizar consultas, exames, terapias e encontros ou participar de outras atividades no convívio social, melhorando sua qualidade de vida;

VII – estimular os demais membros da família quanto ao cuidado e à proteção, visando aumentar o nível de bem-estar e melhorar a função e as interações familiares;

VIII – promover intervenção de profissionais de saúde, educação, assistência social e jurídica, no que diz respeito a compreender as necessidades dos pais, prover informações e indicar serviços de maneira coordenada, visando produzir resultados positivos na família.

**Art. 3º** Constituem diretrizes gerais para a implementação do programa de que trata esta Lei:

I – oferecer apoio e incentivo psicossocial e relacional a mães atípicas, visando à promoção de políticas públicas de proteção e fortalecimento da rede de apoio local;

II – fortalecer as redes de apoio e de trocas de experiências sobre os desafios da jornada da mãe atípica, especialmente, nas áreas de saúde, educação, assistência social e de justiça;





III – incentivar a realização de debates, encontros e rodas de conversa sobre a maternidade atípica;

IV – estimular a criação de políticas públicas de acolhimento para as mães atípicas ou com filhos com deficiência;

V – incentivar a criação de espaços para informar e sensibilizar a sociedade sobre as dificuldades enfrentadas na maternidade atípica;

VI – incentivar a realização de oficinas temáticas, cursos, encontros, seminários, conferências e fóruns de debates com temas de relevância social, tendo como foco central a maternidade atípica;

VII – estimular estudos e divulgação de informações sobre prevenção de doenças emocionais que podem surgir em decorrência da maternidade atípica ou com filhos com deficiência;

VIII – proteger integralmente a dignidade de mães atípicas, a fim de ampará-las no exercício da maternidade, desde a concepção até o cuidado com os filhos.

*Parágrafo único.* Entende-se por apoio relacional a troca de experiências entre mães atípicas no contexto dos encontros realizados periodicamente com profissionais e especialistas para tratar de questões voltadas à aplicação do programa instituído por esta Lei.

**Art. 4º** São estratégias para a implementação do programa de que trata esta Lei:

I – atenção integral com foco em mães atípicas e em suas necessidades de saúde, educação, trabalho, assistência social, acesso à renda, habitação, entre outras;

II – instituição de sistemas de avaliações específicos para as pessoas beneficiárias desta Lei, com escalas diferenciadas para crianças, adolescentes e idosos, considerando as condições, as deficiências e os aspectos sociais, pessoais e do entorno onde vivem as pessoas avaliadas;

III – implantação de serviços de oferta de cuidados pessoais em centros especializados;

IV – implantação de serviços de cuidados em domicílio;

V – facilitação do acesso às tecnologias assistivas e à ajuda técnica para uso pessoal e para autonomia no domicílio;

VI – implantação de serviços de acolhimento para as situações de ausência dos vínculos familiares, conforme o caso;

VII – elaboração de estudo que identifique, quantifique e trace o perfil sociodemográfico desses grupos e que identifique suas necessidades e os obstáculos que enfrentam, especialmente na busca por serviços públicos.

**Art. 5º** Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta Lei, o programa deve observar as seguintes ações:

I – apoio pós-parto a mães atípicas, com as seguintes medidas:

a) acolhimento e inclusão no pós-parto;

b) esclarecimentos imediatos após o nascimento e orientações necessárias sobre a condição da criança e suas especificidades;

II – informação educacional à sociedade a respeito das principais questões envolvidas na convivência e no trato com crianças, adolescentes e adultos sob tutela de mães atípicas;

III – promoção da interação entre profissionais de saúde e educação e familiares, com vistas à melhoria da qualidade de vida da condição de criança, adolescente e adulto sob tutela de mães atípicas;

IV – ações de esclarecimento e combate aos preconceitos relacionados à pessoa com deficiência, doenças raras, síndrome de Down, TEA, TDA, TDAH e dislexia, entre outras;

V – implantação de ações que integrem mães e familiares com educadores e profissionais das áreas de assistência social, justiça, direitos humanos e saúde;



VI – oferecimento de oportunidade de vivência prática de mães matriculadas na rede pública de ensino no acompanhamento do desenvolvimento educacional de seus filhos;

VII – utilização de estratégias de intervenção para o fortalecimento do vínculo de mães em programas com a rede socioassistencial e para o acesso às políticas setoriais voltadas às mulheres;

VIII – veiculação de campanhas de comunicação social que visem conscientizar a sociedade e dar visibilidade às políticas públicas instituídas por esta Lei.

**Art. 6º** Para a execução das ações previstas no programa de que trata esta Lei, podem ser celebrados instrumentos de cooperação, convênios, acordos, ajustes ou termos de parceria entre os diversos setores do poder público e organizações da sociedade afins, para a prestação de informações ao público.

**Art. 7º** Os projetos e as ações decorrentes do cumprimento desta Lei serão amplamente divulgados, de forma a propiciar a efetiva participação da sociedade.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou a alvissareira Lei nº 7.310, de 25 de julho de 2023, já sancionada. Trata-se de diploma legal que cria o programa Cuidando de quem Cuida, voltado a instituir diretrizes, estratégias e ações para a implantação de atenção e orientação às mães atípicas com filhos com doenças raras ou deficiências como síndrome de Down, transtorno do espectro autista – TEA, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade – TDAH, transtorno do déficit de atenção – TDA e dislexia.

Ora, todos sabemos do desafio vivido pelas mães e cuidadoras que são responsáveis pela criação de filhos que necessitam de cuidados específicos em razão daquelas condições.

Assim, nada mais justo que oferecer orientação psicossocial e apoio por meio de serviços, proteção, acompanhamento psicológico e



terapêutico, com atenção à saúde integral, informação e formação para fins de fortalecimento e valorização dessas mulheres na sociedade.

E, se o parlamento distrital foi sábio em criar essa justa lei, é chegada agora a hora de o parlamento federal cumprir seu equivalente papel e estender tal proteção àquelas que dela necessitam em todo o País.

Contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta necessária proposição.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO  
Senado da República- Partido Liberal/RJ

---

## LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:lei:2023;7310](https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;7310)  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;7310>



**SENADO FEDERAL**

**Senadora Mara Gabrilli**

## **PARECER Nº           , DE 2025**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.179, de 2024, do Senador Romário, que *institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem Cuida.*

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.179, de 2024, do Senador Romário, que *institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem Cuida.*

A proposição está estruturada em oito artigos. O art. 1º dispõe sobre a implantação do programa Cuidando de quem Cuida e prevê como grupo destinatário da norma *as mães atípicas com filhos com doenças raras ou deficiências como síndrome de Down, transtorno do espectro autista – TEA, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade – TDAH, transtorno do déficit de atenção – TDA e dislexia.*

O § 1º do art. 1º prevê os serviços de assistência que serão prestados às mães atípicas. O § 2º do mesmo artigo, a seu turno, define o termo “mãe atípica” no contexto de aplicação da lei em que o PL vier a se transformar.

O art. 2º, composto por oito incisos, estabelece os objetivos do Programa Cuidando de quem Cuida, que incluem a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar, o desenvolvimento de competências socioeconômicas e a implementação de ações de apoio direcionadas às mães atípicas. Já o art. 3º define as diretrizes para implementar o Programa, que incluem, por exemplo, promover debates, encontros, oficinas e estudos, além de criar políticas para apoiar e proteger as mães atípicas.

O art. 4º estabelece estratégias para implementação da lei resultante da aprovação da matéria. Essas estratégias incluem, entre outras, a atenção integral, cuidados pessoais especializados e domiciliares e serviços de acolhimento às mães atípicas. O art. 5º, por sua vez, dispõe sobre as ações a serem observadas pelo Programa para o cumprimento dos objetivos da lei em que a matéria vier a se transformar. Entre essas ações, destacam-se a prestação de serviços de apoio pós-parto, a disseminação de informações educacionais à sociedade, a integração entre profissionais de saúde, educação e familiares, entre outras.

O art. 6º estabelece que as ações previstas no programa criado poderão ser implementadas por meio de instrumentos de cooperação, convênios, acordos, ajustes ou termos de parceria entre o poder público e organizações da sociedade civil. Por sua vez, o art. 7º prevê a divulgação das ações realizadas no âmbito do programa, a fim de promover a efetiva participação da sociedade.

O art. 8º, por fim, determina que a norma resultante da aprovação do PL entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificção, argumenta-se que em razão dos diversos desafios vividos pelas mães e cuidadoras atípicas, seria justo oferecer serviços de apoio e proteção a essas pessoas. O autor cita, ainda, a aprovação de matéria parecida pela Câmara Legislativa do Distrito Federal e que, agora, cabe ao Parlamento federal estender essa proteção para mães atípicas em todo o país.

A matéria foi distribuída à CDH e, na sequência, terá apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

## II – ANÁLISE

Compete à CDH opinar sobre matérias relacionadas aos direitos da mulher, proteção da família e à inclusão social das pessoas com deficiência, nos termos dos incisos IV, V e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, o que torna regimental a análise da proposição por este Colegiado.

O mérito da proposta é incontestável. Cuidar de alguém significa lidar com múltiplas responsabilidades, exigindo, muitas vezes, a conciliação entre o trabalho formal, que gera renda para a família, e as demandas do cuidado não remunerado dentro de casa, que incluem filhos, dependentes e tarefas domésticas.

Para mães, pais ou responsáveis por pessoas com deficiência ou doenças raras, essa rotina pode ser ainda mais exaustiva, uma vez que frequentemente inclui tratamentos complexos e multidisciplinares, que demandam tempo, atenção e dedicação constantes. Diante desse cenário, a prática do autocuidado torna-se praticamente inviável, levando ao desgaste físico e emocional dos cuidadores.

A realidade dessas milhares de famílias brasileiras foi detectada em pesquisa nacional que encomendamos ao Instituto DataSenado, realizada em agosto de 2019, que mostrou que 79% dos cuidadores familiares participantes precisaram deixar de trabalhar e que a quantidade de horas necessárias para o cuidado é extensa: 71% dos cuidadores entrevistados afirmou que o cuidado é demandado em período integral.

Um estudo publicado no *Jornal de Autismo e Transtornos do Desenvolvimento*, intitulado “Níveis de cortisol materno e problemas de comportamento em adolescentes e adultos com TEA”, aponta que o nível de estresse vivenciado por mães de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é comparável ao estresse crônico observado em soldados em combate.

Esse dado evidencia a vulnerabilidade dos cuidadores ao adoecimento e reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à sua saúde e bem-estar. Sob essa perspectiva, iniciativas como o PL em discussão são essenciais, pois trazem visibilidade a um tema ainda pouco debatido e impulsiona mudanças sociais sustentadas por ações concretas do poder público.



Não obstante o mérito, que reconhecemos, há margem para aprimorar a proposição, como passamos a expor.

Inicialmente, com o objetivo de superar a ideia de que o cuidado é uma atividade exclusivamente feminina, propomos que o programa que o PL pretende criar seja direcionado a mães, pais ou responsáveis legais atípicos, e não apenas a mães atípicas. De forma similar, incluímos a paternidade juntamente com a maternidade em todas as vezes que esta foi citada na proposição.

Ademais, também sugerimos ajustes para adequar a proposição ao §1º do art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 1.3146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência), que estabelece que a avaliação da deficiência, quando necessária, deve ser realizada por meio da avaliação biopsicossocial.

Progredindo em nossa análise, sob a perspectiva da técnica legislativa, propomos a padronização do termo “filhos ou dependentes com deficiência, doença rara, dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem” para referir-se às pessoas que estão sob a tutela das mães, pais ou responsáveis legais atípicos, em conformidade com o art. 11, inciso II, alínea *b*, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que determina que a precisão seja obtida expressando-se ideias, quando repetidas no texto, com o uso das mesmas palavras, sem usar sinônimos com propósito meramente estilístico.

Além disso, sugerimos a supressão dos arts. 6º e 7º, pois a legislação vigente já dispõe sobre parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, bem como sobre práticas de transparência pública.

Por fim, no substitutivo que apresentamos, também propomos outras pequenas alterações na redação e na organização dos dispositivos, sem alterar o mérito da proposta.

### III – VOTO

Ante as razões apresentadas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.179, de 2024, na forma do seguinte substitutivo:

#### **EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVO)**

#### **PROJETO DE LEI Nº , DE 2024**

Institui o Programa Cuidando de Quem Cuida, destinado à orientação e à oferta de serviços para mães, pais ou responsáveis legais atípicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei institui o Programa Cuidando de Quem Cuida, com o objetivo de oferecer orientação psicossocial e apoio a mães, pais ou responsáveis legais atípicos, por meio de serviços de proteção, acompanhamento psicológico e terapêutico, com atenção à saúde integral, informação e formação para o fortalecimento e valorização dessas pessoas na sociedade.

*Parágrafo único.* Para os fins desta Lei, considera-se mãe, pai ou responsável legal atípico a pessoa responsável pela criação de filhos ou dependentes com deficiência, doença rara, dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

**Art. 2º** Constituem objetivos do programa:

I – elevar e melhorar a qualidade de vida de mães, pais ou responsáveis legais atípicos, considerando as dimensões emocionais, físicas, culturais, sociais e familiares;

II – desenvolver competências socioeconômicas, por meio de ações que façam mães, pais ou responsáveis legais atípicos sentirem-se valorizados;

III – promover o apoio para o acesso a serviços psicológicos, terapêuticos, assistenciais e emancipatórios em relação à nova identidade social como mãe, pai ou responsável legal atípico;

IV – estimular a ampliação de políticas públicas adequadas na rede de atenção primária de saúde, com vistas a manter atendimento eficaz e de qualidade, para preservar a integridade da saúde mental de mães, pais ou responsáveis legais atípicos;

V – desenvolver ações de bem-estar e de autocuidado como rotina, com vistas a prevenir ou reduzir sintomas de transtornos psíquicos como ansiedade e depressão;

VI – desenvolver ações complementares de suporte para o filho ou dependente, quando a mãe, pai ou responsável legal atípico tenha que realizar consultas, exames, terapias e encontros ou participar de outras atividades no convívio social, melhorando sua qualidade de vida;

VII – estimular os demais membros da família quanto ao cuidado e à proteção, visando aumentar o nível de bem-estar e melhorar a função e as interações familiares;

VIII – promover intervenção coordenada de profissionais de saúde, educação, assistência social e jurídica, no que diz respeito a compreender as necessidades das mães, pais ou responsáveis legais atípicos, visando produzir resultados positivos na família.

**Art. 3º** Constituem diretrizes gerais para a implementação do programa de que trata esta Lei:

I – oferecer apoio e incentivo psicossocial e relacional a mães, pais, ou responsáveis legais atípicos, visando à promoção de políticas públicas de proteção e fortalecimento da rede de apoio local;

II – fortalecer as redes de apoio e de trocas de experiências sobre os desafios da jornada de mãe, pai ou responsável legal atípico, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social e de justiça;

III – incentivar a realização de debates, encontros e rodas de conversa sobre a maternidade e a paternidade atípica;

IV – estimular a criação de políticas públicas de acolhimento para as mães, pais ou responsáveis legais atípicos;

V – incentivar a criação de espaços para informar e sensibilizar a sociedade sobre as dificuldades enfrentadas na maternidade e na paternidade atípica;

VI – incentivar a realização de oficinas temáticas, cursos, encontros, seminários, conferências e fóruns de debates com temas de relevância social, tendo como foco central a maternidade e a paternidade atípica;

VII – estimular estudos e divulgação de informações sobre prevenção de doenças emocionais que podem surgir em decorrência da maternidade e da paternidade atípica;

VIII – proteger integralmente a dignidade de mães, pais ou responsáveis legais atípicos, a fim de ampará-los no exercício da maternidade e da paternidade, desde a concepção até o cuidado com os filhos ou dependentes.

*Parágrafo único.* Entende-se por apoio relacional a troca de experiências entre mães, pais ou responsáveis legais atípicos no contexto dos encontros realizados periodicamente com profissionais e especialistas para tratar de questões voltadas à aplicação do programa instituído por esta Lei.

**Art. 4º** São estratégias para a implementação do programa de que trata esta Lei:

I – atenção integral com foco em mães, pais ou responsáveis legais atípicos e em suas necessidades de saúde, educação, trabalho, assistência social, acesso à renda, habitação, entre outras;

II – harmonização das ações de assistência com o nível de suporte requerido pelo filho ou dependente com deficiência, doença rara, dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem, a ser determinado por meio de avaliação biopsicossocial, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

III – implantação de serviços de oferta de cuidados pessoais em centros especializados;

IV – implantação de serviços de cuidados em domicílio;

V – facilitação do acesso às tecnologias assistivas e à ajuda técnica para uso pessoal e para autonomia no domicílio;

VI – implantação de serviços de acolhimento para as situações de ausência dos vínculos familiares, conforme o caso;

VII – elaboração de estudo que identifique, quantifique e trace o perfil sociodemográfico das mães, pais ou responsáveis legais atípicos que identifique suas necessidades e os obstáculos que enfrentam, especialmente na busca por serviços públicos.

**Art. 5º** Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta Lei, o programa observará as seguintes ações:

I – apoio pós-parto a mães, pais ou responsáveis legais atípicos, com as seguintes medidas:

a) acolhimento e inclusão no pós-parto, com especial atenção às mães atípicas;

b) esclarecimentos imediatos após o nascimento e orientações necessárias sobre a condição da criança e suas especificidades;

II – informação educacional à sociedade a respeito das principais questões envolvidas na convivência e no trato com filhos ou dependentes sob tutela de mães, pais ou responsáveis legais atípicos;

III – promoção da interação entre profissionais de saúde e educação e familiares, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos filhos ou dependentes sob tutela de mães, pais ou responsáveis legais atípicos;

IV – ações de esclarecimento e combate ao capacitismo;

V – implantação de ações que integrem mães, pais ou responsáveis legais atípicos e familiares com educadores e profissionais das áreas de assistência social, justiça, direitos humanos e saúde;

VI – oferecimento de oportunidade de vivência prática de mães, pais ou responsáveis legais atípicos matriculados na rede pública de ensino no acompanhamento do desenvolvimento educacional de seus filhos ou dependentes com deficiência, doença rara, dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem;

VII – utilização de estratégias de intervenção para o fortalecimento do vínculo de mães, pais ou responsáveis legais atípicos em programas com a rede socioassistencial e para o acesso das mães atípicas às políticas setoriais voltadas às mulheres;

VIII – veiculação de campanhas de comunicação social que visem conscientizar a sociedade e dar visibilidade às políticas públicas instituídas por esta Lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora